



República Democrática de São Tomé e Príncipe

REVISÃO ESTRATÉGICA “FOME ZERO” – HORIZONTE 2030

RELATÓRIO FINAL



Elaborado por:

Carlos Bragança Gomes
Eugenio Tenjua
Hortência Paquete
Agostinho Dória

Abril 2018

Prefácio

A fome é, sem sombras de dúvida, um dos maiores martírios que conhece hodiernamente uma considerável franja da humanidade, sendo raríssimas as nações que podem gabar-se de a terem banido por completo do seu território.

Integrando São Tomé e Príncipe a geografia global da fome, as suas consequências fazem naturalmente parte da vivência popular e tal facto não passou despercebido ao **Ayder Índia** (Vaz da Conceição), uma das vozes maiores e mais melodiosas do cancionero santomense, que cristalizou numas das canções mais populares do seu vasto repositório pessoal o drama que representa este flagelo, afirmando sabiamente num dos seus versos «*fomi sá numigu di vida, bilá sá placêlu di saôdji*» (a).

De igual modo, não escapou ao grande vocalista o carácter recorrente das crises de fome que assolam o mundo e a sua nocividade para a existência da humanidade. Na mesma canção, vem afirmar **Ayder Índia** «*fomi kábé kábi, fomi na ká podá ninguêfa*» (b).

Nestes dois versos estão claramente espelhados, por um lado, a iniquidade que representa a fome e, por outro, o seu carácter perverso, que assumem carácter ainda mais repugnante neste dealbar do século XXI, em que os progressos da ciência e da tecnologia, bem como os avanços técnicos alcançados no domínio das ciências agrárias e outras afins, permitem produzir em quase todas as latitudes, alimentos em quantidade e qualidade suficientes, para satisfazer condignamente as necessidades alimentares de toda a humanidade.

Consciente desta realidade e, porque entende acertadamente o cantor que a solução está antes no esforço interno e abnegado de todos, não deixa de apontar caminhos que nos conduzam a saída, lançando no seu voluntarismo e generosidade um veemente apelo:

Plá non klebentá fomiê, tudu povô sêbê (c)

Mandjoka ni tudu djanga só sá kluçu di zatona (d)

Plá non klebentá fomiê tudu povo sebe (e)

Batata ni tudu djanga só sá kluçu di zatona (f)

Plá non klebentá fomiê, tudu povô sêbê (g)

Côcô ni tudu djanga só sá kluçu di zatona (h)

Plá non klebentá fome, tudu povô sêbê (i)

Nhami ni tudu djanga só sá kluçu di zatona (j)

Em São Tomé e Príncipe, apesar da sua natural fertilidade e da aparente bondade da mãe natureza, são visíveis as bolsas de pobreza, não raras vezes, extrema, onde predomina uma fome nem sempre aparente, disfarçada por uma miríade de minúsculos expedientes quotidianos de sobrevivência, gizados essencialmente pelas mulheres, mas que se distribuem tanto pelas zonas rurais como pelas urbanas.

A persistência de velhos costumes, a longa vida de práticas ancestrais, os novos hábitos impostos por uma modernidade cada vez mais encantadora, a ganância de uns e outros, os egoísmos de muitos, bem como a incapacidade das organizações de provocar rupturas estruturais e o abandono definitivo das soluções convencionais, incapazes de lidar satisfatoriamente com as exigências actuais, concorrem abundantemente para a configuração do estado nutricional actual do país e o modo de produção e distribuição, que são impotentes para alimentar dignamente as populações cada vez mais numerosas e suportar as ambições e os valores de uma nação de bem-estar, justa, coesa e de prosperidade partilhada.

A dimensão do desafio que a nação tem pela frente interpela de modo autoritário e convoca solenemente todos os santomenses, sem excepção, para uma busca criativa, e até mesmo dramática, de soluções inovadoras que permitam num curto lapso de tempo varrer a fome da face das ilhas maravilhosas e reduzi-la à uma velha recordação histórica para as futuras gerações, que viverão numa sociedade onde o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade, constituirá um direito natural inalienável.

Mas, sob esta aparente simplicidade, a fome, as suas causas e consequências, bem como o modo de sua eliminação, permanecem uma questão de elevada complexidade, cuja solução depende de uma inquebrantável vontade política e da combinação óptima de uma constelação de factores que influenciam decisivamente a produção de alimentos, a distribuição de recursos que propiciam o acesso à alimentação adequada, a redução dos desperdícios alimentares e a luta contra a pobreza generalizada.

Importará aqui recordar que a natureza avassaladora da fome levou a que as nações do mundo inteiro elegeassem a sua erradicação da face da terra como um dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, que todas as nações devam inscrever no seu programa a sua eliminação total a breve trecho e atingir o nível zero de fome.

Nesta ordem de ideia, acabar com a fome tornou-se um objectivo desejável e

doravante considerado como um "Desígnio Nacional", para o qual todos os recursos do país devem concorrer.

Nesta empreitada, a nação deve contar com todos, de dentro e de fora, mas não deve jamais esperar por ninguém. Tudo deve ser feito para libertar definitivamente o país da fome e de todas as suas chagas.

A responsabilidade do governo consistirá no reforço do seu programa no sentido de estimular e aprimorar o desenvolvimento inclusivo, com o firme propósito de aumentar o rendimento das populações mais pobres e vulneráveis, proporcionando novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e colectivo, melhorando gradual e sustentavelmente a produtividade e estimulando a mobilidade social daqueles que mais padecem das desigualdades e garantindo a sustentabilidade das políticas públicas adoptadas.

O presente estudo, elaborado por um grupo de consultores nacionais, com a implicação directa dos mais diversos sectores públicos e privados, sociedade civil, parceiros bilaterais e multilaterais diversos e com assistência financeira do Programa Alimentar Mundial (PAM), constitui seguramente um impulso decisivo para o cumprimento da meta fome zero em São Tomé e Príncipe.

O Governo jamais se furtará às suas responsabilidades e o compromisso assumido de construir um país de justiça e oportunidades, de educação e saber, de prosperidade e bem-estar, de solidariedade e coesão, aberta ao mundo e, definitivamente voltada para um futuro, onde a fome não terá lugar.

São Tomé, 12 de Abril de 2018



Afonso Varela

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares

- a) "A fome é inimiga da vida e rival da saúde"
- b) "A fome é cíclica e a ninguém perdoa"
- c) "Para conjurarmos a fome, todo o povo sabe"
- d) "Mandioca plantada em todos os recantos é a solução duradoira"
- e) "Para conjurarmos a fome, todo o povo sabe"
- f) "Batata plantada em todos os recantos é a solução duradoira"
- g) "Para conjurarmos a fome, todo o povo sabe"
- h) "Matabala plantada em todos os recantos é a solução duradoira"
- i) "Para conjurarmos a fome, todo o povo sabe"
- j) "Inhame plantado em todos os recantos é a solução duradoira"

ÍNDICE

SUMÁRIO.....	ix
ACRÓNIMOS.....	xiii
CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
1.2 OBJECTIVOS DA REVISÃO ESTRATÉGICA “FOME ZERO” DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:	2
1.3 METODOLOGIA.....	2
CAPÍTULO 2	4
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PAÍS	4
2.1 Geografia	4
2.2 Hidrografia.....	4
2.3 Relevo.....	4
2.4 Solo e Vegetação	5
2.5 Capital Humano.....	5
2.6 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA	5
CAPÍTULO 3	12
OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2 (ODS 2) E METAS RESPECTIVAS	12
ODS 2.1.....	12
ODS 2.2.....	24
ODS 2.3.....	36
ODS 2.4.....	46
ODS 2.5.....	48
ODS 2.a.....	49
ODS 2.b.....	50
ODS 2.c.....	50
CAPÍTULO VI – PLANO DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS	52
APÊNDICE A – PROGRAMAS E PROJECTOS EXECUTADOS/ EM CURSO.....	59
APÊNDICE B - PESSOAS ENCONTRADAS.....	61
APÊNDICE C - ATELIERS DISTRITAIS	74
APÊNDICE D - DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA.....	80
APÊNDICE E- MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO.....	92

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I. Exportação de café/Exportação Total (%) - (1877-1925)	6
Tabela II. Exportação de Cacau/Exportação Total (%) - (1899-1925)	7
Tabela III. Crescimento médio de preço de cacau (%) (Base: 1965)	7
Tabela IV. Exportação de Copra e Azeite (ton) - (1926-1956).....	8
Tabela V. Média de crescimento dos principais produtos (%) - (1947-1969) (Base: 1947)	8
Tabela VI. Produção de cacau (1966 - 1970).....	8
Tabela VII. Percentagem relativa de crescimento de Produtos Agrícolas (%) - (1979-1984)	8
Tabela VIII. Evolução da Produção Agrícola (1 000 ton.) - (1990-1996)	9
Tabela IX. Balança comercial.....	9
Tabela X. Alguns Indicadores Económicos	10
Tabela XI. Evolução dos principais produtos básicos (ton.)	15
Tabela XII. Evolução da produção das bananas (ton.)	15
Tabela XIII. Evolução da produção de hortícolas e outras 2008-2016 (ton.)	16
Tabela XIV. Evolução dos efetivos de animais de médio porte	17
Tabela XV. Estado Nutricional (MICS, 2014)	25
Tabela XVI. Taxa da mortalidade infantil	27
Tabela XVII. Projecções de produtividade (ton./ha)	38
Tabela XVIII. Projecção da Produtividade do Café	39
Tabela XIX. Duplicação de produção de Pimenta (kg/ha).....	39
Tabela XX. Evolução da Produtividade de alguns Produtos Básicos Alimentares.....	40
Tabela XXII. - Produtividade dos Produtos Hortícolas (ton/ha)	41

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I. Efectivo Bovino.....	17
Figura II. Aves e Poedeiras	18
Figura III. Captura 2008-2016 (ton.).....	20
Figura IV. Pesca semi-industrial vs Pesca artesanal	20
Figura V. Percentagem de crianças anémicas dos 6 aos 59 meses de idade, de acordo com o nível de gravidade da anemia, segundo os estudos DHS 2008-2009 e MICS 2014.	29
Figura VI. Percentagem de mulheres anémicas dos 15 aos 49 anos de idade, de acordo com o nível de gravidade da anemia, segundo os estudos DHS 2008-2009 e MICS 2014	30
Figura VII. Produção de café (ton).....	38
Figura VIII. Ovos (unidades)	43

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem I. Cacau, um dos principais produtos locais.	11
Imagem II. Indústria pesqueira São Tomense.	20
Imagem III. Dieta diversificada e aleitamento exclusivo.	36
Imagem IV. Cacau e Café, as duas maiores culturas de exportação São Tomense.	39
Imagem V. Suinicultura em São Tomé e Príncipe.	42
Imagem VI. Pesca artesanal.	44

SUMÁRIO

O Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe solicitou a assistência técnica e financeira do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) para elaborar uma Revisão Estratégica das acções em curso e a serem adotadas no sentido de garantir a implementação do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) da Agenda 2030, bem assim como definir medidas de avaliação e monitoria do progresso para atingir as suas metas associadas, que definem: Acabar com a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura sustentável.

O presente trabalho, realizado por uma equipa de consultores¹, resume as principais constatações e recomendações dos actores consultados através de consultas abertas e intensivas, sobre questões relativas à insegurança alimentar e nutrição em S. Tomé e Príncipe com vista a se atingir as metas definidas para o horizonte 2030. Procedeu-se, ainda, a uma análise exaustiva da literatura existente relativa aos projectos e/ou programas executados e/ou em curso.

O processo de consulta incidu sobre membros do governo, diretores de estruturas governamentais, sociedade civil, doadores internacionais, agências das Nações Unidas, seminários distritais envolvendo Autoridades locais, agricultores, criadores de gado, pescadores, palaiês, transformadores de produtos locais, comunidades rurais, etc.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto estratégia nacional, deve ser multissectorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos, ao acesso de modo regular e permanente, a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, para satisfazer as suas necessidades dietéticas a fim de levarem uma vida ativa e saudável sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, económica e socialmente sustentáveis.

A disponibilidade e o acesso aos alimentos são necessários, mas não são suficientes para garantir a segurança alimentar podendo ocorrer situações de insegurança alimentar e graves problemas, uma vez que os alimentos, embora sendo fonte de vida, de saúde e de prazer, também podem representar riscos para a saúde humana, com a ingestão de alimentos contaminados por substâncias nocivas e indesejáveis, como certos microrganismos, produtos químicos e outros elementos utilizados no processo de produção e transformação.

Para se atingir os objectivos e metas definidas, impõe-se uma intervenção adequada na agricultura, pecuária e pescas, sectores responsáveis pela produção de alimentos com particular atenção aos agricultores familiares em conjunto com um rol de medidas na saúde e nutrição, para se consumir cada vez mais produtos locais. Em paralelo, impõe-

¹ Sob a liderança de Carlos Bragança Gomes, na qualidade de Lead Convener e Lead Researcher, a equipa de consultores foi ainda constituída por: Eugénio Tenjua, economista, Hortência Paquete, nutricionista e Agostinho Dória, Engenheiro Técnico Agrário. A equipa reconhece e agradece o destacado apoio e orientação recebidos do Programa Alimentar Mundial durante o processo de elaboração da revisão estratégica.

se a implementação de programas de protecção social que visam eliminar a extrema pobreza, melhorando a oferta de sectores básicos chave como a nutrição, saúde e justiça e a melhoria de criação de emprego, especialmente na camada mais jovem para melhorar o rendimento das famílias. Terá de haver assim uma associação entre o rendimento mínimo e as políticas/estratégias activas tendentes à reinserção económica e social; associação entre subsídio de desemprego e formação profissional e, esforços para a criação de emprego cobrindo aspectos estruturais, de valores e de comportamentos.

No que diz respeito à nutrição, nos últimos anos regista-se uma queda na proporção de crianças menores de 5 anos com insuficiência ponderal, mas outros indicadores do estado nutricional das crianças, tais como a prevalência de atraso no crescimento-malnutrição crónica, continuam com níveis considerados elevados- 17% para crianças menores que 5 anos (MICS, 2014). Isto influencia negativamente, não apenas os progressos registados na sobrevivência infantil, dado o contributo da desnutrição para a mortalidade infantil, mas também para o capital humano, a redução da pobreza e o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo do arquipélago.

Uma alimentação nutricionalmente pobre em alimentos ricos em ferro resultante de um fraco poder de compra para os adquirir (sobretudo os de origem animal), pode ser uma das causas dos altos valores de anemia que persiste nas crianças mais vulneráveis (62,5%), sabendo-se que esta condição pode ser causada pela deficiência em ferro e pode ter um impacto, muitas vezes irreversível, no desenvolvimento cognitivo e na imunidade de uma criança UNICEF (2014).

No respeitante à alimentação escolar, desde 2016, o Governo Santomense assumiu todas as responsabilidades com a alimentação das crianças nas escolas públicas do país, e em algumas privadas, com a implementação do PNASE. O programa, constitui assim uma das apostas para atingir o ODS2, uma vez que tem como objectivo complementar as necessidades nutricionais dos alunos e formar hábitos de alimentação saudáveis durante a sua permanência na escola, contribuindo para o desenvolvimento físico e intelectual das mesmas. Contribui, directamente, também para o ODS4 (educação), uma vez que ao alimentarem-se bem, as crianças estudam melhor, o que por outras palavras significa que a alimentação tem uma ligação directa com o aproveitamento e sucesso escolar. No entanto, falta ainda ao país uma estratégia de alimentação escolar clara que defina qual o modelo de alimentação escolar que melhor se adequa a São Tomé e Príncipe.

PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS:

1. **Terra.** A dimensão territorial é reduzida, muito acidentada, com solos degradados e com baixa aptidão agrícola, pela utilização intensiva e inadequada em anos sucessivos;
2. **Mão-de-Obra.** É um recurso limitado que condiciona o desenvolvimento da agricultura;

3. **Capital.** Embora a escassez tenha vindo a ser complementada pelo apoio financeiro da comunidade internacional, este nem sempre é aplicado da maneira mais eficiente, e, a maioria dos projectos não mede o impacto nas comunidades;
4. Reduzida dimensão do mercado associada à insularidade impõe à partida fortes limitações ao desenvolvimento;
5. Infraestruturas deficientes e limitadas tais como estradas de escoamento do produtos, sistemas de rega, armazéns, etc.
6. Insuficiente número de nutricionistas no país e fraca percepção da importância da nutrição na saúde dos são-tomenses leva a que haja um desinteresse e falta de conhecimento por parte da população, evidenciando-se a sua falta de compromisso na alimentação escolar/a nível do Distrito;
7. Fraco conhecimento do valor nutricional dos produtos por parte da população São Tomense em geral, o que leva a uma dieta pouco variada e bastante fraca de um ponto de vista nutricional, isto é, inadequada quantidade e qualidade da dieta ao nível da família.

Apesar dos desafios enumerados, STP apresenta potencialidades no sector agro-pecuario e pescas. Contudo, para que estes factores contribuam para o combate à fome e insegurança alimentar e nutricional, torna-se impreterível a implementação de políticas e estratégias específicas que ataquem as causas profundas desses fenómenos.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES:

- Garantia da segurança alimentar só poderá ser conseguida através do crescimento da produção local de alimentos, de uma melhor distribuição dos mesmos pela adopção de medidas de política conducentes à redução dos preços de produtos locais, ao aumento da sua oferta (com qualidade) para que sejam mais competitivos em relação aos produtos importados e haver uma educação orientada para o consumo prioritário de produtos de base local.
- Reabilitação de infraestruturas de base de apoio à produção, incluindo a expansão de sistemas de irrigação;
- Linha de crédito bonificada para aquisição de insumos agrícolas, materiais e instalação de empreendimentos em condições satisfatórias de celeridade no acesso e vantagens específicas em termos remuneratórios;
- Identificar médios empreendedores, com capacidade para servir de apoio aos pequenos criadores e agricultores, reforçar a sua capacidade financeira e conceder-lhes meios para apoiar os pequenos agricultores e criadores, em condições de fácil acesso, créditos e condições de bonificação e rápido desembolso, tendo em conta que o apoio a médios empreendedores tem trazido resultados muito significativos em STP;
- Proceder igualmente em relação a sementes e plantas geneticamente melhoradas com produção local de híbridos de forma a reduzir os custos de produção com a redução do preço dos insumos (sementes);
- Instalação de mecanismos efetivos e rápidos de exercício de autoridade de estado para combate às pilhagens e roubos das propriedades e produtos (controlo e prevenção);

- Proceder a um programa de multiplicação de animais por inseminação de forma a criar animais melhorados, com alimentação à base de produtos locais e resistentes às doenças e pragas locais e distribuição de reprodutores aos produtores familiares, por conceito de crédito em espécie, como já é praticado em alguns casos;
- Eleger, para execução do programa de relançamento da produção de leite e carne, propriedades de média e grande dimensão que teriam a incumbência de multiplicar os reprodutores e apoiar as actividades de novos criadores;
- Reestruturação do quadro institucional para induzir maior sustentabilidade, eficácia, articulação institucional e envolvimento das entidades públicas e do sector privado na acção social escolar e na alimentação escolar em particular;
- Maior envolvimento por parte dos pais de maneira a que haja uma contribuição e envolvimento comunitário com oferta/contribuição de produtos locais às cantinas de modo a que os menus sejam cumpridos e, os acordos entre as escolas e os produtores locais possam ser assinados;
- Consolidar a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar de uma forma coordenada, planificada e sustentável.

ACRÓNIMOS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BECAF	Base Experimental de Culturas Alimentares e Frutícolas
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuária
CEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CECAB	Cooperativa de Cacau Biológico
CIAT	Centro Investigação Agronómica e Tecnológica
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DP	Direção das Pescas
DR	Diário da República
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ERSAN-CPLP	Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional/ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FONG	Federação das Organizações Não Governamentais
FMI	Fundo Monetário Internacional
HELPO	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
IDS/ DHS	Inquérito Demográfico e de Saúde
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
MADR	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
MARAPA	Organização Não Governamental Mar Ambiente e Pesca Artesanal
MFCEA	Ministério de Finanças Comércio e Economia Azul
MICS	Inquérito de Indicadores Múltiplos
NDBS	Novas Dobras São Tomenses
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAM	Programa Mundial Alimentar
PAPAC	Projecto de Apoio à Pequena Agricultura Comercial
PEIVD	Pequenos Estados insulares em Vias do Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PDDAA	Programa Detalhado para o Desenvolvimento de Agricultura na África
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNASE	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar
PNIASAN	Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar
PRONER	Programa Nacional de Extensão Rural
QUATELA	Organização Não Governamental para promoção de produtos locais
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAN	Segurança Alimentar Nutricional
STP	São Tomé e Príncipe
TDR	Termos de Referência
TON	Toneladas métricas
UE	União Europeia
UN	Nações Unidas/ United Nations
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólares Americanos
USTP	Universidade de São Tomé e Príncipe

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em Outubro de 2015, S. Tomé e Príncipe (STP) engajou-se na implementação da **Agenda de Desenvolvimento Sustentável no Horizonte 2030 (A Agenda)**, aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo em Setembro do mesmo ano, numa cimeira em Nova Iorque.

A Agenda contém 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 Metas associadas.

O Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe solicitou apoio técnico e financeiro do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) para elaborar uma Revisão Estratégica das acções em curso no sentido de garantir a implementação do **Objectivo 2 (ODS 2)** da Agenda, sendo: **Acabar com a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura sustentável**, com as seguintes metas associadas:

1. **ODS 2.1 Até 2030, acabar com a fome** e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano;
2. **ODS 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição**, incluindo atingir até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre malnutrição crónica e malnutrição aguda em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
3. **ODS 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos**, particularmente das mulheres camponesas, de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor de emprego não agrícola;
4. **ODS 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos** e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, as condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;
5. **ODS 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética das sementes**, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos a nível Nacional, Regional e Internacional, e garantir

o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados tal como acordado internacionalmente;

6. **ODS 2.a Aumentar o investimento**, inclusive através da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e os bancos de genes de plantas e animais para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;
7. **ODS 2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio** e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha; e
8. **ODS 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado do mercado de matérias-primas agrícolas** e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

1.2 OBJECTIVOS DA REVISÃO ESTRATÉGICA “FOME ZERO” DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:

O presente estudo tem como objectivos principais:

- Elaborar um diagnóstico da situação da segurança alimentar e nutricional de S. Tomé e Príncipe, incluindo estratégias, políticas, programas, mecanismos de coordenação, capacidade institucional, incluindo um mapeamento de quem faz o quê e aonde;
- Verificar as ligações entre os programas e acções actualmente em execução por diferentes sectores e entidades, referentes à temática de segurança alimentar e nutrição;
- Identificar desafios e lacunas dos programas em curso a nível nacional e propor recomendações ao Governo;
- Identificar medidas e acções prioritárias a serem adotadas no sentido de acelerar progressos para se atingirem as metas estabelecidas no ODS 2, incluindo recomendações sobre a forma como as medidas devem ser implementadas e identificação dos principais parceiros;
- Propor áreas em que os parceiros podem ajudar STP a fazer progressos no sentido da Fome Zero.

1.3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado sob a supervisão de um Comité presidido por Sua Excelência o Primeiro-ministro, Sr. Dr. Patrice Emery Trovoada e composto de vários Ministros.

A execução técnica esteve a cargo do Eng^o Carlos Bragança Gomes, na qualidade de Coordenador (Lead Convener) que simultaneamente desempenhou as funções de Chefe

de Investigação (lead researcher) assistido por uma equipa técnica composta de três consultores nacionais especialistas nas áreas de Nutrição, Agronomia e Economia, recrutados pelo PAM para o efeito, tendo a equipa sido assistida por uma consultora disponibilizada de entre o staff do PAM.

O estudo foi executado com base na seguinte metodologia:

- Recolha e revisão de documentação relevante sobre projectos e programas executados e/ou em curso;
- Entrevistas com quadros técnicos e dirigentes de sectores com maior ou menor relevância nas matérias relativas aos temas em estudo;
- Entrevistas com potenciais parceiros, incluindo pequenos produtores e transformadores, pescadores, criadores de gado, empreendedores nacionais, sociedade civil, ONGs;
- Auscultação de dirigentes das Autarquias Locais, principais parceiros, beneficiários e membros da sociedade civil através de Seminários realizados em cada um dos seis Distritos e na Região Autónoma do Príncipe;
- Auscultação de associações de pequenos agricultores, palaiês, principais doadores e parceiros internacionais.

Os resultados encontrados foram apresentados ao Governo e aos parceiros de desenvolvimento em dois ateliers de auscultação e validação, antes da aprovação final e respectivo lançamento.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PAÍS

2.1 Geografia

S. Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago insular localizado no Golfo da Guiné é composto por duas Ilhas principais: S. Tomé, com uma área de aproximadamente 859 Km² e um Pico mais alto de 2024 m e a Ilha do Príncipe com área de 142 Km² e Pico mais alto de 948 m.

O arquipélago encontra-se situado no golfo da Guiné, distando aproximadamente 220 km, a oeste, do Gabão, 300 km, a sul, da Nigéria e 250 km, a noroeste, dos Camarões e da Guiné Equatorial.

STP tem um clima quente, tropical húmido, apresentando uma grande diversidade microclimática.

Marcado por duas estações principais, o tempo seco denominado gravana que compreende normalmente os meses de Julho a Agosto, e a estação de chuva que é a mais longa e que se estende de Setembro a Junho.

Na estação chuvosa, a pluviometria varia de 1.000 mm a 7.000 mm, conforme se situe nas regiões de mais baixa altitude no quadrante NE, as regiões mais altas dos quadrantes SE e SW. Na ilha do Príncipe, as precipitações variam de 2.500 mm à 4.500 mm, dependendo igualmente da altitude. Daí resultam uma grande variedade de microclimas e ecossistemas.

A temperatura média anual é da ordem de 26°/27°C nas zonas costeiras e de 21°C nas zonas montanhosas, com uma humidade relativa variando de 92% nas zonas montanhosas e 70% nas zonas mais baixas.

2.2 Hidrografia

A rede hidrográfica é composta por cerca de cinquenta cursos de água com comprimentos que variam entre 5 e 27km, com uma capacidade de 2,1 milhões de m³, com desníveis de 1.000 a 1.500 metros o que constitui forte potencial para a produção de energia hidroelétrica.

Os fluxos mais importantes são o Rio Manuel Jorge, Rio Cantador, Rio Quija, Água Grande, Lembá, Yô Grande e Abade, de uma maneira geral todos provenientes do Pico de São Tomé e o rio Papagaio o principal curso de água na Ilha do Príncipe, cuja origem é o Pico de Príncipe.

2.3 Relevo

O relevo é muito acidentado, o que torna algumas zonas das ilhas inacessíveis favorecendo assim a preservação da Biodiversidade. Os pontos mais elevados são o Pico de São Tomé com uma altitude de 2.024 metros e o Príncipe com altitude de 948 metros.

2.4 Solo e Vegetação

Os solos são de origem vulcânica apresentam em geral boa fertilidade, sendo as principais manchas constituídas por solos do tipo: paraferalíticos, fersialíticos tropicais, barros pretos e litólitos.

Estima-se que a área cultivada seja cerca de 49.600 ha, com ênfase para plantações destinadas à exportação como cacau, café, pimenta e outras como palmeiras e cana-de-açúcar, bem como culturas de produtos de consumo básico da população como banana, fruta-pão, mandioca e matabala.

2.5 Capital Humano

O último censo da população e habitação realizado em 2012, estima que a população em 2017 seria de 197.700, registando-se um equilíbrio relativamente ao género (49,5% população de sexo masculino e 50,5% de sexo feminino). De acordo ainda com o censo referido, a taxa de crescimento da população entre censos (2002- 2012) foi de 36,2%, com uma densidade populacional média de 178,6 habitantes por km², variando entre distritos, com o Distrito de Caué que tem menos densidade populacional com cerca de 22 habitantes por km².

A população é predominantemente jovem e cerca de 57,8% encontra-se na faixa dos 15 a 64 anos, isto é população ativa, 67,7% a viver nas cidades e periferias e 32,4% nas zonas rurais.

2.6 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

PERÍODO ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Para uma verdadeira compreensão de S. Tomé e Príncipe da atualidade torna-se necessário fazer um recuo na história com uma análise da sua evolução.

Segundo reza a história, as ilhas teriam sido descobertas por dois navegadores Portugueses, em 1471, altura em que é introduzida na ilha a cultura da cana-de-açúcar, após tentativas bem-sucedidas na Madeira.

Até 1644, o sistema económico das ilhas era caracterizado pela policultura de subsistência, caça, pesca, floresta e tráfico de escravos, passando progressivamente a ser dominado pela cultura da cana-de-açúcar (monocultura), com os escravos a serem utilizados internamente nas plantações.

Não há consenso sobre o máximo de produção de açúcar de S. Tomé e Príncipe. Enquanto Magalhães Godinho² estima que se tenha atingido um máximo de 3.000 toneladas em 1580, Duarte Lopez³ estima uma exportação de 12.000 toneladas em 1578.

² Os descobrimentos e a economia Mundial, II Volume, Página 454. Editora ARCÁDIA. Lisboa, 1965

³ Citado por Hélder Lains e SILVA em S. Tomé e Príncipe e a cultura do café, Página. 89. Lisboa, 1958

Devido às difíceis condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, muitos escravos abandonaram as plantações, refugiaram-se na floresta donde iniciaram ataques contra os engenhos de açúcar. Este fenómeno associado a outros acontecimentos históricos (a invasão da Ilha pelos Franceses em 1567), e ainda os melhores preços pagos pelo açúcar do Brasil, devido à sua melhor qualidade, levaram a população branca a dismantelar os engenhos e a transferirem-se para o Brasil. Iniciase, assim, o declínio da indústria do açúcar de S. Tomé e Príncipe, tendo sido a cifra de 300 toneladas referida como produção do ano de 1636. A indústria açucareira foi completamente destruída com a invasão das Ilhas pelos Holandeses em 1641, invasão que perdura até 1644.

Após a partida dos Holandeses em 1644, começa-se a formar uma nova classe média de proprietários de terras, constituída pelos descendentes dos primeiros Portugueses, Judeus e escravos, a quem teria sido concedido a “Carta de Alforria” e o estatuto de livres, nos finais do século XVI. Estes passam a ser os únicos proprietários de terras das Ilhas. A agricultura no período é caracterizada pela policultura de subsistência.

Em 1800, introduziu-se a cultura do café (*Coffea Arabica*) em S. Tomé e Príncipe.

Devido ao seu interesse e às condições de rentabilidade económica da sua produção local (ambiente ecológico óptimo associado à mão-de-obra barata), homens de negócio regressados do Brasil iniciaram investimentos em Plantações de café, expropriando terras à população local e implantando as “Sociedades Agrícolas”. A produção cresce até um máximo de 2.500 toneladas (1898).

A diminuição da fertilidade dos solos pelo seu uso intensivo, idade excessiva das plantas e ataque de muitas doenças, faz com que a produção do café comece a diminuir drasticamente. Em 1925, registou-se apenas uma produção de 172 toneladas, passando de um peso relativo às exportações totais superior a 90% até 1877 para menos de 2% em 1925⁴.

Tabela I. Exportação de café/Exportação Total (%) - (1877-1925)

PERÍODO	%
Até 1877	> 90
1877-1881	(80-90)
1890	< 50
1892	< 40
1898	= 19
1925	= 2

FONTE: Helder Lains e Silva - S.Tomé e Príncipe e a cultura do café. 1958

Muitas plantações são abandonadas, por dificuldades de recrutamento de mão-de-obra. Com o declínio do café cresce o interesse pela cultura do cacau que havia sido introduzido em 1822, mas não se desenvolveu devido ao melhor preço do café. Embora

⁴ Helder Lains e Silva - S. Tomé e Príncipe e a cultura do café, Lisboa, 1958

produzido por métodos similares, o cacau tinha uma tecnologia que requeria menos mão-de-obra. O máximo de 36.500 toneladas de cacau foi produzido em 1913, iniciando-se o seu declínio progressivo nos anos subsequentes.

Tabela II. Exportação de Cacau/Exportação Total (%) - (1899-1925)

PERÍODO	%
1899-1904	< 80
1905-1917	> 90
1925	= 86

FONTE: Helder Lains e Silva - S.Tomé e Príncipe e a cultura do café. 1958

Não obstante a queda na produção física do cacau, o seu preço ainda compensava os custos de produção, não se tendo encontrado nenhuma outra cultura tropical mais rentável. Continuava assim a aposta no cacau que continua a sua curva descendente para estabilizar a nível de 7.000 / 8.000 toneladas por ano (média de 1950).

A baixa do preço internacional do cacau, associado a cada vez maiores dificuldades no recrutamento de trabalhadores para as plantações (“contratados” vinham de Angola desde 1875, Cabo Verde desde 1905 e de Moçambique desde 1908), e ainda a exaustão dos solos, doenças e velhice das plantações, podem ser apontadas como causas do abandono progressivo das plantações e redução da produção.

Na tentativa de se encontrar substituto para o cacau, culturas como a palmeira e coqueiro foram experimentadas. A produção de coconote cresceu progressivamente de uma média de 1.000 toneladas (1907-1918) para 5.310 toneladas (1943 -1956). O mesmo tendo acontecido com a copra que passou de 700 toneladas (1926 -1935) a 4.700 toneladas (1946-1956) e azeite de palma de 480 toneladas (1926-1935) a 2.100 toneladas (1946-1956). Apesar do incremento na produção física, o preço destes produtos não só não cresceu como esperado, como teve tendência para baixa pelo que, continuou o domínio da economia pelo cacau.

O aumento contínuo de preço do cacau a partir de 1966 pôs em evidência que a era do cacau ainda não terminara, levando ao abandono progressivo das outras culturas e à reabilitação de cacauzais abandonados, o que poderá ter sido a causa do ligeiro aumento de produção de cacau verificado de 1966 a 1970.

Tabela III. Crescimento médio de preço de cacau (%) (Base: 1965)

Ano	1966	1967	1968	1969	1970	1971
(%)	40	72	131	200	121	68

FONTE: Helder Lains e Silva - S.Tomé e Príncipe e a cultura do café. 1958

Tabela IV. Exportação de Copra e Azeite (ton) - (1926-1956)

MÉDIA				
PERÍODO	COPRA	%	AZEITE	%
1926-1935	700	100	480	100
1936-1945	2 340	334	1 270	265
1946-1956	4 700	671	2 100	438

FONTE: Hélder Lains e Silva - S.Tomé e Príncipe e a cultura do café. 1958

Tabela V. Média de crescimento dos principais produtos (%) - (1947-1969) (Base: 1947)

PERÍODO	CACAU		COCONOTE		COPRA		AZEITE PALMA	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1947-1950	95	88	121	101	114	99	121	76
1951-1953	105	104	121	78	116	89	116	51
1954-1956	88	98	100	58	107	80	84	32
1960-1963	119	84	84	48	134	94	59	25
1964-1966	110	72	72	56	141	137	39	16
1967-1969	124	129	58	44	127	91	21	9

FONTE: 1947-1956 Hélder Lains e Silva - S.Tomé e Príncipe e a cultura do café. 1958

1960-1969 Calculado de F.M. de Carvalho Rodrigues - S.Tomé e Príncipe sob o ponto de vista agrícola. Lisboa, 1974

A tabela VI reflete a situação da produção anual do cacau no período imediatamente anterior à independência, com uma produção anual média inferior a 8.000 toneladas.

Tabela VI. Produção de cacau (1966 - 1970)

Ano	1966	1968	1970
Produção (ton.)	5900	7500	8000
Crescimento	100	127	136

FONTE: Brigada de Fomento Agro-Pecuário - Diversificação Cultural em S.Tomé e Príncipe, S.Tomé, 1972

PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Em 1975, de um total exportado de nDbs 179.564, o valor correspondente ao cacau foi de 163.649, representando um peso de 91%⁵.

Não obstante o seu peso na economia Nacional, a produção de cacau de 1984 situa-se já a nível de 3.378 toneladas (tabela VII), ou 42% da produção de 1978.

Tabela VII. Percentagem relativa de crescimento de Produtos Agrícolas (%) - (1979-1984)

Ano	1978*	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Cacau	95	88	121	101	114	99	121
Copra	105	104	121	78	116	89	116
Coconote	88	98	100	58	107	80	84
Café	119	84	84	48	134	94	59

* Estimativa (Ministério de Agricultura, S.Tomé) FONTE: 1979-1981 - The Courier, nº 85 -1982-1984, Departamento de Estatística/Ministério de Agricultura. S.Tomé

⁵ Boletim Informativo - Ministério de Coordenação Económica, Cooperação e Turismo. S.Tomé e Príncipe, 1978

A crise geral da produção agrícola iniciada nas décadas anteriores continua a agravar-se no período “90 - 96” de forma acentuada (Tabela VIII).

Tabela VIII. Evolução da Produção Agrícola (1 000 ton.) - (1990-1996)

Ano	1976-89	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cacau	5,0	3,6	3,6	4,1	4,3	3,4	4,6	3,5
% (base 76/89)	100,0	72,0	72,0	82,0	86,0	68,0	92,0	70,0
Copra	3,7	1,2	0,6	0,7	0,7	0,9	0,7	1,2
% (base 76/89)	100,0	32,0	16,0	19,0	19,0	24,0	19,0	32,0
Azeite de Palma	-	0,2	1,0	1,5	1,0	0,7	0,7	1,2
% (base 1990)	-	100,0	500,0	750,0	500,0	350,0	350,0	600,0
Banana	-	7,1	10,0	12,0	13,0	13,7	2,7	13,5
% (base 1990)	-	100,0	141,0	169,0	183,0	193,0	179,0	190,0
Fruta pão	-	1,9	0,9	1,5	1,8	1,5	1,6	1,8
% (base 1990)	-	100,0	47,0	79,0	95,0	79,0	84,0	95,0
Milho	-	2,7	3,6	4,0	4,0	4,3	4,3	4,5
% (base 1990)	-	100,0	133,0	148,0	148,0	159,0	159,0	167,0

Assiste-se, no período considerado, a um agravamento contínuo da Balança Comercial, que acusa Défices anuais superiores a vinte milhões de Dólares (Tabela IX).

Tabela IX. Balança comercial

Anos	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
A. Exportações								
Total f.o.b. (milhões de US\$)	10,9	4,4	5,5	5,4	6,6	6,5	5,1	4,9
% de crescimento (ano base 1988)	100	40	50	59	61	60	47	45
1. Cacau								
Volume (toneladas métricas)	7000	3640	3607	4188	44305	3392	4577	3500
% de crescimento (ano base 1988)	100	52	52	60	62	48	65	50
Exportação f.o.b (milhões de US\$)	9,8	4	5	4	4	5	5	5
% do total		85	93	78	63	76	92	97
% de crescimento (base 1988)	100	38	52	43	43	51	48	49
2. Café								
Volume (toneladas métricas)	72	37	11	14	24	24	29	20
% de crescimento (ano base 1988)								
B. IMPORTAÇÕES								

TOTAL CIF (milhões de US\$)	-33,5	-26,6	-30,6	-28,1	-32,0	-30,4	-22,5	-29,5
1. Produtos Alimentares			-4,70	-4,63	-5,64	-5,24	-5,90	-4,70
2. Ajuda Alimentar			-3,70	-3,68	-3,55	-3,98	-1,79	-0,50
3. Total Alimentos			-8,40	-8,31	-9,19	-9,22	-7,69	-5,20
1. Total	24,9	22,9	16,1	17,3	20,7	23,9	18,9	
2. Na Agricultura	8,9	9,1	8,3	9,2	8,5	8,1	6,9	
3. % Agri/Total	35,7%	39,7%	51,6%	53,2%	41,1%	33,9%	36,5%	

Fonte: Alfandega, Banco Central, Ministério do Plano e Finanças (citado por Carlos B. Gomes)

EVOLUÇÃO RECENTE

O percurso de STP rumo ao desenvolvimento económico, confronta-se com muitas barreiras, constituídas à partida pela sua própria insularidade e total exposição a factores exógenos, recursos humanos e naturais limitados e um mercado particularmente exíguo mesmo impeditivo de dinâmica natural de efeitos multiplicadores. No cômputo geral é um país que tem vivido muito à custa de ajuda externa e estima-se que esta dependência perdurará ainda por algum tempo.

Tabela X. Alguns Indicadores Económicos

ANO	2012	2013	2014	2015	2016
População	178 739	182 328	186 024	189 819	193 712
PIB (var. anual)	4,6	4,2	4,5	4,0	4,0
PIB per capita (USD)	1 402,5	1 648,4	1 743,1	1 656,7	1 760,4
Inflação média anual (%)	10,4	7,1	6,4	4,0	5,1
Saldo orçamental (% do PIB)	(10,7)	(2,0)	(4,1)	(7,5)	(4,6)
Balança Corrente (% do PIB)	(37,5)	(27,6)	(31,8)	(21,9)	(17,9)
Stock da dívida Externa (% do PIB)	84,5	75,5	72,2	86,2	79,3

A variação anual do PIB no período 2012-2016, situou-se entre os 4% a 4,6%, tendência que se vai manter em 2017, prevendo-se um aumento para 5% em 2018 e 5,5% em 2019 (Fonte MFCEA, projeção do FMI).

De uma inflação de dois dígitos em 2012 (10,4%), passou-se a uma taxa de 4% em 2015, registo este mais baixo em duas décadas, que poderá ter como causa a ancoragem da Dobra ao Euro.

Relativamente ao orçamento, da série de dados disponíveis, pode-se concluir que o ano 2013 foi excepcional, na medida em que de um défice de 10,7% em 2012, registou-se uma queda abrupta para 2% nesse ano. A tendência nos anos subsequentes não foi

consistente, tendo-se verificado défice das contas acima de 4%, atingindo mesmo 7,5% em 2015.

Contudo, em termos gerais, houve melhorias como consequências de algumas reformas encetadas pelo governo no quadro de compromissos com os parceiros de desenvolvimento, tanto no capítulo da arrecadação das receitas, como no controle das despesas.

O défice crónico do saldo das contas correntes espelha uma das fragilidades do país que é a sua exportação ser constituída praticamente por um só produto que é o cacau. De facto, a baixa constante dos preços no mercado internacional, a estrutura produtiva ainda frágil, o excesso de terras abandonadas e a insuficiência de financiamento bem como a falta de um melhor aproveitamento dos financiamentos existentes, aliado às incertezas da natureza são os principais factores que justificam o estado da balança corrente do país.

Apesar dos vários constrangimentos inerentes à especificidade do país, STP está a crescer a um ritmo mais acelerado que o de outros PEIVD, com um crescimento do PIB superior a 4% desde 2012, devido à revitalização do setor privado para impulsionar as exportações, bem como o reforço do processo de convergência nominal e da sustentabilidade do regime cambial fixo em vigor.



Imagem I. Cacau, um dos principais produtos locais.

CAPÍTULO 3

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2 (ODS 2) E METAS RESPECTIVAS

ODS 2.1 *Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.*

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto estratégia nacional, deve ser multissetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos, ao acesso de modo regular e permanente, a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, para satisfazer as suas necessidades dietéticas a fim de levarem uma vida ativa e saudável sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, económica e socialmente sustentáveis.

A segurança alimentar e nutricional exige acções intersectoriais de garantia de acesso, quer dos recursos naturais, tais como sementes de boa qualidade, terra, florestas e água para consumo e produção de alimentos, quer dos serviços públicos adequados, como energia, educação, infraestruturas, transporte e saúde e saneamento, assim como fortalecimento da agricultura familiar e de acções específicas dos povos e comunidades rurais.

A disponibilidade e o acesso aos alimentos são necessários, mas não são suficientes para garantir a segurança alimentar, uma vez que os alimentos, embora sendo fonte de vida, de saúde e de prazer, também podem representar riscos para a saúde humana, com a ingestão de alimentos contaminados, resultante de más práticas de higiene ou por substâncias nocivas e indesejáveis, como certos microrganismos, produtos químicos e outros elementos utilizados no seu processo de produção e transformação.

A dieta básica da população de S. Tomé e Príncipe consiste essencialmente em banana, arroz, ovos, matabala, feijão, mandioca, legumes, fruta-pão, batata-doce, izaquite e inhame que podem ser acompanhados de peixe ou carne (porco, frango) no entanto, o consumo de outras frutas é esporádico e o seu benefício não foi reconhecido por nenhuma das comunidades visitadas⁶.

Para se atingir os objectivos e metas definidas, impõe-se uma intervenção adequada na agricultura, pecuária e pescas, sectores responsáveis pela produção de alimentos. S. Tomé e Príncipe tem condições potenciais para o desenvolvimento desses sectores, desde que se resolva os principais constrangimentos existentes. Em paralelo, impõe-se a implementação de programas de protecção social que visam eliminar a extrema pobreza melhorando a oferta de sectores básicos chave como a nutrição, saúde e justiça e a melhoria de criação de emprego especialmente na camada mais jovem para melhorar o rendimento das famílias, tendo em conta que de acordo com (IOF, 2010)

⁶ consultar a lista de comunidades visitadas no apêndice deste documento

66,2% da população total de São Tomé e Príncipe é pobre. É necessário, que haja, assim, uma associação entre o rendimento mínimo e as políticas/estratégias activas tendentes à reinserção económica e social; associação entre subsídio de desemprego e formação profissional; criação de emprego para jovens e mulheres (taxa de desemprego para as mulheres situa-se nos 19.7 %, o que representa 9.3% mais do que os homens) e implementar políticas regulamentares para melhor proteger e combater o trabalho infantil.

No quadro dos oito Objetivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM) traçados ao virar do século, STP conseguiu cumprir apenas três, nomeadamente os relativos ao acesso universal ao ensino primário, redução da taxa de mortalidade infantil e melhoria da saúde materna. Para além destes três objetivos, o país não conseguiu atingir os outros, embora os relativos ao combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças, e garantia de sustentabilidade ambiental, apresentem rácios muito satisfatórios. A erradicação da extrema pobreza e a fome foi um dos objetivos não conseguidos e, o país não possui ainda um sistema de avaliações e divulgações periódicas sobre o estado de segurança alimentar dos São-Tomenses que, aliado aos mecanismos correctos de monitoria poderia ser uma mais valia para se perceber a evolução dos quatros pilares de segurança alimentar.

De acordo com a FAO: *“existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social, e económico a alimentos nutritivos suficientes e seguros para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para terem uma vida ativa e saudável”*, sendo a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade os seus pilares.

No sentido de enfrentar os desafios postos pela problemática de segurança alimentar e nutricional, vários são os programas e políticas adotadas pelo Governo, podendo-se destacar, dentre outros: i) Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**ERSAN-CPLP**); ii) Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (**ENRP**) 2012-2016; iii) Elaboração da Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural (**CPADR**); iv) Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (**PNSAN**) 2012-2023; v) Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional (**PNIASAN**) 2016-2020; vi) Estratégia Nacional de Segurança Sanitária Alimentar (**ENSSA**) 2017-2022; vii) Estratégia de Protecção Social, viii), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (**CONSAN**), 2016-2020 através do Decreto-Lei n.º 6/2016. Este organismo tem por missão assegurar a coordenação e seguimento de políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto ao nível da segurança alimentar e nutricional e realização do direito a alimentação adequada em S. Tomé e Príncipe, liderado por sua Excelência o Primeiro Ministro e coliderado por um ministério chave, o da agricultura.

Já em relação a estratégia Nacional de Protecção Social, o governo, através do Ministério de Emprego e Acção social, implementa duas grandes políticas: a) a protecção social que visa eliminar a extrema pobreza em 10 anos e engloba sectores chave como saúde e justiça e b) política de reformulação dos programas existentes i) mães

carenciadas a famílias; ii) aumentar o numero de beneficiários das pensões sociais; iii) trabalhos públicos comunitários, em que a camada jovem desempregada recebe um subsidio de desemprego em troca de serviço publico. Especificamente, a Política e Estratégia Nacional de Proteção Social contemplam a reestruturação do programa de transferências “Mães Carenciadas” num programa de transferências monetárias condicionadas para apoiar as famílias em extrema pobreza. Este novo programa de apoio as famílias em extrema pobreza promoverá uma maior *procura* por parte das famílias mais pobres pelos serviços de nutrição e saúde e outros serviços básicos, porque se torna imperioso fortalecer a *oferta* destes serviços. Este último é o objetivo principal do programa dos Primeiros 1.000 Dias Mais Críticos (DMC) para o grupo prioritário de mulheres grávidas e crianças menores de 2 anos.

O programa do Ministério da Saúde, é focado nas famílias e crianças mais vulneráveis, tomando em conta a situação atual da pobreza e vulnerabilidade; e as políticas e planos existentes nas áreas de nutrição e saúde. Em paralelo, a estratégia Nacional de Redução da Pobreza, cujos, os objectivos são os de consolidar os ganhos já alcançados pelo país ao longo da ultima década, implicando criar e assegurar as condições essenciais para o crescimento e criação de emprego e, por consequência, reduzir a pobreza que afeta hoje mais de 65% da população são-tomense. No entanto, a implementação de todas estas políticas e estratégias são da responsabilidade de cada membro do Governo da área temática. Para colmatar essa falta de coordenação foi criado o CONSAN.

O CONSAN é um órgão consultivo e prepositivo que tem por missão assegurar a coordenação e monitoramento de políticas, programas e outros instrumentos sectoriais com impacto ao nível da segurança alimentar e nutricional e realização do direito humano a alimentação adequada em STP. Constituído por 22 membros, dos quais fazem parte, entre eles (ministros chave, representantes da sociedade civil, sector privado, academia, representantes das autarquias e do governo regional, etc.), o órgão que foi criado em Novembro de 2016 está ainda a dar os primeiros passos, criando já dois grupos temáticos de trabalho (Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação escolar) de modo a se alinharem estratégias e compromissos de caracter internacional, como a ESAN- CPLP. Ao órgão deveria ser- lhe seja concedida uma maior autonomia como um órgão de tomada de decisões de modo a que possa vincular os diversos ministérios a terem um papel na implementação das políticas públicas nesta matéria e, tal só passará por acontecer se houver uma verba do Orçamento do Estado designada para tal.

A produção dos principais produtos alimentares encontra-se dispersa por todo o país, concentrando-se as maiores produções em certas áreas dependendo das características edafo-climáticas aí prevalectes.

Tabela XI. Evolução dos principais produtos básicos (ton.)

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Banana Prata	20 000	21 000	20 731	20 466	20 204	19 946	20 942	21 481	21 910
Banana Pão	15 479	16 800	15 564	14 419	13 358	12 375	12 994	14 429	13 996
Banana Valéry	3 900	3 485	4 393	5 538	6 980	8 799	9 239	7 339	6 972
Matabala	11 019	12 231	11 008	9 907	8 916	8 025	8 426	9 719	9 330
Fruta Pão	6 860*	3 308	3 639	4 003	4 404	4 844	5 087	4 615	4 384
Mandioca	1 254	1 343	1 365	1 387	1 410	1 433	1 505	1 491	1 461

FONTE: MADR

*O valor referido para Fruta-Pão parece desenquadrado com a série para os anos seguintes. Por falta de dados comparativos não foi possível à equipa verificar esses dados. Não nos parece ter havido fenómenos que justificassem a redução para metade da produção no ano seguinte.

A batata inglesa também é apreciada, mas a produção local é bastante limitada.

A produção de cereais (arroz, trigo, milho), leguminosas (feijões) e de produtos de origem animal (carnes, leites e derivados) também são insuficientes para atender às necessidades locais.

A agricultura familiar responde às necessidades em banana, matabala, mandioca e verduras e outros bens de produção local enquanto as importações suplementam o défice em cereais (arroz, trigo e milho), óleos, produtos lácteos, açúcar e carnes.

A banana foi o produto mais produzido com uma média no período em análise de 278Kg per capita, os tubérculos (matabala, mandioca, batata doce e batata inglesa) 92Kg per capita e finalmente a fruta-pão com uma média per capita de 31Kg.

Tabela XII. Evolução da produção das bananas (ton.)

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Banana Prata	20 000	21 000	20 731	20 466	20 204	19 946	20 942	21 481	21 910
Banana Pão	15 479	16 800	15 564	14 419	13 358	12 375	12 994	14 429	13 996
Banana Valéry	3 900	3 485	4 393	5 538	6 980	8 799	9 239	7 339	6 972
TOTAL	39 379	41 285	40 688	40 423	40 542	41 120	43 175	43 249	42 878

FONTE: MADR

A análise da produção interna, revela que a produção de bananas é insuficiente para fazer face às necessidades de consumo da população.

HORTICULTURA

Embora se faça em todo país, a horticultura é feita com maior intensidade por pequenos agricultores nos distritos de Água Grande, Mé-Zóchi e Lobata. Os principais produtos são, tomate, cenoura, repolho, feijão-verde, cebola, alface e outros.

Tabela XIII. Evolução da produção de hortícolas e outras 2008-2016 (ton.)

ANO	2008*	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Tomate	715	922	991	1 065	1 145	1 230	1 292	1 202	1 021
Feijão-verde	1 014	866	687	545	432	342	360	497	487
Repolho	1 193	901	838	780	726	676	710	784	768
Cenoura	1 082	771	837	909	987	1 072	1 126	1 036	1 015
Milho seco	1 318	1 515	1 282	1 085	917	776	815	1 024	768
Cebola	100	115	190	315	522	864	907	588	500
Alface	40	46	54	63	74	86	90	77	78
Batata Inglesa	161	185	162	141	123	107	112	135	136
Batata doce	-	-	3 015	2 595	3 637	3 638	3 639	1 942	1 950

*Dados de produção de 2008 fornecidos pelo MADR

Em 2016, produziu-se cerca de 3.869 ton de produtos hortícolas tendo sido importado no mesmo ano cerca de 827 ton. A média de produção e importação no período 2010-2016 é de 4.000 ton e 670 ton, respectivamente, sendo o consumo per capita, no mesmo período, de 22,2 Kg.

De entre os produtos hortícolas a produção média de cebola⁷ foi de 456 ton e a importação foi de 467 ton, no período em análise (2010-2016), enquanto em 2016 os valores de produção local e importação cifraram-se em 500 ton e 513 ton, respectivamente.

PRODUTOS PECUÁRIOS

Neste ramo de actividades já existem empresários destacados com avultados investimentos, apesar de enfrentarem inúmeros constrangimentos e dificuldades. Actualmente, os ovos consumidos são, na sua maioria, produzidos no País não havendo, por conseguinte, recurso à importação.

Não obstante, o sector não tem conseguido dar resposta às necessidades totais de

⁷ Dados a serem verificados por discrepância com valores observados no mercado na quantidade deste produto, o que sugere uma muito maior discrepância entre os valores localmente produzidos, em muito menor quantidade, que as quantidades importadas. Um dado a ter em consideração é o facto de um ligeiro atraso na importação deste bem ocasionar um aumento de preço do mesmo em mais de 200% no mercado retalhista

consumo da população que, (segundo as recomendações da FAO, se situam a nível de 10Kg/habitante/ano), cobrindo apenas cerca de 59% dessas necessidades (DP).

De acordo com dados disponíveis⁸, em 2016 estimava-se a existência de cerca de 1.362 cabeças de gado bovino no país. A taxa de crescimento dos efetivos no período 2008-2016, foi de 4,2%. Porém, de 2015 a 2016 o crescimento foi de apenas 1%.

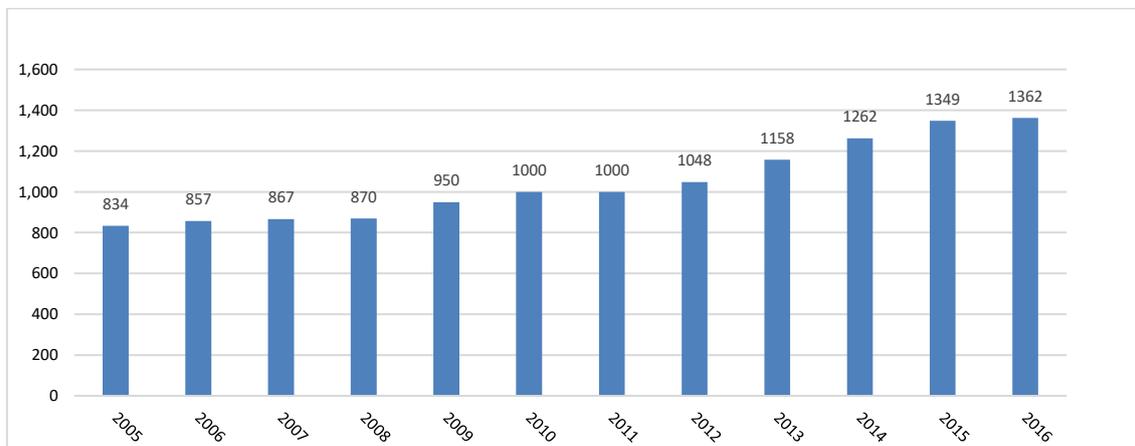


Figura I. Efectivo Bovino

A criação de animais de médio porte é muito comum e constitui uma das maiores fontes de proteína animal na alimentação e também de melhoria de rendimento para a população.

Tabela XIV. Evolução dos efetivos de animais de médio porte

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Caprinos	25 477	25 585	25 636	25 750	27 718	27 660	30 668	32 508	30 825	30 643
Ovinos	2 442	2 542	2 509	2 521	2 532	2 589	3 002	3 182	3 395	3 404
Suíños	26 984	27 379	27 639	27 643	27 657	28 210	28 230	29 350	31 105	35 319

FONTE: MADR

Em 2007, o número de suínos era de 26.984, os caprinos 25.477, e os ovinos 2.442. Em 2016 os efetivos aumentaram para 35.319, 30.643 e 3.404 respectivamente, o que significa que houve um crescimento de 31%, 20% e 39% quando comparados os anos de 2007 e 2016. Entretanto, é de notar que desde 2014 que se regista um declínio no efectivo de caprinos.

PRODUÇÃO AVÍCOLA

A avicultura é a actividade mais popular da pecuária são-tomense, com uma prática disseminada por todo o país e praticado pela maioria das famílias, principalmente nas comunidades rurais.

⁸ Os dados relativos aos efectivos animais foram retirados do estudo « Etat des lieux de l'élevage et des industries animales en RDSTP, Janeiro 2013 », financiados pelo BAD.

Há já alguns anos que se vêm instalando algumas unidades semi-industriais. A maior unidade de produção de frangos e ovos localiza-se no Distrito de Lobata. Em 2016, estimou-se uma existência de cerca de 280.000 aves e 3.590 poedeiras.

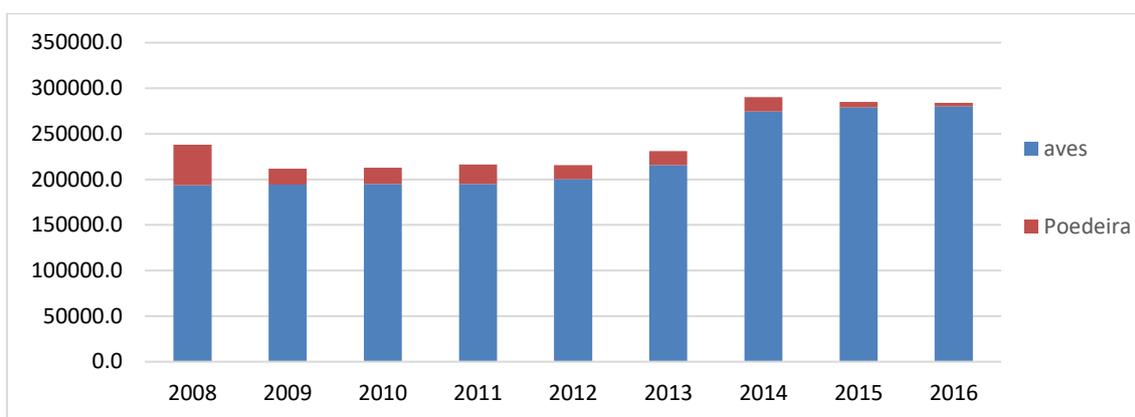


Figura II. Aves e Poedeiras

Fonte: Ministério da Agricultura /INE

A situação actual de produção avícola traduz-se por uma dependência absoluta em ração importada cujo preço de mercado ronda as 13 nDbs por Kg. Um frango de engorda leva cerca de 30 a 35 dias para atingir 1,5 Kg. Por cada ciclo (35 dias) o frango consome cerca de 2,5 Kg de ração o que representa um custo de 30 nDbs.

O pinto importado (para frango de engorda) custa 45 nDbs (preço de mercado) ou mínimo 25 nDbs (importação directa). Outros custos (medicamentos, etc.) rondam 10 nDbs/frango, isso implica um custo de produção por frango em cerca de nDbs 60 a 75. O importador directo, sem intermediário, vende o frango a um preço de nDbs 90 com uma margem de 15 a 20 novas dobras, margem suportável apenas por grandes produtores locais.

A produção local de ração para a alimentação dos animais necessitaria de 75% de milho. O consumo total nacional actual de ração é de 18 contentores por mês com 700 sacos (de 30 Kg cada) o que significa um consumo anual aproximado de 5.000 toneladas (18 * 700 * 30 * 12). Ter-se-ia de produzir cerca de 4.000 toneladas de milho exclusivamente para produção de ração, primeiro problema a ser ultrapassado. A produtividade média actual de produção de milho a nível nacional ronda os 1,2 a 1,5 ton/ha (a do BECAF⁹ ronda as 2,5 a 3,0 ton/ha).

O preço médio actual de venda do milho é de aproximadamente nDbs 8 /Kg. Mesmo ao preço de nDbs 5 /Kg, ao se acrescentar os outros componentes (importados) concentrados (premix), o preço da ração dificilmente seria inferior ao da ração importada actualmente (cerca de nDbs 13/Kg ou 380 nDbs/saco de 30 Kg).

A produção local de Reprodutoras para frangos de Engorda exige determinadas condições específicas de difícil concretização para a maioria dos pequenos produtores

⁹ Base Experimental de Culturas Alimentares e Frutícolas (BECAF)

nacionais tendo em conta vários factores:

A pequenez do mercado: As condições de sustentabilidade operativa: (i) Regularidade de fornecimento de energia sem interrupção; (ii) Regularidade de abastecimento de água; (iii) Sazonalidade do mercado derivado ao consumo irregular; Custo benefício em termos de investimento inicial (amortização).

Tendo em conta a sua especificidade, dever-se-á estudar convenientemente a possibilidade de produzir localmente os pintos do dia para galinhas poedeiras, uma vez que se tratam de híbridos. Ou seja, terão de ser sempre utilizados os parentais em primeiro cruzamento (F1).

Estes levariam 12 a 18 meses a entrar em produção passando a pôr ovos para o mercado e para a produção local de pintos do dia para a produção de frangos de engorda e para poedeiras, que seriam então fornecidos aos criadores locais.

RECURSOS PESQUEIROS

Dois tipos de pesca são praticados em STP: a pesca artesanal, que é a mais popular e tradicional e a pesca semi-industrial.

A pesca artesanal, é praticada quase que exclusivamente por pescadores residentes nas zonas costeiras. Para as fainas, usam pequenas pirogas, grande parte delas rudimentares, à vela e/ou motorizadas.

Estas embarcações muito frágeis, por lei, não deveriam ir pescar para além das 12 milhas, porém, por escassez de peixe nas águas limítrofes, os pescadores são obrigados a ir, por vezes, até 40-45 milhas para efectuar a sua faina pesqueira.

Há relato de práticas de captura não aconselháveis com rede de malhas muito apertadas, uso de granadas etc., o que poderá agravar ainda mais a situação com dizimação de stock e a conseqüente redução de muitas espécies de grande valor.

A pesca semi-industrial é efectuada em embarcações de maior porte (mais de 10 metros de comprimento) construídas basicamente em fibra de vidro e têm uma capacidade de 0,5 toneladas a 1,5 toneladas de pescado. Geralmente, os seus proprietários são pessoas com algum poder económico acumulando esta actividade, com outras, empregando à custa do rendimento da actividade, pequenos pescadores como marinheiros privados nas fainas que duram em média 5 dias. . Este facto justifica a inclusão desses trabalhadores no conjunto de pequenos pescadores, no respeitante à duplicação da produtividade das capturas e dos respectivos rendimentos.

O gráfico da figura III regista as capturas de 2008 a 2016.

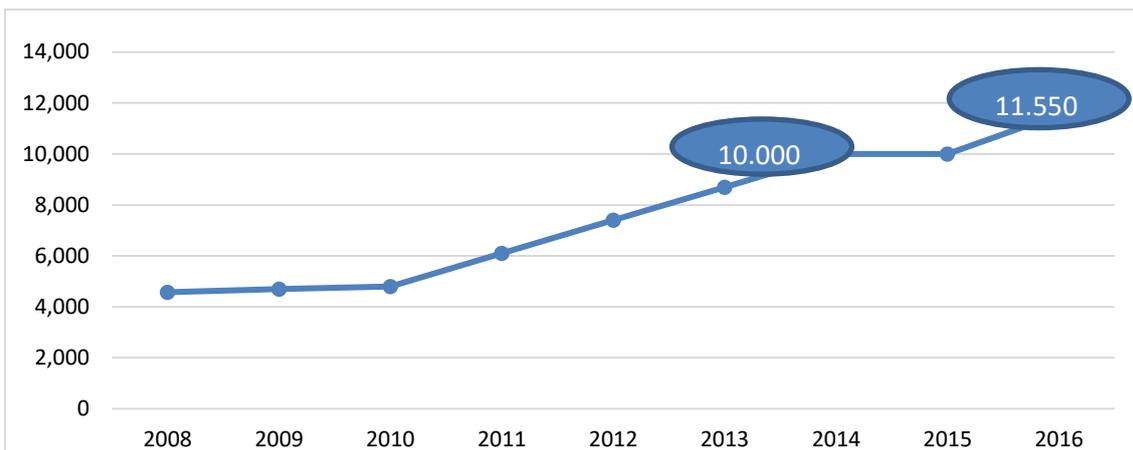


Figura III. Captura 2008-2016 (ton.)

Fonte: Direção das Pescas

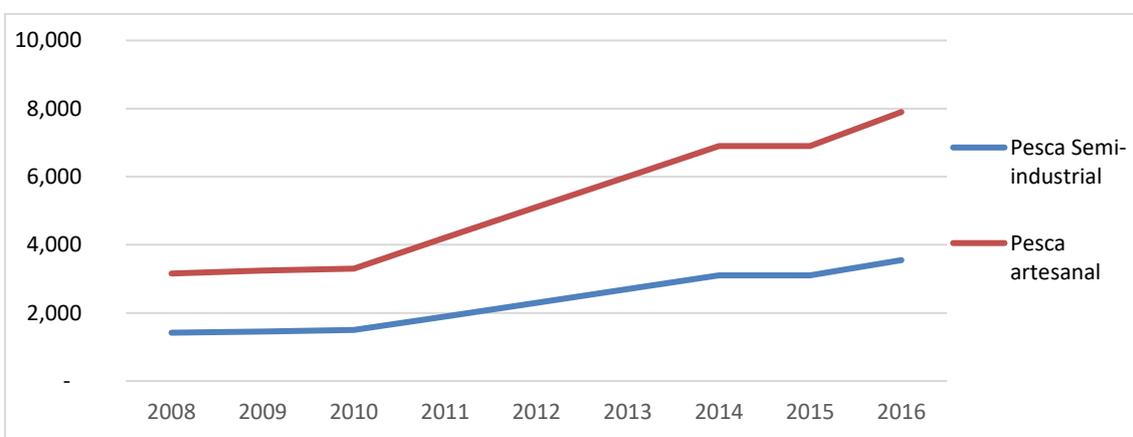


Figura IV. Pesca semi-industrial vs Pesca artesanal

Fonte: Direção das Pescas

De uma maneira geral, todo o pescado capturado é consumido internamente, sob várias formas: grande parte é consumido em fresco, e nos períodos de excesso de captura alguma parte é salgada e outra se necessário é defumada.



Imagem II. Indústria pesqueira São Tomense.

PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS

A produção agropecuária depende de três recursos fundamentais: Terra, Capital e Mão-de-obra:

1. **Terra.** A dimensão territorial é reduzida, muito acidentada o que limita a capacidade de produzir em vantagens comparativas com outros países de grandes superfícies planas (caso do milho por exemplo). A reduzida dimensão faz com que não haja terra suficiente para o desenvolvimento de grandes extensões de culturas. Os solos pela utilização intensiva e inadequada em anos sucessivos apresentam-se degradados e com baixa aptidão agrícola;
2. **Mão-de-Obra.** É um recurso limitado que condiciona o desenvolvimento da agricultura: (i) No tempo colonial, sempre se fez recurso à mão-de-obra importada (originária de Cabo Verde desde 1875, de Moçambique desde 1905 e de Angola desde 1908) para a agricultura; (ii) Os descendentes dos ex-trabalhadores das roças, têm cada vez menos propensão para trabalhar na agricultura, por razões diversas: maiores níveis de estudo e formação, êxodo rural à procura de melhores condições de vida, perspectiva de emprego em áreas como o petróleo e turismo; (iii) Desmotivação resultante do fenómeno roubo generalizado; (iv) População são-tomense sem tradição de agricultores, muitos tendo sido eles próprios possuidores de terras ou descendentes de donos de terra. Daí que será necessário analisar com muita profundidade a utilização desse recurso;
3. **Capital.** Embora a escassez tenha vindo a ser complementada pelo apoio da comunidade internacional, a sua aplicação não tem sido apropriada, a julgar pela ineficácia dos resultados.
4. A reduzida dimensão do mercado associada á insularidade impõe à partida fortes limitações ao desenvolvimento agrícola por encarecer em demasia o preço dos insumos necessários à produção que são todos importados.
5. Deficiente infraestrutura não cria ambiente favorável para a instalação e desenvolvimento de indústrias transformadoras, pelo menos em termos de vantagem comparativa.
6. Sistema de educação deficiente e falta de interesse em matérias agrícolas não permite o aparecimento de quadros técnicos capazes de assistir convenientemente os produtores;
7. A organização de mercado interno de vendas de pescado também constitui um grande desafio, em virtude de a comercialização ser feita em locais não adequados, de uma forma aleatória associada a grande volatilidade de preços.
8. Relativamente ao pescado, o nível actual de captura é satisfatório, permitindo um consumo per capita superior ao mínimo recomendado por organismos internacionais (FAO).

Apesar dos desafios enumerados, STP apresenta potencialidades que incluem:

- a) Capacidade de produção de animais em sistemas apropriadamente adaptados; e
- b) Abundância de recursos haliêuticos.

Contudo, para que estes factores contribuam para o combate à fome e insegurança alimentar e nutricional necessário se torna a implementação de políticas e estratégias específicas que ataquem as causas profundas desses fenómenos.

RECOMENDAÇÕES:

AGRICULTURA

- Reabilitação de infraestruturas de base de apoio à produção:
 - Vias de acesso para maior facilidade de escoamento de produtos e circulação de pessoas;
 - Armazenamento em condições próprias de produtos excedentários da agricultura, pesca e pecuária como forma de regularizar os preços de venda e contribuir para uma produção sustentável;
 - Velar pela instalação de indústrias transformadoras de produtos localmente produzidos, em condições satisfatórias: preços, qualidade e quantidades. Hoje existe alguma iniciativa neste sentido, apoiadas pelos doadores internacionais, mas que não satisfazem determinados requisitos: (i) Escala reduzida do tipo artesanal e qualidade não propícia à conquista do mercado internacional; (ii) Qualidade e preços que dificilmente competem com produtos equivalentes importados;
- Linhas de crédito bonificadas para aquisição de insumos agrícolas, materiais e instalação de empreendimentos em condições satisfatórias de celeridade no acesso e vantagens específicas em termos remuneratórios.
- Os pequenos agricultores e empreendedores dificilmente terão condições de acesso a essas linhas de crédito (garantias, reembolso etc.) pelo que se deve estudar formas alternativas, disponibilizando créditos através de médios empreendedores que por sua vez estendiam esse serviço aos pequenos produtores em forma de crédito em espécie, visto que tem resultado melhor este modelo no país;
- Instalação de mecanismos efectivos e rápidos de exercício de autoridade de estado relativamente as pilhagens e roubos das propriedades e produtos (controlo e prevenção);
- Reforço e apoio à continuação da constituição de associações e cooperativas representativas dos sectores produtivos e de serviços, tornando mais efetiva a extensão aos mesmos de serviços de apoio;
- Proceder igualmente em relação a sementes e plantas geneticamente melhoradas com produção de híbridos localmente de forma a reduzir os custos de produção com a redução do preço dos insumos (sementes);
- Apoiar os agricultores na criação de associações e cooperativas e respectivos regulamentos de funcionamento, com apoio das ONGs;
- Atribuição de benefícios com base na igualdade de género, através de: Melhora dos direitos de propriedade das mulheres, o que aumentaria a produção agrícola dos domicílios (World Bank, 2012); igualar o acesso a recursos produtivos e fertilizantes entre agricultores homens e mulheres, para se aumentar a produção agrícola (até 2,5 a 4%) em países em desenvolvimento, como é o caso de São Tomé e Príncipe (FAO, 2011). É imperativo, também, eliminar barreiras que

impedem as mulheres de trabalhar em determinadas ocupações ou setores, reduzir a disparidade de 9% de desemprego quando comparado com os homens, pois isso traria efeitos positivos similares, reduzindo o hiato de produtividade entre trabalhadores homens e mulheres de um terço até a metade e aumentando a produção por trabalhador, que por sua vez regenera a economia (World Bank, 2012).

A) Pecuária

a. Promoção de criação familiar de suínos, caprinos, ovinos e frangos com distribuição de reprodutores para uma rápida multiplicação de efectivos:

Este programa deverá:

- Identificar empreendedores com capacidade para servir de apoio aos pequenos criadores e agricultores, reforçar a sua capacidade financeira e conceder-lhes meios para apoiar os pequenos empreendedores, em condições de fácil acesso, créditos e condições de bonificação e rápido desembolso;
- Proceder a um programa de multiplicação de animais por inseminação de forma a criar animais melhorados, com alimentação à base de produtos locais e resistentes às doenças e pragas locais;
- Distribuição de reprodutores produtores familiares, por conceito de crédito em espécie, como já é praticada em alguns casos;
- Formar os agricultores em técnicas de manejo e gestão animal
- Apoio na construção de estábulos e aquisição de animais;

B) Relançamento da produção de carne e leite de bovinos e cabras

- Elegir para execução do programa, propriedades de média e grande dimensão que teriam a incumbência de multiplicar os reprodutores e apoiar as actividades de novos criadores
- Apoiar no financiamento para:
 - Reabilitar e melhorar estábulos
 - Equipar as propriedades
 - Aquisição de reprodutores melhorados
 - Apoiar os serviços veterinários

C) Desenvolvimento de pecuária moderna das espécies de ciclo curto (relançamento de unidades de produção de caprino, ovinos e suínos)

- Apoio a produção local de alimento para animais;
- Maior utilização de subprodutos agrícolas e agroindustriais;
- Aumentar e melhorar as forragens e promover a produção de pastos melhorados;
 - a. Reforço dos serviços veterinários;
 - b. Melhoria dos serviços de apoio à criação.
- Estudar as possibilidades de ampliação do mercado nacional através de acordos de livre circulação de bens;
- Estudar as possibilidades de criar pequenas represas para efeitos de armazenagem de água para fins de irrigação e de produção elétrica;

- Estudar as possibilidades de implantação de condutas de transporte de água para o fomento de grandes áreas de irrigação;
- Reparar vias de acesso para escoamento de produtos e melhor circulação de pessoas;
- Estudar as possibilidades de uma escola agrícola;
- Rever o curriculum da formação em agricultura da universidade pública em sintonia com o Ministério de Agricultura;
- Criar um plano de formação de técnicos para o sector agropecuário nas mais diversas especialidades, para dar competência técnica aos departamentos afins e também de reforçar as delegações regionais;
- Rever a tabela salarial dos quadros técnicos de forma a criar maior incentivo para o desenvolvimento das suas actividades;
- Adotar um conjunto de medidas de políticas de suporte e incentivo ao produtor local;

ODS 2.2 Até 2030, **acabar com todas as formas de malnutrição**, incluindo atingir até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre malnutrição crónica e malnutrição aguda em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

A avaliação do estado nutricional baseia-se no conceito segundo o qual, numa população bem alimentada, as distribuições do peso e da altura das crianças, para uma determinada idade, se aproximam de uma distribuição normal.

As práticas alimentares inadequadas dizem respeito, não somente à qualidade e à quantidade dos alimentos ingeridos pelas crianças.

A malnutrição proteica-energética nas crianças designa um conjunto de perturbações caracterizadas por uma interrupção ou um atraso de crescimento e desenvolvimento. Trata-se de um resultado combinado de consumo alimentar inadequado e da morbilidade. A malnutrição pode ser avaliada por sinais clínicos, análises bioquímicas ou medidas antropométricas. Por razões práticas, os indicadores antropométricos constituem a medida mais utilizada na maior parte dos inquéritos. Os indicadores mais utilizados nas crianças menores de 5 anos de idade são: o peso em função da idade (peso-por-idade), a estatura em função da idade (altura-por-idade) e o peso em função da estatura (peso-por-altura).

No que diz respeito à nutrição, nos últimos anos regista-se uma queda na proporção de crianças menores de 5 anos com insuficiência ponderal, mas outros indicadores do estado nutricional das crianças, tais como a prevalência de atraso no crescimento-malnutrição crónica, continuam com níveis considerados elevados (MICS, 2014). Isto influencia negativamente, não apenas os progressos registados na sobrevivência infantil, dado o contributo da desnutrição para a mortalidade infantil, mas também para o capital humano, a redução da pobreza e o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo do arquipélago.

Uma alimentação nutricionalmente pobre em alimentos ricos em ferro resultante de um fraco poder de compra para os adquirir (sobretudo os de origem animal), pode ser uma das causas dos altos valores de anemia que persiste nas crianças mais vulneráveis, sabendo-se que esta condição pode ser causada pela deficiência em ferro e pode ter um impacto, muitas vezes irreversível, no desenvolvimento cognitivo e na imunidade de uma criança UNICEF (2014).

De acordo com Kotecha (2011), a anemia pode, também, reduzir o apetite na criança, acabando por criar um ciclo vicioso que põe em risco a saúde da criança.

Tabela XV. Estado Nutricional (MICS, 2014)

Indicador MICS	Indicador	Descrição	Valor
2.1a ODM	Prevalência de	Porcentagem de crianças <de 5 anos que	
2.1b 1.8	insuficiência ponderal (a)	estão abaixo de	8.8
	moderada e grave (b) Grave	(a) desvios padrão -2 (moderada e grave) (b) desvios padrão -3 (grave) da mediana peso para idade do padrão da OMS	1.8
2.2.a	Prevalência de	Porcentagem de crianças <de 5 anos que	
2.2b	Malnutrição crónica	estão abaixo de	17.2
	(a) Moderada e grave (b) Grave	(a) desvios padrão -2 (moderada e grave) (b) desvios padrão -3 (grave) da mediana altura para idade do padrão da OMS	4.5
2.3a	Prevalência da	Porcentagem de crianças <de 5 anos que	
2.3b	Malnutrição Aguda	estão abaixo de	4.0
	(a) Moderada e grave (b) Grave	(a) desvios padrão -2 (moderada e grave) (b) desvios padrão -3 (grave) da mediana peso para altura do padrão da OMS	0.8
2.3c	Prevalência de excesso de peso	Porcentagem de crianças <de 5 anos que estão acima de desvios padrão 2 do mediano peso para altura do padrão da OMS	2.4

O estado nutricional das mulheres em idade reprodutiva (dos 15-49 anos) é um dos determinantes da mortalidade materna, do bom desenvolvimento da gravidez bem como do seu desfecho. Influencia também a morbilidade e a mortalidade nas dos recém-nascidos. E, condicionado, em simultâneo, pelo equilíbrio energético, o estado de saúde e o tempo ocorrido desde o último nascimento (IDS, 2009).

A proporção de mulheres que recebem durante a gravidez cuidados pré-natais por pessoal qualificado, apresenta muito poucas diferenças por características sociodemográficas. Contudo, a proporção de mulheres que receberam cuidados pré-natais de um médico, varia de acordo com o local de residência, a região, o nível de instrução e o bem-estar económico.

Na verdade, a proporção de mulheres que fizeram uma consulta pré-natal prestada por um médico é maior nas áreas urbanas (20%) do que nas áreas rural (7%). As variações são também significativas de acordo com o nível de instrução. Com efeito, entre as mulheres sem instrução, 4% fez consultas pré-natais com um médico, enquanto é respectivamente de 11% e 20% entre aquelas do nível primário e secundário ou mais.

É na Região Centro que se encontra a maior proporção de mulheres que consultaram um médico (16%). As menores taxas foram observadas na Região Sul (2%) e na Região Autónoma do Príncipe (1%). Constata-se, também, que a proporção de mulheres que fizeram consultas pré-natais com um médico diminui ligeiramente com a ordem de nascimento, sendo de 15% entre as primíparas e 9% entre os entre os nascimentos de ordem 6 ou mais filhos.

Para serem eficazes, os cuidados pré-natais devem ser efectuados numa fase precoce da gravidez, e sobretudo devem continuar com alguma regularidade até o parto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda pelo menos quatro consultas pré-natais, em intervalos regulares durante a gravidez.

Por último, 98% das mulheres não esperam até os últimos meses da gravidez, para realizar a primeira consulta pré-natal. O número mediano de meses de gestação na primeira consulta é de 3,9. Este valor é menor no meio urbano do que no meio rural (3,7 meses, contra 4,1).

Os resultados globais indicam que 66% das mulheres foram informadas sobre os sinais de complicações na gravidez. Esta percentagem varia em função do local de residência e da região. As mulheres eram significativamente mais conhecedoras na Região Autónoma do Príncipe (98%) do que nas outras três regiões (Norte: 69%, Sul: 64% e Centro: 63%). As mulheres residentes nas áreas rurais estavam bem mais informadas (74%) do que as das áreas urbanas (58%).

É importante mencionar que a maioria das grávidas entrevistadas por esta equipa diz ter cumprido as visitas de pré-natais, no entanto ainda há um número significativo que recorre a parteiras tradicionais e têm parto em casa. Mais importante ainda referir que muitas das grávidas e mães consomem diariamente vinho de palma e, tal foi corroborado pela equipa nas visitas de campo. No entanto, não há ainda, no país, um estudo que quantifique quantas grávidas e mães em fase de aleitamento consomem diariamente vinho de palma que, como se sabe, pode trazer consequências nefastas, desde atraso no desenvolvimento, deficiências cardiopáticas, nascimento de bebés com Síndrome do Alcoolismo Fetal, etc.

Existe, contudo, um progresso muito significativo na redução da taxa de mortalidade, como pode ser analisado na tabela abaixo, que passou de 71% em 2000 para 45% em 2006 e, para 38% em 2014. Os progressos nas condições sociais e de saúde no país levaram. Assim, a ganhos substanciais no aumento de esperança de vida das/dos São-Tomenses, como consequência da baixa taxa de mortalidade em todas as faixas etárias (IDS, 2009).

Tabela XVI. Taxa da mortalidade infantil

Indicador	Descrição	Valores por ano		
		MICS 2000	MICS 2006	MICS 2014
Tx. de mortalidade infantil	Probabilidade de morrer antes de 1 ano de idade	71	45	38

De acordo com (MICS, 2014), estima-se que 9 % das crianças menores de cinco anos em S. Tomé e Príncipe estão abaixo do peso, sofrem de insuficiência ponderal, enquanto que 17 % sofrem de malnutrição crónica, e 5 % sofrem de malnutrição aguda severa, não havendo diferenças significativas entre as áreas urbanas e rurais.

Aproximadamente três quartos (74 %) de crianças com idade inferior a seis meses são amamentados exclusivamente, mas apenas nos primeiros 2 meses. Entre os 12 e 15 meses, 86% das crianças são amamentadas, mas a amamentação cai drasticamente desse ponto para apenas 24% entre os 20 e 23 meses de idade.

Como resultado dos padrões de alimentação, apenas 59% das crianças com idade entre 6 e 23 meses são consideradas adequadamente amamentadas. A amamentação com idade adequada entre todas as crianças de 0 a 23 meses é de 62%, segundo o MICS. No entanto, a a equipa considera mais próximo da realidade, os 44% referenciados no IDS.

Em relação as grávidas entrevistadas, a maioria restringe o consumo diário de alguns produtos, nomeadamente certos peixes, ovos e legumes pois “dão mal de barriga ao bebé” e ainda há diversas barreiras sociais que impedem as grávidas e as jovens mães de cumprirem uma alimentação variada e recomendada pelas unidades sanitárias.

Esta avaliação global usando o indicador de dieta mínima aceitável revela que s apenas 22% das crianças tiveram uma dieta mínima aceitável (isto é, consumo de 4 refeições/lanches/refeições lácteas; (ii) alimentos de pelo menos 4 grupos de alimentos; e (iii) leite materno ou pelo menos duas refeições lácteas).

Em relação a este indicador, visto que a mulher tem um papel fundamental na agricultura de pequena escala, as crianças pequenas acabam por ficar em casa com outros membros da família que não tem qualquer conhecimento do valor nutricional dos alimentos, acabando por preparar aquilo que está disponível que, não é de todo, o mais adequado.

Nos países em desenvolvimento, a malnutrição é uma causa subjacente de óbitos por doenças infecciosas nas crianças. É a resultante de uma alimentação inadequada devido a práticas alimentares não apropriadas e à prevalência das doenças infecciosas e parasitárias que se desenvolvem em condições higiénica, ambiental, individual e colectiva deficiente.

No decorrer de um inquérito IDS STP, registou-se o peso e a altura das crianças menores de cinco anos e das mulheres de 15-49 anos, no intuito de determinar o seu estado nutricional. Em suma, foram recolhidos dados sobre as práticas de amamentação, de

aleitamento materno de complemento, assim como o consumo de micro- nutrientes (p. ex. ferro, vitamina A iodo).

Nenhuma das mulheres entrevistadas conhecia a importância dos “1000 dias” e a importância desse período na vida de uma criança. Entenda-se que os 1000 dias de vida, compreendem o período desde a gestação até aos dois primeiros anos completos da criança. Esse período é muito importante pois pode determinar tanto a criança quanto o adulto que ela vai se tornar. As pessoas entrevistadas, especialmente as mulheres, estão interessadas em receber educação nutricional e a poderem identificar quais são os produtos mais adequados para serem consumidos dentro do agregado familiar, especialmente o que deve ser dado às crianças.

Já os homens, têm pouco conhecimento sobre nutrição, mas têm de ser envolvidos em programas de educação nutricional e mudança de comportamento, uma vez que são eles que tomam decisões a nível do agregado familiar, nomeadamente o que vai ser cozinhado tendo em conta que são eles, os homens, que gerem/controlam o dinheiro no agregado familiar, ficando a mulher, muitas vezes, dependente do que ele lhe dá. Note-se que isto acontece, sobretudo, nas zonas rurais. Existe ainda uma certa percepção de que as comidas processadas são melhores para as crianças, desvalorizando a importância dos produtos locais e optando por opções aparentemente mais rápidas, nutricionalmente mais pobres e, até mais caras.

PREVALÊNCIA DA ANEMIA NAS CRIANÇAS E MULHERES

Os testes feitos pelo MICS em 2014, realizados em crianças de 6 a 59 meses e em mulheres com idade compreendidas entre os 15 e os 49 anos, constataram:

Anemia nas crianças

A anemia nas crianças de 6 a 59 meses de idade pode ser classificada em três níveis, de acordo com a concentração da hemoglobina no sangue. Assim, a anemia é considerada como sendo severa se a medida de hemoglobina por decilitro de sangue for inferior a 7,0 gramas por decilitro (g/dl), moderada se esse valor se situar entre 7,0 e 9,9 g/dl, e ligeira entre 10,0 e 10,9 g/dl.

Mais de seis em cada dez crianças de 6 a 59 meses de idade (67%) em S. Tomé e Príncipe sofrem de anemia: 33% na forma ligeira, 33% na forma moderada e 1% na forma severa.

Na faixa etária dos 6 aos 23 meses de idade, mais de quatro em cada cinco crianças sofrem de anemia. A prevalência diminui a partir dos 24 meses e atinge os 52% na faixa etária dos 36 aos 59 meses. Registam-se mais meninos anémicos do que meninas (69% e 65% respectivamente) e não se observam disparidades importante quanto a localização geográfica, sendo de 67% tanto no meio rural como no meio urbano.

A Região do Príncipe apresenta uma prevalência da anemia mais elevada (72%) do que o resto do país; no entanto, sabe-se, no entanto, que estes valores diminuíram

consideravelmente (23%) devido ao Vitaferro. A distribuição de Vitaferro (o nome selecionado para pó de micronutrientes após este teste) começou com 1.024 crianças de 6 a 59 meses de idade na Região Autónoma de Príncipe no final de 2015 e continuou ao longo de 2016. O objetivo desse programa - a redução de anemia em crianças - foi alcançado com uma alta taxa de sucesso. O número de crianças com a anemia diminuiu 23% em 2016 na Ilha de Príncipe. O sucesso do projeto deve-se principalmente a sua abordagem de implementação inovadora centrada na seguinte:

- A introdução de um novo produto, pó de micronutrientes, que foi testado antes da implementação do programa e nomeado e projetado com os beneficiários e autoridades locais;
- Em termos de parceria, o teste do programa de uma abordagem inovadora da colaboração entre o setor público e privado com a introdução de financiamento do setor privado estabelecido na Ilha de Príncipe;
- O reforço do programa de colaboração intragovernamental em torno da primeira infância que engajou os setores da saúde e da educação pré-escolar na implementação e monitoramento da introdução de pó de micronutrientes em jardins de infância e centros de saúde.

Relativamente aos quintis de pobreza, nota-se que a prevalência da anemia é mais baixa nas crianças do quintil mais rico (63%).

O nível de anemia severa é baixo (1%) e não representa grandes diferenças nos diversos subgrupos da população, ainda que seja mais elevado entre as crianças dos 12 aos 23 meses (2,1%), da Região do Sudeste (2,4%) e do quarto quintil de pobreza (2,4%).

Comparando os dados do inquérito MICS 2014 com o DHS 2008-2009, nota-se que a anemia nas crianças dos 6 aos 59 meses aumentou de 62% no DHS para 67% no presente inquérito MICS. A maior mudança verificou-se no grupo com anemia moderada (28% no DHS e 33% no MICS);

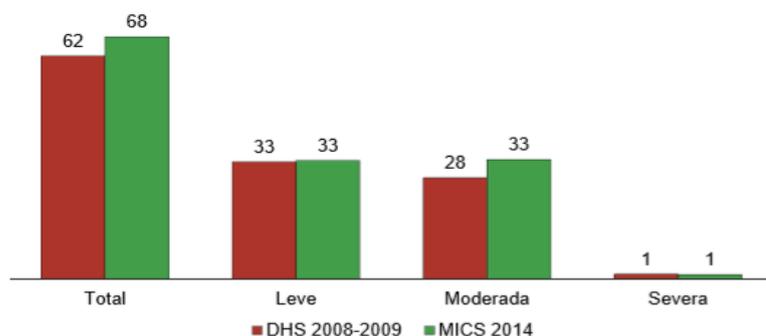


Figura V. Percentagem de crianças anémicas dos 6 aos 59 meses de idade, de acordo com o nível de gravidade da anemia, segundo os estudos DHS 2008-2009 e MICS 2014.

Anemia nas mulheres

Quase metades das mulheres são anémicas (47%): 35% sofre de anemia ligeira, 10% de anemia moderada e 1% de anemia severa. Os resultados de acordo com as características sociodemográficas apontam desigualdades importantes.

A prevalência da anemia é mais elevada nas mulheres grávidas do que nas mulheres não grávidas, ou seja, 61% contra 46%.

Mais de três em cada dez (32%) das mulheres grávidas é moderadamente anémica contra 8% das mulheres não grávidas.

A predominância da anemia varia em função da idade da mulher. Verifica-se que 55% das mulheres dos 15 aos 19 anos de idade é anémica contra 44% das mulheres de 40 a 49 anos.

Relativamente ao número de crianças, a prevalência diminui com o aumento da paridade: de 55% nas mulheres sem filhos a 44% nas mulheres que têm 6 filhos ou mais; Constatam-se diferenças entre a Região Autónoma do Príncipe e as outras regiões, sendo a primeira de 42% e variando entre 46% e 51% nas restantes regiões.

Quanto ao meio de residência, as áreas urbanas (49%) apresentam um nível de anemia mais alto do que as áreas rurais (43%).

Existem diferenças maiores segundo o nível de educação da mulher, com 57% das mulheres anémicas sem qualquer nível de instrução contra apenas 32% de mulheres com instrução secundária.

Segundo o quintil de pobreza, as maiores diferenças apresentam-se no quintil mais pobre (51%) e mais rico (45%).

A anemia nas mulheres aumentou entre o DHS 2008-2009 e o MICS 2014, com 43% de anémicas no DHS e 47% no presente inquérito MICS.

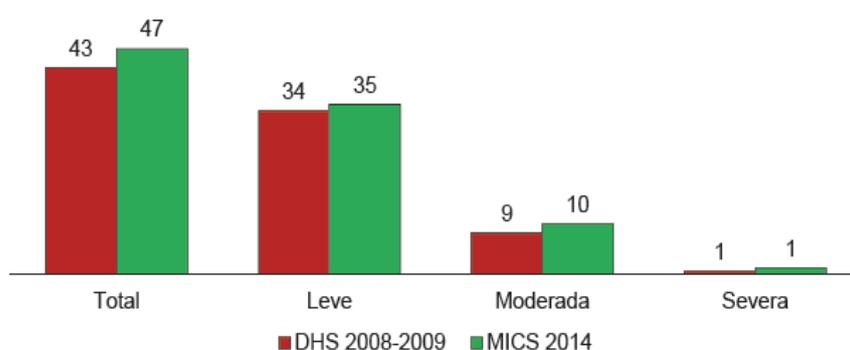


Figura VI. Percentagem de mulheres anémicas dos 15 aos 49 anos de idade, de acordo com o nível de gravidade da anemia, segundo os estudos DHS 2008-2009 e MICS 2014

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Até o ano 2011 as cantinas escolares foram cofinanciadas pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e a partir de 2012 essa responsabilidade foi transitada progressivamente para o Governo São-tomense, contando com a ajuda do Governo do Brasil, muito experiente nesta matéria.

Durante o período de transição foi elaborada e aprovada a Lei nº4/2012 denominada Lei do PNASE (Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar) que define todas as orientações gerais do seu funcionamento, as suas estruturas funcionais, a gestão, e define a sua autonomia financeira, com a responsabilidade de capacitar os seus quadros. Desde 2016, o Governo São-tomense assumiu todas as responsabilidades com a alimentação das crianças nas escolas públicas do país, e em algumas privadas.

Todos os parceiros envolvidos neste Programa acordaram concentrar a sua acção segundo 5 eixos fundamentais:

1. Estratégia de Sustentabilidade: Estratégia de Sustentabilidade de transição do programa entre o governo e doadores externos;
Marcos nacionais de políticas: existe um alinhamento com o marco de estratégia, políticas e leis nacionais, inclusão de programas de alimentação escolar nos marcos de políticas nacionais, promovendo a sustentabilidade e a boa implementação de um Programa Escolar de qualidade.
2. Capacidade Financeira: Financiamento, orçamento estável e sustentável. Inclusão do programa na planificação nacional e no processo orçamental garantindo uma rubrica exclusiva para o PNASE.
3. Capacidade Institucional e de Coordenação: processos institucionais bem definidos para a implementação, supervisão e prestação de contas. O PNASE deve contar com recursos suficientes. Capacidade técnica do pessoal e mecanismos de controle adequados para o controle da qualidade e prestação de contas, com o objectivo de assegurar uma gestão eficiente e transparente.
4. Desenho de um modelo adequado e programa de gestão eficiente: desenho de um programa de qualidade, com custo efectivo baseado nas necessidades do país, com objectivos claros e com uma estratégia de compras e fornecimento de alimentos locais, sempre que possível.
5. Papel da comunidade: participação e apropriação pela comunidade de modo a assegurarem a sustentabilidade do programa.

Na medida em que se cruza com todos outros programas/pilares como a agricultura, pesca, a nutrição, a saúde, o desenvolvimento e a protecção social e a aprendizagem dos alunos. O PNASE constitui assim uma das apostas para atingir os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável 2, uma vez que tem como objectivo complementar as necessidades nutricionais dos alunos e formar hábitos de alimentação saudáveis durante a sua permanência na escola, contribuindo para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças. Contribui, directamente também para o ODS4 (educação), uma vez que ao alimentarem-se bem, as crianças estudam melhor; o que por outras palavras

significa que a alimentação escolar tem uma ligação directa com o aproveitamento e sucesso escolar.

Por outro lado, ao se introduzir a possibilidade de oferecer, na refeição escolar, alimentos que são desenvolvidos de forma sustentável e, portanto, mais saudáveis pode, também, fazer a diferença no âmbito educativo, capaz de promover a educação para a sustentabilidade. Quando empregadas adequadamente, as compras públicas – o poder de compra – podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável entre escolas e agricultores, que proporciona dividendos sociais, económicos e ambientais, ao mesmo tempo que promove a cultura da sustentabilidade.

Apesar dos vários esforços feitos pelo governo e de excelentes iniciativas criadas pelo programa, de referir por exemplo a estratégia de comunicação sobre a importância da alimentação escolar em S. Tomé e Príncipe, a articulação sectorial dos outros ministérios com o PNASE continua ainda longe de estar a funcionar de uma maneira coordenada e sustentável.

A maioria das escolas, diz que não segue o menu escolar *“pois o financiamento não chega e também que muitos pais não contribuem”*, outras afirmam que o valor transferido pelo PNASE não é constante e é libertado com muito atraso pelo que é necessário um jogo de cintura para garantir que as crianças não fiquem sem comer”. Das visitas efetuadas às escolas por esta equipa, constatou-se que o menu recomendado pelo PNASE não está a ser implementado tal como previsto e recomendado pelo Ministério da Educação.

Tudo isto vem em conta do que foi ouvido nas consultas efetuadas em todos os distritos em que, foi evidenciado a necessidade de se estimular o consumo de produtos locais para se valorizar e promover os produtos com origem comprovada e controlada que por serem locais em geral são mais frescos e por isso contribuem com a saúde e a qualidade de vida.

Ao mesmo tempo estimulam o resgate dos valores dos usos e das práticas alimentares que compõem a tradição local e reafirma-se a importância de diversificar a cesta de alimentos que compõem a base da alimentação.

Deste modo, a reformulação das ementas escolares deve ser repensada, nomeadamente a substituição do arroz (alimento que não é produzido no país) em conjunto com outros mecanismos do ministério da agricultura para que o custo de produção dos produtos locais possa ser reduzido e se aumente, o consumo daquilo que é produzido localmente.

Alem disso, terá de haver uma maior sensibilização dos pais, uma vez que na conjuntura actual, as famílias inquiridas, passaram a percepção de que nas escolas as crianças já têm uma refeição diária que deve, na totalidade, suprir todas as necessidades diárias básicas recomendadas. No entanto, os autores deste estudo, recomendam que haja uma maior sensibilização de modo a que sobretudo as mães, percebem que a

importância da alimentação começa em casa e que, na escola, a refeição escolar funciona como um complemento, visto que a criança chega a escola muito depois do período dos 1000 dias de vida. Além do mais, é imperativo saber-se quantas das crianças que recebem uma refeição escolar, são vulneráveis, havendo necessidade, portanto de haver um cruzamento de dados entre o ministério do trabalho, emprego e acção social e o PNASE.

Do ponto de vista dos autores, o PNASE tem tudo para ser um programa com sucesso se houver uma boa reformulação e coordenação multisectorial; maior liquidez financeira por parte do governo; maior envolvimento dos pais e encarregados de educação; melhoramento da dieta alinhado a plano de monitoria melhorado. Tendo em conta que, se os alunos são beneficiados com alimentos saudáveis, do outro lado temos os pequenos agricultores, que ganham força comercial pela ampliação do mercado comercial, abre-se para o agricultor, mais uma oportunidade de vender os seus produtos e também contribui para a organização e qualificação da agricultura familiar, na medida em que estimula e diversifica a produção de alimentos, além de assegurar a venda dos produtores impulsionando a geração de renda, contribuindo num espectro geral para se acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Os principais problemas nesta área podem ser resumidos do seguinte modo:

- ❖ Fraco conhecimento do valor nutricional dos produtos, o que leva a uma dieta alimentar pouco variada e bastante fraca de um ponto de vista nutricional, isto é, inadequada quantidade e qualidade da dieta ao nível da família;
- ❖ Tabu social que levam as grávidas e jovens mães a não ingerir determinados alimentos;
- ❖ Taxa alta de gravidezes precoces e pouca aderência por preconceito aos métodos de planeamento familiar;
- ❖ o programa escolar contém ainda várias lacunas: (i) orçamento de estado dependente de ajuda externa o que leva a uma fraca liquidez de capital a ser destinado para o programa de alimentação escolar, por; (ii) fraca participação dos pais; (iii) insuficiência na dieta sobretudo nos micronutrientes e proteínas; que tem de ser reforçadas com um plano de monitoria mais estreito e mais frequente.
- ❖ Lei n.º 4/2012 fixa expressamente no seu artigo 15.º que a responsabilidade principal pelo financiamento do programa é do Estado e que esse financiamento se faz através do Orçamento do Geral do Estado (OGE), com a contribuição dos ministérios da saúde e da educação, de acordo com as duas vertentes do programa. Porém, falta clareza em determinados aspectos desta norma legal como: i) Qual é o compromisso do Estado com a alimentação escolar, isto é, se há uma percentagem de referência para a alimentação escolar; ii) face às dificuldades financeiras do OGE, a Lei não indica a proveniência dos fundos (Fonte de Recursos) e; a Lei não indica o âmbito do financiamento, ou seja, se o OGE deve cobrir a globalidade dos encargos do programa.
- ❖ O Comité Intersectorial de Pilotagem e Apoio ao Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar criado através do Despacho Conjunto n.º 3/2014.

O seu objectivo é o seguimento da implementação do programa através de uma abordagem intersectorial. A sua formação representa um esforço de congregar os organismos-chave para a alimentação escolar. Os aspectos específicos do funcionamento do Comité são desenvolvidos no respectivo Termos de Referência (TDR), conforme o artigo 1.º. O TDR também não é claro quanto à eficácia das decisões do Comité, o que tem implicações na prática quanto ao papel do mesmo no longo termo. Outro aspecto, a forma como foram designados os seus membros pode comprometer a estabilidade do seu funcionamento.

- ❖ Desigualdades de género a mulher não ocupam cargos de chefia e tem pouca tomada de decisão dentro do agregado familiar. As que trabalham no sector público, tem direito a uma licença de maternidade de 14 semanas (DR 3/2004) no entanto, o próprio Ministério da Saúde recomenda aleitamento exclusivo de 6 meses (24 semanas), o que se torna contraditório com as próprias recomendações sanitárias;
- ❖ Fraco acesso a saneamento básico, o que pode acarretar riscos para a saúde pública tendo em conta que diversas doenças se proliferaram devido a ausência deste serviço, fazendo com que os gastos no tratamento sejam superiores àqueles que seriam gastos na prevenção (ex. diarreias, parasitoses);
- ❖ Insuficiente número de nutricionistas no país e fraca percepção da importância da nutrição na saúde dos São-Tomenses leva a que haja um desinteresse e falta de conhecimento por parte da população, evidenciando-se a sua falta de compromisso na alimentação escolar/a nível do Distrito;

RECOMENDAÇÕES:

- ❖ Rever profundamente o quadro legal da alimentação, de modo a superar as lacunas encontradas na Lei 4/2012 e os aspectos que a mesma carece de articulação com as demais Leis e Regulamentos (Regulamentação da lei 4/2012);
- ❖ Reestruturação do quadro institucional para induzir maior sustentabilidade, eficácia, articulação institucional e envolvimento das entidades públicas e do sector privado na acção social escolar e na alimentação escolar em particular;
- ❖ Reforço da articulação legal entre o programa de alimentação escolar e os demais programas previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, tendo como pano de fundo que o PNASE deve ser um programa estruturado, regulado e operado como um verdadeiro programa de acção social escolar, e assim adotar critérios de elegibilidade comuns para garantir a convergência das diversas acções de cada programa porque todas têm o mesmo objectivo de melhorar o acesso à educação;
- ❖ Criação de uma plataforma ou um procedimento de trocas de informações regulares entre o Sistema de Protecção Social e o PNASE, em particular, quanto aos dados sobre as famílias e as crianças e situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.
- ❖ De acordo com o artigo 21º da Lei do PNSAE “a coordenação nacional do PNASE deve assegurar a elaboração e actualização regular de receitas alimentares sob a supervisão de nutricionistas e a sua distribuição nas escolas beneficiárias”. Recomenda-se a sua implementação;

- ❖ O artigo seguinte, o artigo 22.º estabelece que “devem ser priorizados os produtos locais adquiridos nos mercados Distritais encorajando a celebração de contratos de fornecimento com os produtores locais (...)”. Recomenda-se a sua implementação;
- ❖ Elaboração de uma Estratégia Nacional de Alimentação Escolar que possibilite uma maior coordenação entre o PNASE os sectores chave de outros ministérios, as Presidências das Câmaras distritais, os delegados de educação e as escolas com monitorias constantes para se determinar o valor nutricional das refeições das crianças e a efetividade do Programa;
- ❖ Deve haver, também, um maior envolvimento por parte dos pais de maneira a que haja uma contribuição e envolvimento comunitário com oferta/contribuição de produtos locais às cantinas de modo a que os menus sejam cumpridos e, os acordos entre as escolas e os produtores locais possam ser assinados; hortas escolares devem ser replicadas a todas as escolas.
- ❖ Recomenda-se uma reavaliação da contribuição dos pais para que a cantina escolar não fique comprometida, tendo em conta que o valor pago até ao momento para além de não ser uniforme, nem sempre é cumprido sobretudo pelas camadas das populações mais desfavorecidas;
- ❖ Recomenda-se a presença de menos 1 e/ou 2 nutricionistas para assegurar as necessidades básicas nutricionais nos hospitais, escolas, jardins-de-infância, prisão e quartel em cada distrito;
- ❖ De modo a que haja uma maior responsabilidade e comprometimento por parte dos órgãos implementadores e do próprio governo, recomenda-se que todos os projectos de cooperação em S. Tomé e Príncipe sejam acompanhados de um quadro lógico e haja uma avaliação por órgãos terceirizados para se avaliar o impacto dos mesmos nas comunidades. O governo deve, assim, deve garantir que os novos projectos, para serem aprovados, tenham em consideração aquilo que os outros anteriores projectos já fizeram no país;
- ❖ Recomenda-se que, apesar dos esforços já existentes de coordenação entre parceiros de desenvolvimento e governo, deve-se incluir nos mecanismos de avaliação e seguimento, outros parceiros de cooperação relevantes que ainda estão fora destas estruturas de coordenação, nomeadamente sector privado, as organizações da sociedade civil e a representantes do poder local para criar um maior engajamento por via de todos os parceiros;
- ❖ Deverá haver maior apoio na comercialização, conservação e transformação de produtos alimentares e uma melhoria significativa na qualidade dos produtos e das condições higiénicas;
- ❖ Incentivar e apoiar a produção hortícola com disponibilização de sementes de boa qualidade e vulgarização de técnicas adequadas;
- ❖ Garantia da segurança alimentar só poderá ser conseguida através do crescimento da produção local de alimentos, de uma melhor distribuição dos alimentos pela adopção de medidas de política conducentes à redução dos preços de produtos locais, ao aumento da sua oferta (com qualidade) para que sejam competitivos em relação aos produtos importados e educação orientada para o consumo prioritário de produtos de base local.

- ❖ Consolidar a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar de uma forma coordenada, planificada e sustentável;
- ❖ Mobilização de recursos humanos e materiais para reactivar a sensibilização das grávidas para consultas pré-natal, consumo de alimentos ricos em ferro e tomas de sal ferroso e ácido fólico;
- ❖ Há necessidade de estudos sobre o efeito das bebidas alcoólicas nas mulheres grávidas e mães adolescentes e, de projectos de protecção social devidamente definidos de modo a se reduzir a percentagem de pobreza;



Imagem III. Dieta diversificada e aleitamento exclusivo.

ODS 2.3 *Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres camponesas, de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valores de emprego não agrícola.*

Não obstante o esforço de investimentos executados com os vários projectos e programas implementados no sector agropecuário, com investimentos avultados, o crescimento da produção e melhoria da produtividade esperados, não têm sido atingidos, continuando o país a enfrentar problemas económicos e sociais importantes. A acção da Cooperação Internacional em S. Tomé e Príncipe assentou-se fundamentalmente nas formas tradicionais de “ajudas” e financiamentos a *Projectos*. Essa forma de assistência teve, em certos casos, impacto negativo uma vez que ajudas alimentares, na maioria dos casos, fornecem produtos que são concorrentes aos produtos locais. Tratando-se de produtos excedentários das agriculturas altamente subsidiadas dos Países doadores, torna-se impossível aos produtores locais, desprovidos de qualquer apoio financeiro ou outros incentivos, agravados por maiores custos de produção, produzirem em condições mais vantajosas.

É necessário um planeamento mais rigoroso, para que os projectos tragam acções autossustentáveis. É importante que os projectos não funcionem como ilhas levando a

uma duplicação de esforços por parte dos parceiros e, posteriormente o agravamento da dívida externa, pondo em causa não só a eficiência e eficácia dos mesmos, como ainda a sua viabilidade. Para tal, mecanismos de controlo tem de ser implementados para que os projectos possam ser quantificados e se entenda o valor do impacto que tiveram para as comunidades onde atuaram e, para o país, como um todo.

Uma multitude de projectos e programas de assistência, sem estar enquadrado no âmbito de políticas económicas e sociais integradas numa estratégia de médio / longo prazo, pode não permitir maximizar os benefícios, podendo, até, ter como efeito o enfraquecimento das instituições administrativas do Estado tendo em conta que muitas unidades de gestão de projectos são criadas sem estarem integradas devidamente nos órgãos do estado.

Observa-se a ausência de políticas concretas das autoridades locais de protecção e incentivos à produção local. Deve-se estudar a melhor forma de suporte aos agricultores de forma a vencer essas adversidades. Caso não se enverede pelo suporte directo aos factores de produção (não aceite e por alguns doadores, poder-se-á estudar a possibilidade de apoio ao rendimento aceite pela maioria de doadores internacionais, sendo largamente aplicado nos Estados Unidos¹⁰.

Com o processo de privatização de terras criou-se pequenas parcelas de produção, facto que não favorece o desenvolvimento de certos cultivos: (i) No caso de culturas industriais de exportação os pequenos agricultores têm características que não se adequam a esse tipo de agricultura: (i) Exigem grandes superfícies para rentabilizar a plantação e negociar com os mercados de input (compra de insumos e output (venda dos produtos), (ii) O longo prazo que medeia da plantação à primeira colheita não permite ao pequeno agricultor sobreviver; (iii) A sazonalidade da colheita (apenas 3 meses por ano) constitui um fator limitativo, não tendo recursos financeiros 8 a 9 meses por ano; (iv) Não conseguem enfrentar os custos elevados com a investigação exigível para uma plantação rentável e adequada.

A parcialização da terra afeta igualmente a produção alimentar e a produção de hortícolas levando os pequenos agricultores a concentrar uma grande quantidade de produtos em pequenas áreas com o fim exclusivo de aumentar a sua renda, vivendo exclusivamente na dependência da ajuda sob a forma de assistência financeira a fundo perdido. Este modelo não permite a rentabilização do capital por várias razões: (i) Não rentabilizando o capital empregue, não constitui poupanças e cria uma situação de concorrência desleal com outros produtores privados; A dimensão minúscula da terra traz desvantagens por ausência de efeito de escala; (iii) utilizam fundos dos projectos sem análise de custo/benefício, continuando sempre (mesmo no fim dos projectos de assistência a aguardar pela ajuda permanente do Estado).

¹⁰ Basicamente as medidas de suporte podem ser de dois tipos fundamentais: i) Medidas de suporte que incidem sobre os factores de produção (era utilizado principalmente pelos Países Europeus); e ii) medidas de suporte que incidem sobre os rendimentos (utilizado pelos USA), motivo de ampla discussão e controvérsia entre estes e os Europeus, já ultrapassado.

Essa situação é extensiva à pecuária, na qual fundos de grande vulto têm sido aplicados com impacto limitado.

Com essas condicionantes, procedeu-se a uma análise evolutiva de cada fileira de produção no sentido de se atingir as metas definidas. A exportação do país está limitada a poucos produtos agrícolas, continuando o cacau a ser o maior produto de exportação.

CACAU

Tabela XVII. Projecções de produtividade (kg./ha)

ANO	2017	2021	2024	2027	2030
Cacau Biológico	250	375	450	600	750
Qualidade	194	600	800	1 000	1 500

Relativamente ao cacau biológico, estima-se que em 2017 a produtividade foi de 250 kg/ha, e espera-se que a mesma atinja cerca de 750 kg/ha no ano 2030. No que concerne ao cacau de qualidade, em 2017 a produtividade foi de 194 kg/ha e espera-se que já em 2021 a produtividade aumente para 600 kg/ha, isto é mais do que o triplo.

Para a cultura de cacau, há um conjunto de ações em curso, nomeadamente enxertias, aumento de áreas plantadas e retanchar das existentes, e outros trabalhos culturais, que conduzirão certamente ao aumento da produtividade por hectare de acordo com os valores apresentados na tabela XVII.

CAFÉ

A produção de café em S. Tomé e Príncipe, começou a entrar em declínio a partir de 1890, tendo-se, em 1925, ainda produzido 175 toneladas. De 1974 a 1984 a produção média foi de 53,3 toneladas. Não obstante este panorama, sob financiamento do BAD, investiu-se um montante de cerca de ECUs 14,0 milhões numa plantação de café, sob gestão de uma firma estrangeira. A evolução posterior da produção é sintomática da ineficácia do investimento (Figura VII). Actualmente a produção anual é quase residual.

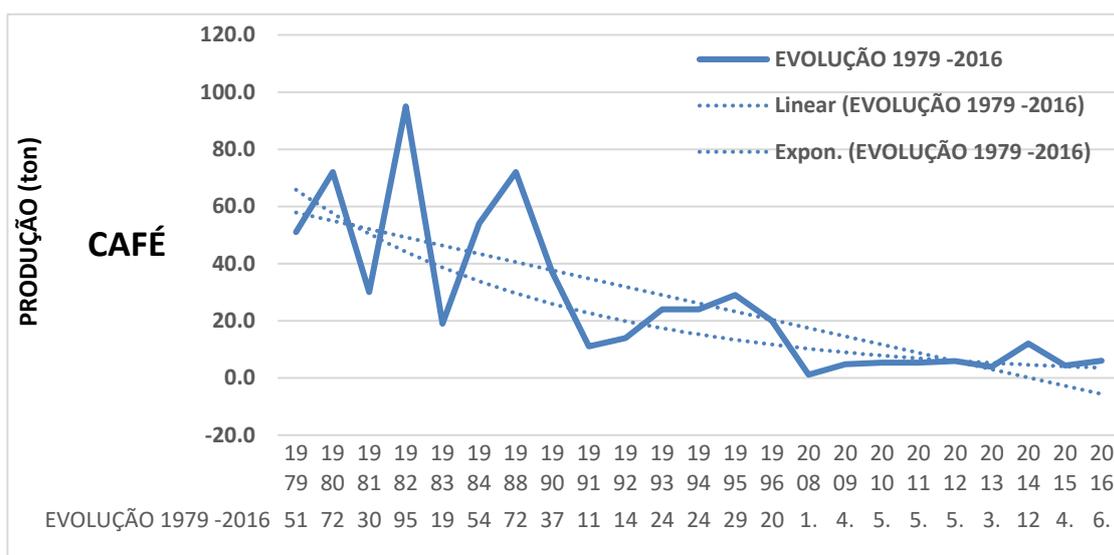


Figura VII. Produção de café (ton)

Tabela XVIII. Projecção da Produtividade do Café

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	...	2028
Arábica	98	98	98	98	108	...	210
Robusta	104	104	104	104	114	...	223

A produtividade de café Arábica em 2017 foi de 98 toneladas por hectare e a de Robusta 104 toneladas por hectare. Assumindo a hipótese de um crescimento de 10% a partir de 2021, em 2028 obter-se-á uma duplicação de produtividade de ambas variedades.



Imagem IV. Cacau e Café, as duas maiores culturas de exportação São Tomense.

PIMENTA

De acordo com a CEPIBA, em 2017, os agricultores tiveram um rendimento médio de de 239,4 Kgs por ha. Com base nessa produtividade, e assumindo uma taxa de crescimento de 10% a partir de 2021, a produtividade duplicará no ano 2027, atingindo cerca de 531,2 Kgs por ha.

A produção de pimenta em 2016 era de 14 ton, e estima-se que em 2017 tenha sido de 17 toneladas, e de acordo com a projeção efetuada a produção duplicará no ano 2023.

Tabela XIX. Duplicação de produção de Pimenta (kg/ha)

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027
Pimenta	239,4	239,4	239,4	239,4	289,7	318,6	513,2

PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS

Com base em inquéritos levados a cabo junto a uma amostragem de pequenos produtores, associações, e instituições governamentais, calculou-se os dados de produtividade que que serviram de baseline.

Tabela XX. Evolução da Produtividade de alguns Produtos Básicos Alimentares

PRODUTOS	Produtividade	Objetivo	Ano Previsto p/ Objet.
Banana (cachos/ha)	1 200	2 400	2024
Batata Doce (ton/há)	5	10	2024
Matabala (ton/há)	20	40	2024
Milho (ton/há)	3	6	2024
Mandioca	10	20	2024

BANANA

Com base nos dados de produtividade referente ao ano 2017, que nos indica a produção de cerca de 1.200 cachos de banana por ha, assumindo uma taxa de crescimento de 15% a partir do ano 2020, em 2024 podemos atingir uma produtividade de cerca de 2.413 cachos de banana por hectare.

BATATA DOCE

De conformidade com os dados fornecidos pela CIAT, a produtividade da batata doce é de 5 toneladas por ha. Tendo em conta a taxa de crescimento assumida para estes produtos, em 2024 produzir-se-á cerca de 10 toneladas por hectare.

MATABALA

De acordo com os dados fornecidos pelos agricultores da comunidade agrícola de Rio Lima, atualmente produzem cerca de 20 toneladas de matabala por ha. Admitindo um crescimento de 15% ao ano a partir do ano 2020, em 2024 a produtividade aumentaria para cerca de 40,2 ton/ha.

MANDIOCA

Na análise das informações fornecidas pela BECAF, concluímos que a produtividade de milho por ha é cerca de 3 toneladas. Assim, mantendo as assunções acima enfatizadas, espera-se que no ano 2024, a produtividade por hectare será cerca de 6 toneladas.

MILHO

A produtividade média de milho dos pequenos agricultores é de cerca de 1,5 toneladas por ha. Os níveis de produtividade conseguidos a nível experimental no BECAF anda a volta de 3 toneladas por ha podendo atingir 6 toneladas, caso se consiga controlar as pragas e garantir o sistema de irrigação. Neste caso, com a garantia dos pressupostos acima definidos, espera-se, no ano 2024, atingir a produtividade média de 6 toneladas por ha.

Tabela XXI - Milho Produtividade (ton/ha)

	Produtividade (2017)	Objetivo	Projeção ano 2030
Milho	1,5	3	3

FRUTA PÃO

Relativamente a este produto básico não existe praticamente nenhum dado estatístico fiável, seja de produção total seja de áreas plantadas, de forma a determinar a produtividade actual. Neste contexto, a equipa recorreu aos dados técnicos da

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) segundo a qual uma árvore adulta de fruta-pão pode produzir entre 50 à 80 frutos por ano¹¹, com peso variando entre 1 à 1,5Kg por unidade.

Tomando como base os valores mínimos (50 frutos e 1 Kg por fruto), uma plantação extreme com compasso de 10mx10m, teria 100 plantas por Ha, com uma produtividade de 5 toneladas.

Para efeitos deste estudo, admitiu-se que as plantações actuais têm apenas uma densidade de 40% em relação a uma plantação extreme pelo que foi adoptada uma produtividade actual de apenas de 2 toneladas por Há. O objetivo (duplicação da produtividade) poderá ser atingido com recurso exclusivamente à densificação das das plantações e eventual constituição de novas plantações, obedecendo aos compassos recomendados.

PRODUTOS HORTÍCOLAS

Com base em informações recolhidas de várias fontes (BECAF, CIAT, Ministério de Agricultura, Associação de Produtores, agricultores individuais e outras), elaborou-se o quadro de produtividade actual, para os diferentes produtos hortícolas.

A partir dos indicadores adoptados e assumindo uma taxa de crescimento anual de 10%, conseguir-se-ia duplicar desses produtos.

Tabela XXII. - Produtividade dos Produtos Hortícolas (ton/ha)

Produtos	Produtividade (2017)	Objetivo	Projeção ano 2028
Tomate	15	30	32,2
Feijão-verde	13	26	26,8
Cenoura	25	50	53,6
Melancia	20	40	42,9
Beringela	18	36	38,6
Pimentão	20	40	42,9
Quiabos	10	20	21,4
Maquêquê	15	30	32,2
Couve	20	40	42,9

A PECUÁRIA

Na procura da melhoria nutricional para as populações, várias acções têm sido desenvolvidas com o objectivo de proporcionar à população uma maior disponibilidade e variedade alimentar de origem animal.

Os indicadores de produtividade das diversas espécies, que serviram de base as projeções abaixo apresentadas, foram retirados do estudo “Etat des lieux de l’élevage et des industries animales dans les pays de l’Áfrique Centrale” (Janvier,2013).

Em 2016, o efetivo bovino, estimava-se em 1.362 animais. O peso médio da carcaça era de 180 Kgs. Considerando toda a envolvente relativamente ao aumento de rendimento de carcaça de bovinos, assumimos um aumento de peso de 5% em 2022 e 2023, e a partir de 2024 o aumento seria de 10%, o que permitiria atingir em 2030 o rendimento

¹¹ Observações de membros da equipa de consultores indicam para produções locais de árvores de fruta-pão de níveis bastante mais elevados podendo mesmo chegar a mais de 500 frutos por árvore e por época, por ano, produzindo a fruteira em duas épocas por ano. Os valores propostos devem ser, por isso, observados e corrigidos por observação posterior.

de carcaça seria de cerca de 386 Kgs.

Tabela XXIII - Evolução Peso carcaça bovino (Kgs)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	...	2027	2028	2029	2030
Bovino	180,0	180,0	180,0	180,0	189,0	198,5	...	290,6	319,6	351,6	386,7

SUINICULTURA

O efectivo de suínos em 2017 estimava-se em 32.683 animais. Tratando-se de animais de fácil manuseio pelos criadores, assumiu-se taxas de crescimento de 10% em 2021 e 2022, e 15% a partir de 2023. Com base nestas assunções, em 2026, espera-se atingir um rendimento por carcaça de 127 Kgs por animal.

Tabela XXIV- Evolução Peso carcaça (Produtividade) Suíno (Kgs)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Suíno	30,0	30,0	30,0	33,0	36,3	41,7	98,0	55,2	63,5

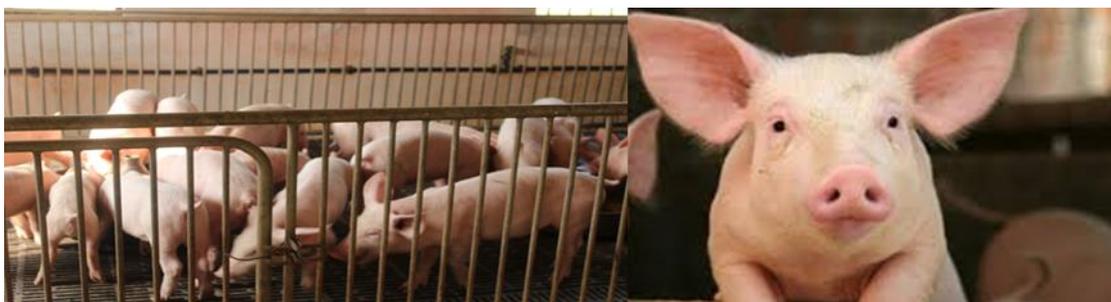


Imagem V. Suinicultura em São Tomé e Príncipe.

CAPRINO

O peso de carcaça de caprino é em média 11 Kgs por animal, e considerando uma taxa de crescimento de 10% a partir do ano 2021, o rendimento de carcaça se situará a nível médio de 23,6 Kgs por animal no ano 2028.

Tabela XXV- Evolução Peso carcaça Caprino (Kgs)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Caprino	11,0	11,0	11,0	12,1	13,3	14,6	16,1	17,7	19,5	21,4	23,6

OVINOS

O peso de carcaça é de cerca de 12 Kgs por animal. Tendo como objectivo duplicar o rendimento de carcaça desta espécie, o mesmo será conseguido até ao ano 2028, se admitirmos uma taxa de crescimento de 10% a partir do ano 2021.

Tabela XXVI - Evolução Peso carcaça Ovino (Kgs)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Ovino	12,0	12,0	12,0	13,2	14,5	16,0	17,6	19,3	21,3	23,4	25,7

GALINHAS

A carcaça das galinhas nacionais em média pesam 0,75 Kgs, e assumindo uma taxa de crescimento de 10% a partir de 2021, duplicar-se-á o rendimento das carcaças destas aves no ano 2028.

Tabela XXVII- Evolução Peso carcaça Galinhas (Kgs)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Galinhas	0,75	0,8	0,75	0,83	0,91	1,00	1,10	1,21	1,33	1,46	1,61

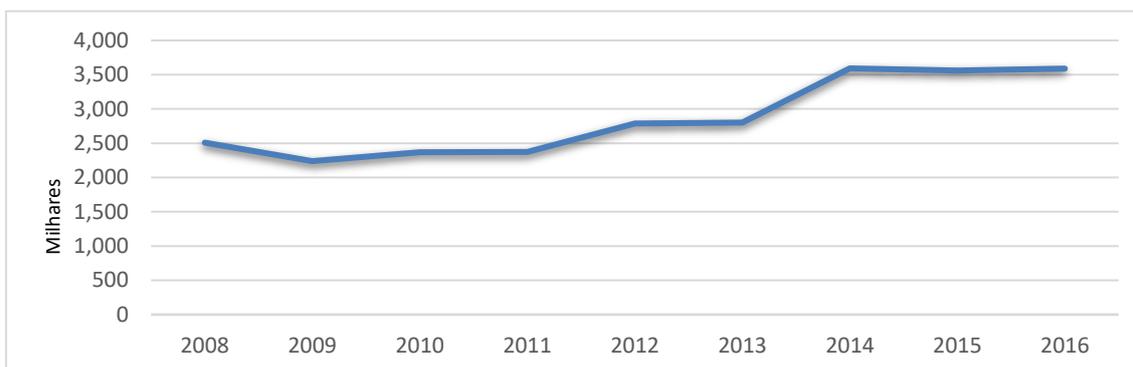


Figura VIII. Ovos (unidades)

Atualmente estima-se que as galinhas nacionais põem cerca de 40 ovos por ano, podendo claramente este rendimento sr melhorado para cerca de 80 a 100 ovos por ano, só com base em melhoria alimentar.

Assim, admitimos, uma taxa de crescimento também de 10% ao ano e a partir de 2021, o que nos leva a uma produção anual de cerca de 86 ovos por ano.

Tabela XXVIII- Rendimento Ovos/Galinha nacional

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Ovos	40,00	40,0	40,00	44,00	48,40	53,24	58,56	64,42	70,86	77,95	85,74

PESCA

Conjugando os dados de último censo realizado em 2014 e os valores das capturas efectuadas no mesmo ano, obtém-se uma captura média por pescador à volta de 3,34 toneladas nesse ano.

Assumindo uma taxa de crescimento de 7,5% ao ano a partir de 2021, este indicador poderá evoluir para 6,89 toneladas de captura por pescador.

Tabela XXIX- Evolução de Captura/Pescador (ton)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	...	2027	2028	2029	2030
Pescados	3,34	3,34	3,34	3,59	3,86	4,15	...	5,55	5,96	6,41	6,89



Imagem VI. Pesca artesanal.

RECOMENDAÇÕES:

Contudo, para que estes factores contribuam para o combate à insegurança alimentar e nutricional necessário se torna a implementação de políticas e estratégias específicas que ataquem as causas profundas desses fenómenos.

A garantia da segurança alimentar só poderá ser conseguida através do crescimento da produção local de alimentos, de uma melhor distribuição dos alimentos pela adopção de medidas de política conducentes à redução dos preços de produtos locais, ao aumento da sua oferta (com qualidade) para que sejam competitivos em relação aos produtos importados e educação orientada para o consumo prioritário de produtos de base local.

- ❖ Reforçar as Delegações Regionais da Agricultura com quadros e meios suficientes para dar assistência técnica aos agricultores, produtores e pescadores;
- ❖ Com as medidas preconizadas no quadro da Revisão Estratégica “Fome Zero” espera-se aumentar o rendimento das populações o que implica passarem a ter maior poder de compra e, conseqüentemente, aumentar o consumo e a produção;
- ❖ Identificar alguns possíveis empreendedores com capacidade para servir de polo de acção e suporte de toda a actividade;
- ❖ Rever o processo actual de apoio aos agricultores e produtores, com o incentivo ao aparecimento de médios empreendedores com capacidade técnica e financeira por intermédio dos quais seriam assistidos os pequenos produtores (crédito em espécie);
- ❖ Incentivar o aparecimento de médios empreendedores, de iniciativa privada, a quem se daria condições de instalação e funcionamento e que passariam a assistir os pequenos agroprodutores. Acabar-se-ia assim, com a actual forma de assistência a fundo perdido conduzindo a uma maior eficácia na aplicação de fundos;
- ❖ Instalação de mecanismos efetivos e rápidos de exercício de autoridade de estado relativamente as pilhagens e roubos das propriedades e produtos (controlo e prevenção);

- ❖ Reforço e apoio à continuação da constituição de associações e cooperativas representativas dos sectores produtivos e de serviços, tornando mais efetiva a extensão aos mesmos de serviços de apoio;
- ❖ Atribuição de benefícios com base na igualdade de género, nomeadamente através da melhoria do acesso às oportunidades económicas para as mulheres rurais e, da eliminação de barreiras educacionais que levarão ao aumento da participação e da capacidade de decidir das mulheres na família e na sociedade;
- ❖ Identificar a nível nacional (em cada Distrito) os possíveis criadores locais de iniciativa Privada;
- ❖ Estender Linhas de Crédito em espécie aos criadores identificados, através desses empreendedores seleccionados, em condições especiais durante a fase de lançamento;
- ❖ Incentivar as Associações e Cooperativas comunitárias e famílias a nível das comunidades rurais, a produzir frangos de carne;
- ❖ Conseguir-se-ia, assim, expandir significativamente a produção local de frangos e ovos permitindo atingir vários objectivos inseridos no âmbito do ODS2:
- ❖ Contribuir para a diversidade nutricional com aumento significativo de produção nacional de proteína animal e de ovos, de forma sustentada (produção local) e a preços vantajosos;
- ❖ Eliminar a importação de frangos de origem e qualidade duvidosas com poupança significativa de divisas, fornecendo às populações carne de qualidade garantida.

Relançamento da produção de carne e leite de bovinos e cabras

- Eleger para execução do programa, propriedades de média e grande dimensão que teriam a incumbência de multiplicar os reprodutores e apoiar as actividades de novos criadores
- Apoiar no financiamento para:
 - Reabilitar e melhorar estábulos
 - Equipar as propriedades
 - Aquisição de reprodutores melhorados
 - Apoiar os serviços veterinários
- ❖ Contribuir para o aumento do rendimento das populações envolvidas com especial atenção para as mais desfavorecidas, (mulheres, idosos, crianças etc.) que seriam incentivadas e identificadas como possíveis criadores;
- ❖ As questões relativas à implementação dessas medidas de política deverão ser bem estudadas posteriormente para garantia da sua efetividade.

No âmbito específico das pescas

- Disponibilizar materiais de segurança de forma a melhorar a segurança dos pescadores no mar;
- Construir porto pesqueiro de forma a melhorar as infraestruturas de apoio;
- Melhorar o manuseamento, processamento, conservação e distribuição do pescado;

- Introduzir balanças e caixas isotérmicas nas principais praias de desembarque de peixe para efeitos de coleta de informações sobre quantidade de capturas para efeitos estatísticos;
- Proceder a estudos de viabilidade para o desenvolvimento da aquacultura, que poderia ser uma boa fonte de proteína para o fabrico de ração animal, para além do consumo humano;
- Criar o Instituto Nacional de Pesca (INP), com maior autonomia na implementação das políticas do sector;
- Realizar estudos sobre o potencial dos recursos haliêuticos de forma a melhor potenciar as capturas;
- Investir na infraestruturização das praias através da: construção de pequenos desembarcadores nas principais praias para facilitar o desembarque de embarcações de maior porte com capacidade e autonomia para pescas mais distantes e apetrechar essas infraestruturas com equipamentos para produção de gelo em escama e frigoríficos para a conservação de pescado logo após o desembarque.

ODS 2.4 *Até 2030, garantir **sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, as condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo***

A garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos passa necessariamente pela modernização da agricultura com a adopção de formas sustentáveis de gestão adequada de utilização dos recursos, a saber:

- ❖ Utilização de sementes melhoradas de alto índice de produtividade, de produção local (F1), contrariamente ao sistema actual de sementes importadas, por duas razões fundamentais: i) Elevado preço das sementes importadas o que coloca o problema da sustentabilidade da sua importação, e ii) Garantia de prazos de entrega/compra pelos agricultores de forma a melhor poderem planificar as datas de sementeira e , conseqüentemente, melhor planificação das datas de colheita, pelo efeito combinado da disponibilidade dos insumos e disponibilidade de água para rega;
- ❖ Expansão de sistemas de regadio de forma a evitar os problemas crescentes de alteração climática por um lado e expansão de áreas de cultivo às zonas com carência de água para irrigação. Esta medida assenta em três vertentes fundamentais: i) Adopção de medidas de inversão climática com a construção de pequenas represas de água (barragens), permitindo o armazenamento de água de uma estação para outra, ii) Construção de canais de adução de água de uma região para as mais secas, iii) Expansão de sistemas de irrigação com medidas adequadas de uso e distribuição de água pelas parcelas dos agricultores;

- ❖ Elaboração de manuais de controlo de fertilidade de solos e normas de aplicação de fertilizantes e compostos orgânicos (estrume), evitando-se o sistema desregrado actual de aplicação uniforme de N-P-K (15-15-15);
- ❖ Estabelecimento e implementação de normas que regulem e evitem os tradicionais conflitos entre agricultores e criadores de gado, evitando o fenómeno de invasão das plantações com destruição de culturas e consequente redução da produtividade das parcelas e abandono de plantações por parte dos agricultores;
- ❖ Adopção e vulgarização de práticas de rotação cultural como forma de melhorar a qualidade da terra e do solo e consequentemente garantir a manutenção da produtividade das mesmas;
- ❖ Definir, de acordo com o Mapa de Zonagem Agrícola, a localização certa para cada tipo cultural a ser implantado, evitando cultivos em zonas declivosas de culturas de fraco poder de revestimento do solo ou que requeiram fortes movimentações de terra evitando, assim, o fenómeno de erosão.
- ❖ Realizar estudos conducentes à produção de ração animal com base em produtos locais, utilização de matéria-prima local na pecuária (incluindo reprodução local de pintos de engorda e poedeiras);
- ❖ Definir áreas específicas para a produção pecuária tendo em conta a aptidão das mesmas evitando que sejam utilizadas para outros fins, mesmo agrícolas.

RECOMENDAÇÕES

- ❖ O CIAT (Centro de Investigação) deverá estender a sua actividade para incluir a investigação no domínio animal;
- ❖ Dever-se-á realizar esforços para a produção local de híbridos da primeira geração (F1) sobretudo para algumas culturas como o tomate e outras actualmente de importação;
- ❖ Velar pela acessibilidade dos agricultores aos principais insumos agropecuários, a tempo de plantação na época requerida;
- ❖ Captação, transporte de distribuição de e água de regadio para regiões necessitadas;
- ❖ Definir áreas protegidas para uso exclusivo da agricultura;
- ❖ Reforçar a implementação de legislação sobre abate de árvore;
- ❖ Identificar e reservar áreas com aptidão para instalação de pastagens para o desenvolvimento da pecuária.
- ❖ Estudar as possibilidades de criar pequenas represas para efeitos de armazenagem de água para fins de irrigação e de produção eléctrica, mas também como forma de aproveitar a água para as épocas mais secas;
- ❖ Com base nos princípios definidos na Carta de Zonagem Agrícola, elaborar normas técnicas para implantação de cultivos incluindo a localização;
- ❖ Elaborar as normas técnicas de utilização de solos e aconselhamento na aplicação de fertilizantes;
- ❖ Elaboração de Manual de Controlo e Aplicação de Fertilizantes;
- ❖ Reforçar os serviços de Extensão Rural de forma a poderem melhor assistir os agricultores incluindo em matérias relativas à rotação de culturas, melhores práticas agropecuárias e de criação de gado;

- ❖ Criar um banco de sêmen no país e vulgarizar a prática de inseminação artificial.

ODS 2.5 *Até 2020, manter a diversidade genética das sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos a nível Nacional, Regional e Internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados tal como acordado internacionalmente*

A modernização da agricultura passa necessariamente pela acção dos serviços de investigação no sentido da produção de uma base de sementes e plantas geneticamente melhoradas.

Os trabalhos deverão incidir sobre:

1. Melhoria da qualidade das sementes, com a produção de híbridos de grande produtividade;
2. Acessibilidade e disponibilidade atempada das sementes melhoradas aos agricultores, a preços convenientes;
3. Selecção e expansão de material vegetativo de alta produtividade (sobretudo para as culturas alimentares básicas da população local como: matabala, mandioca, etc..., de forma a aumentar a variedade dietética na alimentação das populações, sobretudo aas mais vulneráveis;
4. Dever-se-á proceder a estudos no sentido de produzir variedades adequadas de pastos melhorados para os animais.

RECOMENDAÇÕES

- ❖ Produzir localmente sementes de híbrido (F) para algumas hortícolas como: tomate, vegetais incluindo o feijão-verde;
- ❖ Produção local de híbridos da 1ª geração (F1) para os pintos do dia;
- ❖ Proceder à selecção “clonal” de variedades locais de algumas culturas como o milho;
- ❖ Proceder a um programa de multiplicação de animais por inseminação de forma a criar animais melhorados, com alimentação à base de produtos locais e resistentes às doenças e pragas locais;
- ❖ Proceder igualmente em relação a sementes e plantas geneticamente melhoradas com produção de híbridos localmente de forma a reduzir os custos de produção com a redução do preço dos insumos (sementes);
- ❖ Importar e multiplicar variedades culturais de alto rendimento para outras culturas como a mandioca, batata-doce, etc.
- ❖ Divulgar técnicas já experimentadas pelo CIAT de multiplicação de matabala e outras;
- ❖ Reforço da capacidade institucional do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica em matérias relativas à agricultura, pecuária e pescas;
- ❖ Estudar as possibilidades de uma escola agrícola;
- ❖ Importar e/ou produzir em ensaio variedades de pastos de alto teor nutritivo para os animais.

ODS 2.a *Aumentar o investimento, inclusive através da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e os bancos de genes de plantas e animais para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos*

Não obstante o esforço de investimentos executados com os vários projectos e programas implementados no sector agropecuário, com investimentos avultados, o crescimento da produção e melhoria da produtividade esperados, não têm sido atingidos, continuando o país a enfrentar problemas económicos e sociais importantes. A acção da Cooperação Internacional em S. Tomé e Príncipe assentou-se fundamentalmente nas formas tradicionais de “ajudas” e financiamentos a *Projectos*. Essa forma de assistência teve, em certos casos, impacto negativo uma vez que ajudas alimentares, na maioria dos casos, fornecem produtos que são concorrentes aos produtos locais. Tratando-se de produtos excedentários das agriculturas altamente subsidiadas dos Países doadores, torna-se impossível aos produtores locais, desprovidos de qualquer apoio financeiro ou outros incentivos, agravados por maiores custos de produção, produzirem em condições mais vantajosas.

É necessário um planeamento mais rigoroso, para que os projectos tragam acções autossustentáveis. É importante que os projectos não funcionem como ilhas, levando a uma duplicação de esforços por parte dos parceiros e, posteriormente o agravamento da dívida externa, pondo em causa não só a eficiência e eficácia dos mesmos, como ainda a sua viabilidade. Para tal, mecanismos de controlo tem de ser implementados para que os projectos possam ser quantificados e se entenda o valor do impacto que tiveram para as comunidades onde atuaram e para o país como um todo.

Uma multitude de projectos e programas de assistência, sem estar enquadrado no âmbito de políticas económicas e sociais integradas numa estratégia de médio / longo prazo, pode não permitir maximizar os benefícios, podendo, até, ter como efeito o enfraquecimento das instituições administrativas do Estado tendo em conta que muitas unidades de gestão de projectos são criadas sem estarem integradas devidamente nos órgãos do estado.

Pode-se concluir que o problema da agricultura São-tomense. não se põe a nível de falta de financiamento, mas sim na forma menos eficaz como os mesmos têm sido aplicados. Torna-se necessário apenas analisar convenientemente os factores determinantes dessa situação.

O presente estudo constitui uma base para essa revisão estratégica.

RECOMENDAÇÕES

- ❖ Proceder-se a uma avaliação completa dos diversos Projectos já realizados e/ou em curso e avaliar os seus impactos;

- ❖ Proceder a uma redefinição desse projectos e as respectivas reformulações em função dos objectivos específicos do Governo;
- ❖ Melhorar a capacidade dos técnicos em concepção, formulação, análise, avaliação e seguimento dos projectos;
- ❖ Enquadrar a execução dos projectos nas estruturas dos departamentos afins, nas estruturas dos ministérios;
- ❖ O Governo deverá definir as formas de execução e implementação, seguimento e supervisão dos projectos;
- ❖ Avaliação criteriosa das opções antes da aprovação dos projectos;
- ❖ Submissão das propostas/opções do governo aos parceiros internacionais com a indicação das formas de intervenção definidas;
- ❖ Estudar as possibilidades de integrar os “projectos” com financiamento externo nas estruturas técnicas dos departamentos de forma a garantir maior coordenação e continuidade dos mesmos;
- ❖ Constituição de um comité de supervisão dos projectos com a participação de representantes dos parceiros;
- ❖ Incluir nos projectos cláusula de revisão periódica.

ODS 2.b *Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha*

S. Tomé e Príncipe tem participado nas diversas Rondas de Desenvolvimento do Doha e está inserido no seu respectivo grupo regional, independentemente da sua limitada capacidade de intervenção devido à sua reduzida capacidade de influenciar os resultados.

Por esse facto somos de opinião que a acção do país dever-se-á limitar às suas possibilidades de intervenção nesse quadro.

RECOMENDAÇÕES

- ❖ S. Tomé e Príncipe deverá acompanhar as Rondas de negociação de Doha¹².

ODS 2.c *Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado do mercado de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos*

Neste contexto a intervenção, dever-se-á intervir em duas áreas fundamentais: estabelecer um Sistema de Informação e Preços e disponibilizar as informações aos

¹² trata-se de exaustivas negociações entre as maiores potências comerciais do mundo, com o objetivo de diminuir as barreiras comerciais, focando-se no livre comércio. As negociações receberam o nome de Doha, por ter sido la que começaram a discutir a abertura do comércio mundial.

produtores, consumidores e público em geral e criar reservas de alimentos a nível nacional de forma a constituir stocks de reserva como forma de garantia de estabilização contra a volatilidade dos preços internacionais. Acções como criação de silos para armazenamento do milho podia ser uma dessas acções.

RECOMENDAÇÕES

- Criar espaços de armazenagem para os produtos localmente produzidos, como forma de minimizar as perdas “pós-colheita” e regularizar os preços de venda e contribuir para uma produção sustentável;
- Estudar as possibilidades de instalar silos de armazenamento de milho de forma a garantir a importação a granel, a preços mais competitivos, considerando a dificuldade de produção local do mesmo em grande escala, tendo em conta o acidentado do relevo do País;
- Implantar um sistema de recolha e tratamento de dados do sector agropecuário (estatísticas agrícolas), bem como um sistema de informação e controlo de preços;
- Estudar as possibilidades de estabelecer acordos “livre circulação” de bens com países vizinhos.

CAPÍTULO VI – PLANO DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS

SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVO A ATINGIR	AÇÕES NECESSÁRIAS	PARCEIROS	ETAPAS
ODS 2.1				
Fraco poder de compra da população	1. Aumentar a capacidade de consumo da população 2019-2022	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar o rendimento das famílias 2. Reduzir o preço dos produtos locais 3. Incentivar o consumo de produtos locais 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2019-2022
Preço de produtos locais muito elevados	2. Produtos locais mais acessíveis ao rendimento da família até 2022	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de incentivo e de apoio à produção 2. Melhoria da rendibilidade das sementes e plantas 3. Melhoria do rendimento das capturas 4. Melhoria do rendimento dos animais 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2022
Falta de um sistema de recolha de informação e divulgação periódico sobre segurança alimentar	3. Estabelecer um sistema de informação periódica sobre segurança alimentar de modo a se acompanhar o progresso de STP até 2030	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliações periódicas de segurança alimentar no país 2. Estabelecer mecanismos de seguimento e avaliação para monitorizar o desempenho até 2030 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, FAO/PAM	2018-2030
ODS 2.2				
Malnutrição crónica continua a afetar 17% das crianças menores que 5 anos	4. Redução para 8.5 % dos níveis de desnutrição crónica e a deficiência de micronutrientes até 2022	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar acções para prevenção da desnutrição e integrar a nutrição 2. Apostar na formação universitária de nutrição e fazer com que haja pelo menos um nutricionista por distrito 3. Estabelecer estratégias de comunicação para promover o aleitamento exclusivo e a suplementação de micronutrientes 4. Apostar na fortificação de alimentos 5. Por em praticas programas de desparasitação 6. Aumentar as intervenções em saneamento básico não so a nível do agregado familiar, 	UNICEF, PAM, FAO, HELPO	2018-2022

		<p>mas a nível de manuseamento dos pescados e no mercado principal.</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Reforçar a implementação de programas de educação nutricional aos adolescentes, visto que estes serão futuros pais, com foco na abordagem da janela de oportunidade dos 1000 dias 8. Avaliar o impacto dos programas existentes que mediram a vitamina A e iodo a crianças e a mulheres em idade fértil 9. Fazer-se um screening de Hemoglobinas e da prevalência das deficiências enzimáticas 		
Fraca Implementação de políticas e programas nacionais (PNASE)	5. Desenvolvimento e implementação de uma Estratégia Nacional de Alimentação Escolar até 2026	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Alimentação Escolar para apropriação de todos os sectores multissetoriais 2. Rubrica do ODE direcionada a Alimentação Escolar 3. Criação de Parcerias publico/privadas para assegurar a implementação do programa 4. Educação nutricional nas escolas 5. Implementação de hortas escolares em todas as escolas e creches 6. Estudo para se definir o melhor modelo de Alimentação Escolar Para S. Tomé e Príncipe 	PAM, FAO, BRASIL, HELPO	2026
Falta de conhecimento de qual o custo e o benefício da alimentação escolar em STP	6. Estudo de custo/benefício da alimentação escolar até 2019	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo do custo/benefício do Programa Nacional de Alimentação Escolar em S. Tomé e Príncipe (56.000 crianças) 	PAM, FAO, BRASIL	2019

Uso em excesso de combustíveis lenhosos para a confeição das refeições escolares	7. Estudar alternativas ao uso de lenha nas cantinas escolares até 2019	1. Estudo de viabilidade sobre o uso de combustíveis alternativos (com base na experiência de transformação de gás com resíduos sólidos em Novo Destino)	PAM, FAO, BRASIL	2019
Falta de dados sobre as famílias e as crianças e situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.	8. Criação de uma plataforma/procedimento de trocas de informações regulares entre o Sistema de Protecção Social e o PNASE, em particular, quanto aos dados sobre as famílias e as crianças em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar até 2020	1. Criação de uma plataforma ou um procedimento de trocas de informações regulares entre o Sistema de Protecção Social e o PNASE, em particular, quanto aos dados sobre as famílias e as crianças e situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.	Banco Mundial	2020
Desinteresse e fraco consumo de produtos locais	9. Mudança de hábitos alimentares para que aumente o consumo de produtos locais entre 2018 e 2021	1. Sensibilização da população/ agentes de saúde/professores/ cantineiras do valor nutritivo dos produtos locais 2. Incentivar o consumo de produtos locais 3. Implementar um programa de mudança social de comportamento para criar aceitação e utilização dos produtos locais e também nos tempos ideais de cozedura de alimentos para não haver perda de micronutrientes.	UNICEF, PAM, OMS, FAO, QUATELA, ALISEI	2018-2021
ODS 2.3				
Sobrepesca de algumas espécies marinhas Pesca de brisa	10. Duplicar a captura através de uma pesca sustentável até 2028	1. Aumentar a fiscalização nas áreas piscatórias 2. Delinear zonas marítimas para pesca 3. Restringir a pesca de certas espécies marinhas 4. Incentivar a pesca industrial (alto-mar) através de a) incentivo aos médios	MARAPA	2028

		pescadores b) linhas de credito bonificadas para aquisição de barcos e artigos de pesca		
Perdas pós-colheita	11. Reduzir em 30% as perdas pós colheita até 2028	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de armazém de conservação 2. Instalação de transformação dos produtos locais 3. Expansão de sistemas de irrigação como forma de melhor planificação da sementeira dos agricultores 	CHINA/PAM/FAO/ BAD	2028
Serviços básicos de extensão estão ausentes ou pouco funcionais	12. Garantir serviços de extensão rural até 2019	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar o numero e a capacidade dos extensionistas a nas delegações distritais 2. Dota-los de meios para o seu funcionamento 3. Maior envolvimento da comunidade e autoridades locais no acompanhamento dos extensionistas 	FAO/BAD	2019
A não existência de políticas de protecção e incentivo a produtores nacionais, criadores e pescadores	13. Adopção de políticas de apoio e incentivo aos produtores, criadores nacionais e pescadores (2019-2025)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Medidas de suporte ao rendimento 2. Criação de Fundo de Desemprego 3. Linhas de crédito bonificadas 4. Medidas que facilitem atempadamente e a um preço satisfatório a compra de insumos. 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2019 - 2025
Produção de culturas de exportação feitas por pequenos agricultores em parcelas muito pequenas	14. Aumentar as áreas de cultivo para maior eficácia 2019- 2022	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar a criação de associações e cooperativas de produtores alinhadas com as políticas do Ministério da Agricultura 2. Criar um mecanismo eficaz de apoio ao fortalecimento dessas cooperativas 3. Incentivar os médios produtores para um melhor aproveitamento dos benefícios do efeito de escala 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e todos os parceiros que trabalhem no sector agrícola	2019-2022
Fraqueza institucional dos departamentos	15. Reforçar a capacidade técnico-administrativa das direcções dos ministérios ate 2023	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço da autoridade hierárquica nos Organismos do Estado 2. Respeito pelas normas da administração do Estado 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2023

Roubo generalizado	16. Acabar com o roubo ate 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço na Implementação da legislação específica para prevenção e combate ao roubo 2. Reforço das autoridades policias, distritais e locais no sentido de apoio a implementação dessas politicas 3. Estudar as vantagens na constituição de comites e gestão que mobilizem a comunidade para prevenção de roubo 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2020
Dupla insularidade da Região Autónoma do Príncipe	17. Homogeneização dos preços de venda até 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eliminar todas as taxas entre S. Tomé e o Príncipe 2. Analisar as possibilidades de compensação dos custos adicionais do transporte para o Príncipe 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	2020
ODS 2.4				
Infraestruturas inadequadas	18. Criar infraestruturas de apoio à produção de 2019-2025	<ol style="list-style-type: none"> 1. Represas para acumulação de água (irrigação e energia) 2. Conduas de transporte de água 3. Criação e perímetros irrigados 4. Instalação de pequenas turbinas para a produção de energia elétrica 5. Reparação de vias de acesso para escoamento de produtos 	FAO, BAD	2019-2025
Sistema de educação deficiente (quadros técnicos)	19. Melhoria e capacitação dos quadros técnicos agro-pecuaria e pescas de 2019 até 2030	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reformar o curriculum das Universidades de S. Tomé e Príncipe em consonância com o Ministério de Educação e MADR 2. Reforço da capacidade da CATAP 	FAO	2019- 2030
Falta de sustentabilidade na produção agropecuária	20. Agricultura resiliente e sustentável ate 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obediência aos princípios da carta de zonagem na implantação de cultivos (saber o que produzir e aonde produzir), de acordo com as características edafo-climáticas 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe/ FAO	2020

		<ol style="list-style-type: none"> Atenção particular ao tipo de cultivares a plantar em zonas declivosas como prevenção ao fenómeno da erosão Proteger as áreas de aptidão agrícola para efeitos de produção agropecuária 		
Falta de estatística agrícola	21. Dotar o país de um sistema fiável de recolha de dados do sector agropecuário e pescas ate 2025	<ol style="list-style-type: none"> Criar um sistema de recolha fiável mensal de dados relativos à produção e comercialização de produtos agropecuário e da pesca Responsabilizar as cooperativas e associações e ainda os compradores e vendedores no processo de prestação de informação sobre produção e vendas Criar uma legislação que impõe o fornecimento desses dados 	PAM/FAO/CHINA/PESCAS	2025
ODS 2.5				
Projectos financiados de forma independente	22. Integração dos projectos nas estruturas dos departamentos técnicos afins até 2020.	<ol style="list-style-type: none"> Reforçar a capacidade institucional (departamentos técnicos). Reforço da capacidade dos técnicos em concepção e preparação e formulação do projecto, monitorização, seguimento e avaliação. Integração dos Projectos nas estruturas dos Ministérios respectivos 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e todos os parceiros	2019 - 2020
Investigação técnica deficiente	23. Melhorar a acção do CIAT ate 2023	<ol style="list-style-type: none"> Dotar essa Instituição de meios técnicos, materiais e financeiros para empreender acções de investigação aplicada. Estender a acção de investigação da CIAT a todos os produtos incluindo a pecuária e a pesca 	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe / Parceiros/ CIAT	2023

ODS 2.a				
Ausência de análises de impacto dos projectos e programas	24. Desconhecimento da relação custo/benefício dos projectos e programas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impor a obrigatoriedade de análise da relação custo/benefício como condição para a aprovação dos projectos e programas e ainda a obrigatoriedade das respectivas avaliações periódicas e finais 2. Maior coordenação horizontal na execução dos projectos e programas e ainda entre os doadores de forma a garantir uma maior eficácia dos mesmos. 	Governo da República Democrática de S. Tomé	2019-2025
ODS 2.b				
Restrições a nível comercial	25. Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais	1. Tomé e Príncipe deverá acompanhar as Rondas de negociação de Doha	Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe	Até 2030
ODS 2.c				
Mercado reduzido	26. Ampliação do mercado até 2024	1. Estudar as possibilidades de estabelecer acordos de livre circulação de bens com países vizinhos	CEAC / ANGOLA/CPLP	2024
Falta de informação sobre preços de mercado agropecuário	27. Sistema de recolha e tratamento de dados do sector agropecuário	1. Implantar um sistema de recolha e tratamento de dados do sector agropecuário (estatísticas agrícolas), bem como um sistema de informação e controlo de preços	FAO/ PAM/BAD	2021
Grande volatilidade dos preços alimentares	28. Limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos	1. Estudar as possibilidades de instalar silos de armazenamento de milho de forma a garantir a importação a granel, a preços mais competitivos, considerando a dificuldade de produção local do mesmo em grande escala, tendo em conta o acidentado do relevo do País	FAO/PAM	2020

APÊNDICE A – PROGRAMAS E PROJECTOS EXECUTADOS/ EM CURSO

Projetos e programas	Doador	Exec.	Duração	Custo	Objetivo
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e a pesca artesanal (PAPAFPA)	FIDA	MAPDR	2002-2014	\$7.950	Continuação de PNAPAF, produção de cacau biológico, pesca artesanal e alfabetização. Diversificação agrícola, pimenta e outras culturas.
Projeto de apoio a educação primária e ao sistema de saúde aos grupos vulneráveis	PAM		2006-2011		Redução de insegurança alimentar e risco de pobreza às famílias de poucos rendimentos (crianças de jardim e primária, mulheres grávidas, órfãos, 3ª. idade, etc.).
Projeto de desenvolv. da pecuária (PADE) – Fase II	BAD	MAPDR	2008-2012	U.C 4.000	Reforçar a seg. alimentar, através da melhoria da produtividade pecuária. Reforçar o setor pecuário e aumentar a produção e consumo de proteínas animal.
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e a pesca artesanal (Assistência Técnica)	AFD	MAPDR	2010-2014	\$700	
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e a pesca artesanal	BAD	MAPDR	2010-2015	1.990	
Programa de apoio participativo à agricultura familiar e a pesca artesanal (recup. pequenas plantações café)	AFD	MAPDR	2011-2015	700	
Projeto de reabilitação das infraestruturas de apoio à segurança alimentar	BAD	MAPDR	2011-2015	7.013	Reabilitação e construção de infraestruturas rurais de pesca e agricultura, reforço de capacidade das estruturas de produção e da unidade de gestão de projeto
Projeto de apoio às culturas alimentares (PDSA) e criação de suínos	Taiwan	Missão Taiwan	2011-2016	10.200	
Projeto de Desenvolvimento dos recursos humanos	BAD			4,740	Redução da pobreza através de melhoria significativa dos recursos humanos. Possibilidades de criar emprego e melhoria de rendimentos

Programa de apoio participativo à agricultura familiar e de pesca artesanal	FIDA/GE F	MAPDR	2012-2015	2.418	
Programa de Apoio à alimentação escolar	PAM	MECF	2012-2016	5.300	
Apoio Orçamental do Governo (Sector de Pescas e Agricultura.)	Taiwan	M. Taiw.	2014-2014	3.819	
Reforço dos sectores agrícolas de exportação	UE	-	2012-2016	28.775	
Acordo de parceria de pesca UE-STP	UE	NI	2014-2018	1.690	
Plano Nacional de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN)			2014-2018	26.800	
Progr. de apoio participativo à agric. comercial	FIDA	MADR	2015-2020	6.240	
Progr. de apoio participativo à agric comercial	AFD	MADR	2015-2021	1.500	
TCP/STP/3604 – Projecto de Apoio a Atualização da Carta de Fertilidade dos solos nas zonas agrícolas e periurbanas em São Tomé e Príncipe.	FAO	MADR	2017-2018	461.000	
TCP/STP/3603 – Melhoria da introdução de produtos haliêuticos nos mercados em São Tomé e Príncipe.	FAO	MADR	2016-2018	354.000	
TCP/SFC/3504 – Contribuição para a redução da desnutrição das crianças dos 0 aos 14 anos em São Tomé e Príncipe.	FAO				Iniciativas em fase inicial
TFD-16/STP/001 – Criação de um corral de porcos pela Associação das Mulheres de Ribeira Palma Obô.	FAO				TELEFOOD
TFD-16/STP/002 – Produção de mel pela Cooperativa Vunvu Manso.					
TFD-16/STP/003 – Melhoria das condições de vida das mulheres com atividades relacionadas com a transformação de pescado em Neves.					

APÊNDICE B - PESSOAS ENCONTRADAS

DATA	ENTIDADE	CONTEÚDO
9/27/2017	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Segundo S.E. o Ministro, as questões importantes a serem analisadas com a revisão: i) Segurança Alimentar; ii) Alimentação com base em produtos locais; iii) Necessário encorajar uma mudança nos hábitos alimentares; iv) Problemas relativos às alterações climáticas na agricultura; v) Melhor aproveitamento dos recursos em especial a água; vi) Necessidade de Centro de Conservação e Comercialização de Produtos; vii) CIAT e a certificação de produtos; viii) Existe relatório Brasileiro sobre o Projecto Alimentar Escolar, ver com Nilton Garrido Director de Estudos e Planeamento/ Min Agricultura; ix) Existe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN/STP), cujo Presidente é o Primeiro-ministro, o Vice Presidente é o próprio Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Coordenador é o Celso Garrido.
9/27/2017	Embaixada do Brasil	O Embaixador estava de férias, delegação foi atendida pela Sr ^a Ministra Conselheira Luiza Maria Santiago. Delegação do PAM: Sr. Achille Aka, Director Adjunto residente em STP e Carlos B. Gomes Consultor recrutado para o projecto Fome Zero. A Ministra deu detalhes do Programa do Brasil na área da alimentação em STP. Foi feito o relatório de avaliação do projecto que foi enviado para os Ministérios de Educação e Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Sr. Aka da PAM devia solicitar oficialmente uma cópia. Aguardavam uma missão técnica Brasileira para os dias 25 - 29 de Novembro para avaliação e planificação do novo Programa: Mais alimentos escolares (no quadro do PNASE).
9/27/2017	Hector Trindade	Hector Trindade Assistente Técnico do Núcleo da Cooperação da Embaixada do Brasil, acompanha todos os dossiers técnicos.
9/27/2017	Embaixador da China	Segundo o Embaixador, a China nos três anos passados, tirou mais de 100 Milhões de pessoas da fome; Em STP há muito a fazer no âmbito da produção, nutrição etc.; A PAM trabalhou no Uganda com a China sobretudo no "post harvest", escoamento da produção e cadeia de valor.
9/28/2017	Afonso Varela	Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares
10/6/2017	Nilton Garrido	Director de Estudos e Planeamento, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
10/6/2017	Celso Garrido	Coordenador da CONSAN/STP - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição
10/10/2017	Ministro do Emprego e Assuntos Sociais	Ministério tem representantes em todos os Distritos; trabalha com diversas ONGs: Cruz Vermelha, Santa Casa da Misericórdia, Leigos, etc...; Fornecem alimentação aos idosos; Têm apoio da UNICEF; nos primeiros 1.000 dias da criança colaboram com a educação; Entre idosos e mães carenciadas são ao todo 5 mil famílias; dão 500 nDbs/mês mais cabazes nas quadras festivas; Siomara trabalha com o Ministério do Emprego e pode ajudar na localização dos focos de pobreza, percorreu todos os Distritos e terminou há 2 semanas apenas. Têm técnicos sociais em todos os Distritos.
10/10/2017	Aida Beirão	Assistente do Ministro do Trabalho, Emprego e Acções Sociais.

10/11/2017	Elsa Cardoso	Directora, Instituto Nacional de Estatísticas. Têm o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2012 e Projeção até 2035; outros estudos que podem fornecer: inquéritos e indicadores múltiplos (MICS) de 2014, Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2010, informações sobre saúde: vacinação e Nutrição.
10/11/2017	Kátia Eusébio	Instituto Nacional de Estatísticas, Estatísticas Sociais. Responsável pelas estatísticas da Agricultura e das Contas Nacionais: estrutura do PIB, Contribuição da agricultura. Pode fornecer a evolução completa da produção agrícola de 2005 a 2016. Vai fornecer dados completos também do Comércio.
10/11/2017	Alda Ramos	Encontro com a QUATELA. Explicação sobre o funcionamento da transformação dos produtos locais em São Tomé e das mães e organizações de mulheres treinadas no processamento de farinhas e produção de compotas e marmeladas. Enfatizou a importância de se consumir o produto local e de haver uma ligação com as escolas para que estas sendo organizações institucionais possam manter a sustentabilidade dos produtos.
10/12/2017	Leopoldina Fernandes	Directora, Direção das Alfândegas. Pode fornecer dados sobre: importação volume e valor, produtos alimentares, insumos agrícolas, pescas e ainda as taxas tudo discriminado.
10/12/2017	Wilson Bragança	Director de Planeamento, Ministério das Finanças. Vai enviar os dados solicitados.
10/12/2017	Fausto Neves	Director de Monitoria e Avaliação das Políticas Públicas, Ministério das Finanças
10/13/2017	João Pessoa Gomes	Director das Pescas. Prioridade do Governo é o Mar; A Pesca Artesanal fornece 80% das proteínas; Consumo de peixe actual é de 36 Kg/habitante/ano; Os recursos tendem a diminuir; Pescadores agora têm de navegar para além das 15/20 milhas à procura de peixe quando o autorizado é apenas 12 milhas; Concedem Licenças de pesca industrial á UE, Espanha e alguns outros Países; Captura artesanal é de 11.000 toneladas/ano; recolhem dados através de inquiridores, têm dados de 2015 e 2016 e de daí extrapolaram para 2017; Estatística com apoio da FAO têm dados do sector sobre: nº de pescadores, praias, palaiês, embarcações, etc.; Marapa ONG activa no sector da pesca; PAPAFA apoia o sector e têm relatórios; PRIASA I tem componente de pesca: Mercado de peixe em Bôbô Fôrro, Santana, Neves e Príncipe com capacidade de conservação (rede de frio). Formaram técnicos para respectivas manutenção; serão as Camaras Distritais a fazerem a gestão dos mercados; TCP da FAO financiou projecto de melhoria das condições de higiene na comercialização do pescado e condições sanitárias; Para a Cooperação Bilateral submeteram um Projecto ao Japão (cais de descarga de pescado) e um outro sobre a Aquacultura; Têm acordo com Gabão para a fiscalização conjunta da ZEE, já fizeram 2 patrulhas. Têm protocolo com a guarda costeira; Em 2006 tiveram um do Governo Japonês com fornecimento de embarcações e materiais de pesca; o Banco Mundial financia o projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas (em conjunto com a Direção Geral do Ambiente; Existe um plano director para 2010 - 2025 aprovado em 2010, estão a recrutar um consultor para sua adaptação; Está em elaboração um Projecto de cooperação técnica com a TCP da FAO; Têm ainda em curso outros pequenos projectos; Têm em avaliação o relatório de impacto do Acordo de Pesca com a União Europeia; Diagnóstico e Estratégia de Segurança Sanitária financiado pela TCP da FAO já foi realizado mas ainda não foi validado.

10/17/2017	ONG HELPO	Meeting no Gabinete do Sr. Achille Aka com representantes da HELPO: (i) Miguel Yeep em substituição de Kyrian coordenador Geral de projectos PANMI (ii) Carolina Reynolds, Nutritionista Coordenadora do PANMI (iii) Joana Coordenadora Geral
10/17/2017	Mr. Alapini	Consultor da FAO
10/18/2017	Arminda Rolin	Presidente da MARAPA. Estão activos desde 1999. Dão formação e sensibilização às palaiês e pescadores em manuseamento de pescado. Projecto de concentração de pescado através da gestão de "Onde pescar"; Projecto Kiki da Mungo - Peixe para amanhã (futuro); recebem financiamentos da UE e Japão; Japão financiou 3 camaras de conservação de peixe: 2 foram entregues ao PNASE e 1 a MARAPA; BAD financiou de frio: (i) fábrica de gelo no mercado de Santana, (ii) fábrica de gelo a ser instalada no mercado em Trindade (depois de reabilitado), (iii) fábrica de gelo e camara de conservação de pescado no mercado em construção em Bôbô Fôrro, (iv) fábrica de gelo em escama e camara de conservação no mercado de Guadalupe (a ser reabilitado), (v) camara de frio construída em Neves, máquinas já instaladas mas nunca funcionou desde que foi instalada sem que a empresa instaladora tivesse reparado o problema. As palaiês não aprovam o local em que foi instalada pelo que não a utilizariam mesmo se reparada, (vi) reabilitada a máquina de fabrico de gelo em escama e camara de conservação e vão no Príncipe e vai ser instalada uma nova camara de conservação logo que o mercado estiver reabilitado; os projectos financiados são autónomos geridos pelas associações de pescadores, justificando-se essa autonomia pela celeridade no desbloqueio dos fundos. Ver documento da PROFOPESCA. Verbas do sector da pesca (acordos) são apropriadas pelo Estado e não chegam aos pescadores; Verbas entram para o Fundo do Estado e a Lei SAF não permite que a Direcção tenha autonomia para seu desembolso; Seria recomendável que se transformasse a Direcção das pescas num Instituto que teria então autonomia para o efeito; As Camaras Distritais gerem as unidades colocadas nos mercados; As Associações de pescadores não interferem no projecto de Aquacultura; Há-de vir um consultor internacional para ver as possibilidades de conservas; Há uma grande invasão de peixe coelho, comem anzóis e fios e a espécie está cada vez a aumentar mais; Experiência de crédito aos pescadores (compra de Canoa Prao, motores etc...) não funcionou, acaba o projecto e os pescadores não pagam o reembolso dos créditos.
10/18/2017	Elísio Neto	Biólogo Marítimo. Secretário Executivo da MARAPA
10/18/2017	Albertino Pires dos Santos	Técnico MARAPA. PAMOSIC - Projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras, financiado pelo Banco Mundial, Direcção do Ambiente.
10/23/2017	Manuel Assunção Trovoadá	Projecto de Apoio à Conservação e Melhoramento de Solos do Distrito de Mé-Zóchi (TCP/FAO). Iniciou em Dezembro 2015 terminou em Novembro 2017. Objectivo do projecto: preparar os agricultores no combate à erosão devido às culturas em declive pela utilização de técnicas anti-erosivas; ajuda os agricultores a preparar e utilizar estrume evitando a utilização de fertilizantes inorgânicos; elaboram um plano estratégico para a instalação de culturas em declive; valor total US\$ 300.000,0; Experiência piloto em Bom Sucesso e Saudade.

10/23/2017	Vasht Nascimento dos Santos	Directora Administrativa e Financeira, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Não está a haver apropriação dos Projectos; A independência dos Projectos usurpa as funções do Ministério de Agricultura; Todas as UGPs dos Projectos deviam integrar-se no Ministério em função das suas especialidades; Por exemplo: existe um Projecto de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNUD) que faz a mesma coisa que o PAPAC (FIDA); Há falta de coordenação por exemplo o PRIASA executa funções da DAF que tem competência para executar concursos; Inoperância dos quadros do Ministério é devida à falta de motivação financeira; PNFL - Produtos Florestais Não Lenhosos (financiamento da FAO) mecanismos de criação artificial de búzios, 3 anos de projecto que terminou sem deixar grande impacto.
10/23/2017	Alfredo S. Pontes da Mata	Director de Pecuária, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
10/23/2017	José Alice	Director de Assuntos Fundiários, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Base da Privatização foi a Lei 3/991 de 31 de Julho e regulada pelo Decreto-Lei 51/991 de 27 de Novembro, Ministério da Justiça e Função Pública; projecto de distribuição de terras define critérios adoptados com módulos de parcelamento de 1, 1,5, 2, 2,5, 3 e até 10 Ha; a partir de 10 Ha já é média empresa; Estavam previstas várias medidas de apoio: créditos, apoio para a desmatização, melhoramento habitacional, irrigação etc., nenhum funcionou; os beneficiários limitaram-se ao abate indiscriminado de madeira, grande parte de madeira de boa qualidade foi cortada. Situação actual: (i) Ausência de Guardas Florestais enquanto Classe Organizada dá origem à falta de controlo de abates, agora estão a abater árvores mesmo no Parque ôbo; (ii) Autorização de abates não devia ser só do Director de florestas que fica assim sob grande pressão; (iii) Com a distribuição de terras houve aumento exponencial de áreas dedicadas às culturas alimentares porém, não há estatística que fundamente; (iv) Os delegados regionais não têm experiência de trabalho, nem qualificação como vulgarizadores nem conteúdo de trabalho; (v) Más práticas culturais afetam produção de culturas alimentares.
10/23/2017	Anahory Dias do Espírito	Director das Florestas e Biodiversidade, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. PFNL financiamento FAO, 2011 - 2016, búzio, tamarino, vinho da palma e pimpinela, comunidades de Novo Destino e Planças 1ª; Metodologia de criação de búzio não funcionou; Deram materiais aos vianteiros, terminou o projecto acabou tudo; Projecto (PNUD), Gestão de Bacias Hidrográficas para produzir energia (Ministério de Infraestruturas); Os Guardas Florestais são agentes civis sem qualquer poder de intervenção; Último inventário florestal foi feito em 1999 e apenas parcialmente. Devia ser feito de 10 em 10 anos; Há conflito entre departamental entre a Dir. de Florestas e o departamento de Assuntos Fundiários; Na Zona de Pedroma estão a distribuir terras para agricultura em áreas próprias para floresta; O levantamento cadastral ainda não terminou, assim as parcelas ainda não estão referenciadas; Não existe Autoridade de Estado; O fenómeno ROUBO é infernal.

10/24/2017	Dinasalda de Ceita	CMPLCL - Projecto de Reforço das Capacidades das Comunidades Rurais para a Adaptação às Mudanças Climáticas em STP, nos Distritos de Caué, Mé-Zóchi, Região Autónoma do Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Resiliência das populações, perante as adversidades, conseguem sair positivamente; Criam condições para que, perante as adversidades, os pescadores e agricultores continuem a operar; Trabalham em 3 comunidades das quais 5 no Príncipe e 5 em cada Distrito com exceção de Água Grande; Diagnóstico foi feito pelo CADR que levou a instalarem 8 estufas com sistema de rega gota a gota em S. Tomé (3 em Mézóchi, 2 em Lobata, 1 em Caué, 1 em Cantagalo e 1 em Lembá) e 2 no Príncipe. Estufas têm acompanhamento técnico do CADR; Têm contrato com um agricultor (Abel Bom Jesus) que tem experiência em estufa (tem uma estufa em Mesquita - Pimentão) para dar assistência ao projecto; No meio do ano têm relatório de evolução de indicadores (PRI ou PIR); Reabilitaram sistemas de irrigação (Bom sucesso, Rio Lima, Sta. Luzia (em curso), depósito de água; Construíram 3 pocilgas comunitárias (Uba Budo, Roça S. João em Lembá, Praia Campanha no Príncipe); Organizaram populações em cooperativas e as estufas têm 1 Presidente e 1 Gestor; Trabalharam no regulamento das Cooperativas; Fazem a gestão da água; Todos os investimentos feitos a fundo perdido sem qualquer reembolso por parte dos beneficiários; Os trabalhos de máquinas são feitos pelo CADR; Motocultivadores etc.. são oferecidos às cooperativas a contribuição dos associados é apenas de mão de obra; põe-se um problema de sustentabilidade; O Director Nacional deste Projecto é cumulativamente o Directo Geral de Agricultura do Ministério de Agricultura; Inicio do projecto Junho 2015 a 2018 (2019); Recomenda criar outras alternativas para as mulheres.
10/24/2017	Helder C.B. de Menezes	Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura, Ministério de Agricultura. O projecto é muito útil; Suínos no País estava a acabar; O custo de produção é muito alto devido ao preço da ração que é importada; O projecto fornece leitões com 2 a 3 meses às Associações e Cooperativas, rações, medicamentos incluindo transporte, tudo a crédito. Recolhem os animais adultos, vendem retiram valor para amortização da dívida ficando o lucro para a Associação ou Cooperativa respectivas; Recomenda este modelo para os outros projectos uma vez que é auto sustentável; Outros projectos da agricultura oferecem tudo grátis aos agricultores daí que quando termina o apoio acaba o projecto, não é auto sustentável; O projecto distribuía os animais apenas para engorda, recomenda que se distribuia animais para reprodução com a condição de ser assistido pelo projecto, consegue-se assim disseminar a criação muito mais rapidamente; Recomenda proceder-se ao cruzamento com raças locais e fazer ensaios com alimentação com produtos locais; Fizeram alguns ensaios para produção de ração local mas não têm os resultados dos estudos que esteve a cargo dos Taiwaneses; Necessário retomar-se os estudos com ensaios em campos privados.
10/24/2017	Antonieta d'Alva	Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura, Ministério de Agricultura.

10/24/2017	Ayara E. Espírito S. Trigueiros	PRIASA - Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar. Priasa financiado sob donativo pelo BAD valor de 7 Milhões de US\$; Terminou o PRIASA I e agora estão no PRIASA II; Objectivo: garantir a disponibilidade de alimentos e pesca intervindo em projectos de infraestruturas para o sector agrícola e pesca; Reabilitaram pistas agrícolas, 6 sistemas de irrigação, aquisição de 14 abrigos para viveiros, secadores solares para culturas alimentares, reabilitaram algumas unidades de transformação, no sector das pescas reabilitaram 2 mercados em Santana e Neves, financiaram a instalação de equipamentos de frio em camaras de conservação e fábrica de gelo em escama. Na componente 2 Reforço da capacidade de apoio à produção, reabilitaram a cantina e dormitório do CATAP, financiaram outros projectos como estudos, laboratório e equipamentos para o CIAT; Têm convenção com o MARAPA para a formação e sensibilização de palaiês e pescadores, construíram o edifício da Direção de Pescas e do laboratório, e um atelier de construção de barcos de fibra de vidro. Considera que não há apropriação das instalações fornecidas no âmbito do projecto pelas associações e cooperativas, uma vez que as instalações não são utilizadas no fim do projecto; Não há intervenção nas instalações de irrigação para limpeza das valas e captações de água; Não utilizam os secadores por falta de vedação e por roubo; Pensam que o sucesso de algumas cooperativas é o facto de terem um corpo diretivo próprio (gestão profissional). O PRIASA II tem um financiamento da BAD de 16 Milhões de US\$ e mais 3 Milhões de donativo do Fundo Ambiental Mundial. Financiam actividades que utilizam novas tecnologias que conduzem à não utilização de produtos florestais ou à melhoria de produtos; Secadores solares só funcionam se for para pessoas individuais e não para associações; Deram imenso apoio á CIAT, CATAP e pescas. o PNAS: reabilitação de cantinas escolares e fornecimento de materiais e equipamentos para as cantinas. Financiaram actividades da ADAPA e ZATONA ADIL. Falta regulamentação.
10/24/2017	Sheila Carvalho	PRIASA - Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar. Seguimento e Avaliação de Projectos.
10/25/2017	Eduardo Elba	FONG - Federação das Organizações Não Governamentais, Secretário Permanente. Desenvolvem muitos projectos; Distribuição de terras não teve impacto económico mas teve impacto social na medida em que deu emprego às pessoas que passaram a ser empreendedores; O espaço cultivável para culturas alimentares não é muito grande; Com as alterações climáticas fala-se muito de estufas mas não sabe se essa é a solução; Com o abate de árvores de fruta para a expansão das culturas alimentares começa a haver escassez dd frutas no mercado o que agrava a situação alimentar; O fenómeno do roubo e a falta de segurança é um desincentivo à produção e à criação de animais, muitas pessoas que estavam a produzir desistiram. Recomenda-se políticas integradas para debelar a situação: mais agentes policiais, mais meios de combate ao fenómeno, legislação adequada, aplicação efetiva das medidas coercivas, envolvimento das populações nesse controlo, detenção dos infratores e responsabilização criminal dos mesmos contrariamente à situação actual em que os infratores são presos hoje e soltos amanhã, o próprio agente da polícia fica desmotivado. Necessária legislação adequada. Infratores, entre outras penalizações, devia contribuir com trabalho social. Há carência de recursos pesqueiros o que faz com que os pescadores apanham cada vez menos peixe nos limites das 12 milhas; A verba de contrapartida com os acordos de pesca (U.E.) devia ser utilizada para reforçar o sector das pescas; A redução de captura da pesca semi-industrial resulta da falta de apoio e incentivo ao sector com linhas de financiamento para aquisição de melhores barcos, equipamentos e outros meios de funcionamento. A FONG trabalha em programas para a boa governação. seleciona no OGE os projectos de infraestrutura com impacto social, analisam a informação se obra bem executada, se

		obedeceu a concurso público e publicam relatório. Publicaram um em 2014 e em fase de preparação o de 2015 e 2016. Também intervêm em matérias de direitos humanos em colaboração com uma ONG Portuguesa a ACEP (Associação para a Cooperação entre os Povos). Capacidade financeira da FONG (fundos próprios) quase nem dá para pagar energia. Submetem projectos à União Europeia que, em caso de aprovação, financia em 75% e a Cooperação Portuguesa os restantes 25%. Os parceiros da FONG: Associação SanToméense de Mulheres Juristas e Plataforma de Direitos Humanos e associados: Instituto Nacional de Igualdade do Género e ACEP - parceria externa só fazem missões de seguimento 2 vezes ao ano. A política de assistência da PAM também contribui para a mudança de hábitos alimentares da população, deve-se reduzir produtos importados, investir mais em produtos locais e o Estado adoptar políticas de preços e incentivos favoráveis.
10/25/2017	Cosme Cabeça	FENAPA - Federação Nacional de Pequenos Agricultores, Presidente.
10/25/2017	D ^a Maria	AMA - Associação de Mulheres Agricultoras, Presidente
10/25/2017	Marcelino Tavares B. da Costa	CADR - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural, Ministério de Agricultura, Director. Função: assistência técnica e extensão rural. Foi criado com assistência técnica do ABC (Agencia Brasileira de Cooperação). Foi criado um programa o PONER Programa Nacional de Extensão Rural, mas ainda não saiu da gaveta. A Agricultura tem muitos projectos mas não há coordenação entre eles. Seria função do CADR implementar as acções de assistência e vulgarização dos programas do Ministério de Agricultura e Pescas. Para o efeito foram criadas Delegações Regionais: (i) Norte em Lembá; (ii) Delegação Sul em Caué; (iii) Centro em Mé-Zóchi; (iv) Centro Norte - Lobata e (v) Centro Sul - Cantagalo. Porém não funcionam por falta de meios. Fundos disponibilizados por Parceiros para acções de extensão são desviados (financiamentos da Espanha, Guiné Equatorial e Brasil). No quadro do programa de densificação do cacauzal, o CIAT produziu plantas que deviam ser distribuídas para os agricultores pelos extensionistas do CADR. O programa não funcionou. O CADR fornecia as plantas por apenas NDbs 1.000 por planta. Porém, os agricultores ou não compram (a maioria das vezes) ou recebem e não plantam. Recomendam que a melhor forma seria fornecer apenas os sacos de viveiros aos agricultores e eles, com apoio dos extensionistas, seriam os próprios a fazer os viveiros. Porém não há consenso no Ministério de Agricultura sobre a forma de proceder, por isso o processo não avança. Assistiram a instalação de estufas para cooperativas de 8 a 10 pessoas em 10 comunidades seleccionadas pelo CADR: (i) no Sul em Soledade; (ii) no Centro Sul em Uba Budo; (iii) no Centro Norte - 2 estufas em Canavial e Fernão Dias; (iv) no Centro - 3 estufas Bem Posta, Saudade e Bom sucesso; (v) no Norte 1 estufa em S. João/Lembá (depois de Sta. Catarina); (vi) no Príncipe 2 estufas 1 em Sta Rita (aeroporto) e 1 em Nova Estrela. As estufas foram instaladas em 2016 esperando-se a primeira produção dentro de 2-3 meses com assistência do corpo técnico do CADR tendo sido afetado 1 extensionistas para cada estufa. Contam ainda com assistência do Agricultor Abel de Mesquita. No fim do projecto não garantem a continuidade da assistência por falta de financiamento. Ver o Regulamento das Cooperativas.

10/26/2017	Eulália Cruz C. Afonso	CATAP - Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário, Ministério de Agricultura, Directora. Acções de formação com financiamento do BAD. Este ano já fizeram 2 ciclos de formação sobre irrigação para 26 extensionistas e 1 ciclo para jardinagem e capacitação para agricultores. Têm 22 funcionários em exercício. Está agendado para 2017 a realização de um inventário sobre a Apicultura sob a responsabilidade da Dir. de Pecuária. Não foi realizado por falta de financiamento tendo sido transitado para 2018. Tratando-se de um PFNL (Produtos Florestais Não Lenhosos) devia estar enquadrado nas Florestas e não na Pecuária. A Universidade USTP tem curso de Agronomia, mas não existe coordenação nenhuma com o CATAP. O CATAP tem um curso de Gestão Florestal e Ambiental para 35 alunos e um curso de Produção Vegetal e Animal que já vai no 2º ano de formação.
10/26/2017	Américo Ceita	Empresa Monte Café, Director. A empresa Monte café, após a sessação de contrato com os Líbios, passou para gestão do Estado. Os campos de café estão todos abandonados. A tecnologia e manutenção continuam sob gestão do Estado. Anualmente processam apenas 20 a 30 toneladas de café, para uma capacidade instalada de 76 toneladas por cada 36 Horas. Não existem dados do projecto foram levados todos para o Ministério de Agricultura aparentemente para a Dir. de Planeamento. Houve investimento da BAD de 14 Milhões de UCs (Unidades de Conta) e os Líbios para uma área de concessão de 514 Há, já tinham renovado 236 Há de 2009 a 2013, já tendo iniciado a produção. Com a saída dos Líbios parou tudo, apenas umas iniciativas de horticultores e CECAFEB (café biológico. Não há registo nenhum dos horticultores a operar, mas estima-se em cerca de 1.600 o número de horticultores. O roubo é o maior problema da zona. Existem cerca de 300 pequenos agricultores a dedicar-se ao café (cerca de 300 lotes) e uma cooperativa local que vende café processado. Um local (Sr. Amed Pereira tem uma pequena unidade de transformação de café. Estima-se que os Líbios tenham investido cerca de 4,5 Milhões de Euros na plantação. Existe uma fábrica de água instalada pelos Líbios tem todas as máquinas faltando apenas serem montadas. Inoperante desde a partida dos mesmos.
10/26/2017	Miguel Yeep e Carolina Reynolds	ONG HELPO. Projecto PANMI Hortas escolares em 30 - 40 escolas, forneceram materiais às escolas. Escola Atanásio Gomes e Agostinho Neto têm Horta escolar. Elaboraram um manual de horta escolar, necessário trabalhar no programa Comunidades vs. Escolas a respeito de hortas escolares. Necessidade de haver mais nutricionistas no país- falta de conhecimento da importância nutricional no desenvolvimento cognitivo das crianças.
10/31/2017	Carminda Viegas	PAPAC- Projecto de Apoio à Pequena Agricultura Comercial, Directora. Papac é um projecto para 6 anos com um financiamento do FIDA de 6 Milhões de €. Dá seguimento a um projecto anterior que era o PAPAFA. Apoiam as cooperativas de produção de cacau (CECAB, CACAQ 11 e 20 Associações de pequenos produtores em Água Izé e Uba Budo), de café (CECAFEB), café Arábica (Monte Café) e café Robusta (Colónia Açoriana, Sta. Catarina e Claudino Faro) que transformam em grão e pó para o consumo no mercado local devido à falta de viabilidade económica na exportação. Financiam ainda 1 cooperativa de Pimenta em 2 centros: Rio Lima onde fazem lavagem e secagem e escritório em Pótó. Objectivo: reforçar a capacidade dessas 4 cooperativas de forma a transformá-las em unidades autossustentáveis. Já têm avaliação mi-parkours disponível. Já têm 2 Cooperativas autónomas: (i) a CECABG vai receber mais um financiamento de 40.000 US\$ para enquadrar mais associados; e (ii) CECAQ 11 cacau convencional de qualidade. Com 10% dos fundos do projecto vão abrir novos domínios de financiamento: a) Pequenas actividades de pecuária e b) Micro irrigação. Actividades da CECAB:

		<p>enxertia, produção de plantas viveiros, poda, integração de novos membros, secadores, infraestruturas etc. Fornecem às cooperativas sulfatos e cal subvencionados pelo Governo em 50%, e estas por sua vez fornecem aos seus associados a fundo perdido. Têm 4 caixas de fermentação, 4 secadores, 4 armazéns, secadores a gásóleo nos centros das cooperativas, se o cacau não secar em 7 dias ao sol vão 3 dias para o secador a gásóleo. Providenciam ainda acompanhamento técnico aos associados. As cooperativas têm autonomia para gerir os fundos e o projecto audita as contas. As cooperativas têm parceria com privados a quem vendem o produto, devendo estes (compradores) respeitar o preço mínimo da bolsa. Têm 2 cooperativas no domínio da Pecuária (Água Coimbra e S. Lourenço/ Colónia Açoriana) em parceria com um operador privado (a CONSTRUPEC) que deve fornecer os animais e alimentação. Financiaram ainda uma cooperativa em avicultura (Vila Braga) para a produção de frango de carne. A experiencia na pecuária não funcionou em relação à parceria tendo entrado em falência na avicultura e em relação aos porcos estão em litígio com o parceiro que pretende aumentar os preços de fornecimento. O trabalho na cooperativa é baseado em mão de obra rotativa.</p>
11/1/2017	António Dias	<p>CECAB - Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico, Director. Não se vê na prática a implementação de medidas de políticas para o sector agrícola. A CECAB envolve 44 comunidades em 33 associações com 2.200 famílias de pequenos agricultores com 4.400 Ha de plantações de cacau, exportando desde 2015 1.000 toneladas de cacau por ano. Havia grande êxodo rural devido à baixa de preço do cacau no mercado internacional. A CECAB melhorou em 60% o rendimento dos pequenos agricultores. Dão assistência técnica em práticas agrícolas o que o Ministério de agricultura não faz. Prestam assistência técnica e medicamentosa aos agricultores, pensando no futuro vir a importar medicamentos e abrir 2 farmácias. Compram caixões para os agricultores gastando para o efeito 200 Milhões de Dobras por ano nessa actividade e mais 300 Milhões de Dobras/ano para assistência medicamentosa. Levam a cabo imensas actividades culturais e dão assistência às cantinas escolares, estão nessas actividades há mais de 2 anos sem que as mesmas sejam publicitadas na TVS (televisão local). Existe um problema muito sério de alcoolismo que afecta mais de 350 agricultores. Dentro de 10 anos pensam poder atingir uma produção de 500 toneladas/Ha (Cacau). Lamentavelmente as instituições do Estado como por exemplo a CIAT não funcionam pelo que são obrigados a fazerem tudo com os seus próprios técnicos. Têm como caso de sucesso um agricultor (Arlindo Reis de Saltado) que tem 3 Há em exploração, há 3 anos produzia 73 Kgs e agora produz 2.300 Kgs/ano. A CECAB vai aumentar o preço ao produtor a partir de Janeiro 2018. Desde 2012 que estão em condições de suportar as suas despesas correntes embora recebam 66% de subvenção por parte do Estado suportando apenas 33%. O grande problema que têm de momento é o relacionamento com os parceiros externos (processo de venda do cacau ao exterior). Tendo em conta o seu papel junto dos pequenos agricultores acham que deveriam ser considerados pelo Governo como parceiros, embora não tenham definido a modalidade dessa possível parceria.</p>

11/3/2017	Benoit Snoeck / Luis Lima	SATOCAO, Director Operacional Satocao empresa vocacionada para a exportação de cacau, emprega 430 trabalhadores, actualmente compra aos pequenos produtores cerca de 800 toneladas de cacau. Têm actualmente 750 Ha em produção (novas plantações) na zona centro-sul, tendo abandonado as plantações da zona norte devido às condições edafo-climáticas não propícias. Têm uma concessão de 2.500. Há mas só retiveram 750 Ha tendo solicitado ao Governo outras terras mais produtivas. Gostariam de desenvolver suinicultura e a baunilha para o que estão em testes. Pensam efectuar estudos no sentido da transformação local do cacau, para o que precisariam de uma quantidade de 2 a 3 toneladas ano, utilizando maquinas modernas de fabrico de chocolate. Caso venha a efetivar-se, o preço de compra do cacau ao produtor poderia duplicar ou mesmo triplicar. O Madagáscar exporta um cacau de excelência (Bean To Bar) a um preço elevado de 5 a 6.000 €/tonelada quando o preço mundial anda à volta de 1.800 a 2.000 €/tonelada. É possível implantar cá essa experiência para o que já estão a proceder a estudos com vista ao processamento local de 200 a 2.000 toneladas/ano. De momento compram todo o cacau da CECAQ 11 (Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade 11). Recomendações: Rede de Irrigação; pequenas unidades de Produção local de papel com utilização de materiais locais, substituindo os sacos de plástico. É uma tecnologia muito barata e que usa matéria prima local; Instalação de pequenas turbinas para produção de eletricidade.
11/6/2017	Rio Lima	Cooperativa Agrícola BAMU XIMIÁ. Presidente Jerónimo Pereira Gabriel. Têm 45 Associados Custo de produção de alguns cultivos: (i) Tomate & outros - 5 NDbs/planta; (ii) Cenoura & alface - 2 NDbs/pé; Custo de produtos: Mancozébe - NDbs 230Kg; Guarete - NDbs 1.800/litro (1 dl => 70 canteiros); Teodan - NDbs 400/litro => 1dl (10 colheres) => a 10 colheres ou 5 máquinas., 1 maquina => 2 colheres
11/7/2017	Anselmo Avicultor Trindade/Mé-Zóchi	Tem 20 pavilhões de 5X4 m, 16 já em funcionamento e 4 em construção. Tem 1.500 pintos poedeiras e 700 frangos de campo, produz ovos galados e leva a Nova Olinda para incubação. Semanalmente entregam 390 ovos galados e recebem 312 a 320 pintos do dia, fornece ao mercado 35 cartões/dia ou 140 cartões semana, principais clientes lojas em Mé-Zóchi. Preço de venda NDbs 125./cartão (preço p/ revenda) e NDbs 130/cartão (preço p/ retalho). Adquire produtos à CONSTRUPEC em Sacos de 30 Kg: ração nº 125 => NDbs 380(poedeiras), nº 115 (engorda) => 450, nº 104 (pintos) => 450. e nº 111 (crescimento) => 420. Tempo de crescimento médio 45 a 60 dias (1,5Kg) => custo de nDbs 120/frango. Frango de campo leva 6 a 7 meses para atingir 3/4 Kg com um custo de nDbs 200 a 250(400 frangos comiam 800 nDbs de ração por dia (2 sacos) ou seja, nDbs 2/pinto/dia. Maiores dificuldades: (i) Dependência na importação (preço dos produtos pintos e ração, longo tempo de espera pelos produtos, incerteza no fornecimento); (ii) Espera para receber os pintos encomendados por tempo que pode ultrapassar os 5 meses; (iii) Rotura de stock de ração por dificuldades na entrega pelo importador com consequências desastrosas para a produção; (iv) Pintos importados de avião (STP Airways) com muita irregularidade por indisponibilidade do transportador; (v) Linha de Crédito Jovem Empresário Com Iniciativa Empresarial, concedido pelo Governo em condições que desincentivam: concedidas através do BISTP em condições desastrosas com exigências desproporcionadas e num processo burocrático sem paralelo, próprio para desincentivar qualquer empresário para além de ter custos elevadíssimos. Para incentivar a criação dever-se-á em definitivo encontrar novas condições de crédito mais favoráveis.

11/9/2017	Pinheira	APROCAP - Associação de Culturas Alimentares de Pequenos Agricultores de Pinheira, Presidente Celestino Isabel Pereira. Existe desde 1992, com um total de 340 Associados entre os quais 50 mulheres, cultiva 194 Há de Hortícolas. 1) Iniciaram com 70 horticultores e beneficiaram de um projecto de água, agora são 200 e a água não é suficiente, já fizeram pedido sem resposta até ao momento; 2) têm 3 Blocos sem água (Julião, Nova Olinda e chão de coco), por isso só fazem milho, mandioca, melancia e cana-de-açúcar nesses blocos; 3) Problemas com água potável cuja origem é uma fonte que já está esgotada, existe um rio o Manuel Jorge que resolveria o problema; 4) A creche existente é muito antiga e está em risco de ruir constituindo um perigo eminente para as crianças que lá frequentam; 5) Necessidade de um centro local para poderem se abastecer em insumos, existe um pequeno fornecedor local sem condições, a maioria de vezes não tem produtos nem em quantidade, qualidade ou preço; 6) A comunidade tem 800 pessoas precisam de um posto de primeiros socorros, a igreja deu um espaço provisório e já estão a pedir de volta; 7) Associação tem máquina de moagem de milho oferecida por Taiwan, serve também para outros produtos como fruta, café etc... Cobram nDbs 2.500,0 por Kg. Canteiro de tomate 1 x 10 m, 40 plantas/canteiro, produção 80 Kg/canteiro; 10 nDbs/Kg.
11/10/2017	Calter M.C.Leal (Gingato Quente)	Transformação de derivados de porco. Adquire produto no matadouro, problema muito grande com inspeção sempre muito tardia pois só há 1 médico. Vende produtos na praça na via pública porque não tem um espaço próprio. Produz sopa da terra, chouriço de sangue e outros produtos com restos de porco (sangue, tripas, fígado), galinha e vaca (buço, tripa e miudezas). produz aproximadamente 20 a 30 Kg por dia (restos de mais ou menos 10 animais) vendendo a 100nDbs/Kg. Por cada nDbs 5.000 que gasta em compras fatura cerca de nDbs 7.000. Necessitaria de um investimento de €20.000,0 para montar a sua indústria.
11/10/2017	José Lucena	Dono de barco de pesca semi-industrial. Tem um barco de 11.80 m de 5 toneladas de capacidade, captura em média 700 a 1300 Kg por campanha, pesca a linha a 100/300 metros de profundidade a uma distância de 180 a 200 milhas. Fazem 2 fainas de 10/12 dias por mês utilizando 11 a 12 marinheiros. Vendem a nDbs 110/Kg. Problemas existentes: Falta de apoio total, custo de produção bastante elevado, Peixe a escassear cada vez mais obriga a irem cada vez mais longe; Usar gelo em barra esta cada vez mais caro, Gelo em escama de MARAPA não tem qualidade, Camaras para conservação de peixe não existe ou utilização a preço exorbitante, necessário formar-se marinheiros e pescadores, muita escassez de mestres de pesca, necessário escola de formação, caso houvesse possibilidade de conservação a preço módico podiam fazer 3 fainas por mês. No País existem apenas 3 semi-industriais a funcionar e 1 inoperante. Existem uns barcos mais pequenos chamados cariocos, vão pescar no Príncipe com uma tripulação de 8 a 10 pessoas com partida às segundas e regresso aos sábados. Gastam 200 litros de gasóleo por faina e pescam cerca de 500 a 800 Kg de peixe. Existem 7 cariocos a funcionar e 2 avariados. Necessário investir em mais unidades e artes de pesca.
11/10/2017	Virgílio Leitão	Bovinicultor da Zona Sul, pero de Pico Caué. Tem um efectivo de 80 animais, 60 fêmeas e 20 touros. Fornece aproximadamente 20 animais por ano ao mercado. Cada animal com cerca de 180/190 Kg de carcaça.

11/13/2017	Aurélio Silva	Produtor de citrinos da Zona Sul, Vila Irene. Tem uma grande variedade de produtos agrícolas, mas a principal actividade é citrinos. Actualmente fornece 10 ton de laranja ao mercado, mas a meta é 100 ton/ano. Produz outros citrinos limão lima, limão Francês e limão Português e tangerina. Podia estender muito a sua produção, mas tem imensos problemas: 1) Falta de água canalizada para desenvolver a suinicultura. Já tem instalações para cerca de 300 animais e existe nascente de água a 300 metros de distância; 2) Não existe qualquer apoio de técnicos ou extensionistas seja da parte agrícola seja pecuário, vivendo cada produtor à sua sorte; 3) Os produtos químicos são excessivamente caros; 4) Gastos imensos com transporte para a cidade para colocar os seus produtos; 5) Precisa de aconselhamento para atacar problemas resultantes de excesso de chuva (limo); 6) Desmatização intensiva da Agripalma criou ataque de rubrocintos mesmo naquela zona que levou à baixa de produção estando agora a recuperar; 7) Roubo excessivo leva à desmotivação sem que haja qualquer acção das autoridades.
11/13/2017	Marisa Mendes Diogo	Pequena Agricultora e Transformadora de produtos locais, exploração Nunos Oliveira, 12 Há. Produtos alimentares, citrinos, transformação de óleo de coco, marmelada etc...Gostaria de ampliar a actividade de transformação caso tenha uma máquina.
11/23/2017	Viegas Rita	Avicultura e Pecuária, Ferreira Governo. Empreendedor privado de grande capacidade. Pode servir de polo de desenvolvimento para apoio aos avicultores no fornecimento de pintos do dia locais para frangos de engorda. Considera que é necessário começar pela base: Produção do Milhos para ração. O mercado é muito limitado. Pode-se produzir frango localmente para venda a nDbs 60.000/Kg, com pintos de engorda produzidos localmente e ração mesmo importada. Para isso é necessário produzir reprodutoras localmente. Necessário apoio ao sector: 1) Linha de financiamento para importação de reprodutoras; 2) Importação de Ração e 3) Medicamentos
11/24/2017	Abel Bom Jesus	Empreendedor Privado, Mesquita. Grande potencial agrícola. Apoia Agricultores na gestão de estufas e formação. Produção principal é o ananás (3 Há => 40 ton/Ha => 120 ton/ano=> nDbs 40/Kg. Produz pimentão em estufa. Instalou estufa a um custo de € 35.000,0 cada, completa com trator, electro bomba, sistema de rega gota a gota incluindo montagem. O projecto tem cometido erros pois procedem à terraplanagem do local a instalar a estufa raspando toda a camada arável: Têm estufas muito caras (€ 60.000/cada). Abel faz tomate nas entrelinhas do ananás, antes da produção. Maior problema que encontra na agricultura é a falta de formação e informação dos pequenos agricultores; 2) Todas as formações no quadro dos projectos só beneficiam os técnicos; 3) Linguagem e metodologia utilizadas pelos formadores não é adequada e não entendida pelos agricultores; 4) Investigação na agricultura não existe; 5) Análise de solos inexistente; 6) Falta de assistência técnica do Ministério; 7) Não valorização dos quadros técnicos nacionais; 8) Alargamento da produção? Preciso fazer atenção pois o mercado é muito limitado.
11/27/2017	Sólito da Cunha Lisboa Neto	Director de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, Ministério de Agricultura. Problema mais sério da Agricultura é a falta de financiamento, resolvendo este problema tudo fica resolvido, é só falta de dinheiro. Programas apresentados no OGE não são cumpridos por falta de dinheiro. Alguma coisa que se faz é graças à cooperação. Querem apostar sobretudo nas culturas de cacau e pimenta. Adotaram o sistema de multiplicação por sementes de capsulas seleccionadas. CIAT fornece as sementes, mas há dificuldades com sacos de viveiro (plástico) e produtos como fungicidas etc... Não existe mecanismo de coordenação no sector, os projectos são como pequenas

		ilhas têm a sua estrutura própria independente sem qualquer tipo de coordenação. Todos os projectos deviam ser coordenados pelas estruturas do Ministério o que facilitaria as acções e contribuiria para uma maior capacidade de reforço. Os projectos absorvem os melhores técnicos porque pagam mais. A aplicação dos financiamentos é bastante deficiente.
11/28/2017	Severino Espírito Santo	CIAT - Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica, Director. Só se ocupam de vegetais; Iniciaram as actividades em 1961 com o objectivo de encontrar variedades melhoradas sobretudo Cacau Amelonado. Depois da independência começam a trabalhar com todos os vegetais. Subdividiram em 2 sectores: BECI para culturas industriais e BECAF para culturas alimentares com o objectivo de melhorar a produção e melhorar a produtividade. Procuram híbridos sobretudo para as culturas industriais. Para as culturas alimentares fazem basicamente testes para as sementes importadas: testes de germinação e análises fitossanitárias. Fazem ainda o acompanhamento do desenvolvimento das plantas mesmo nas parcelas dos agricultores. Para o milho já seleccionaram sementes que produzem 7/8 ton/Ha sem adubos e 12 ton/Ha com adubação. Em campo já conseguem 5 a 7 ton/Ha no BECAF e 5 a 7 ton/Ha a nível dos agricultores. Devido à seca apenas atingem 3 ton/Ha em 5 Ha de cultivo, agravado pelo problema da praga da Broca que, entretanto, já está controlada. Têm agentes que se deslocam ao terreno baseados em Pótó. Fizeram ensaios com a mandioca tendo já tido sucessos em ensaios de multiplicação rápida em 27 variedades. Apuraram 12 variedades, mas trabalham com apenas 5 sobretudo no Príncipe. Ainda não têm registos de custos de produção porque só agora iniciaram ensaios com soja e milho. Também não têm ensaios de dosagem. Tiveram apoio financeiro do PRIASA. CIAT tem capacidade para análise de solos. O preço de custo dos reagentes não é subvencionado daí que pratiquem preços do mercado e os agricultores reclamam. Para o cacau já conseguiram 3,5 a 4 ton/Ha em ensaio, mas consegue-se apenas 300 a 500 Kg/Ha a nível dos agricultores. Os produtores fazem multiplicação a partir de sementes híbridas com a consequente degeneração das plantas. CIAT fornece plantas com base em produção de híbridos direccionados (são produzidos especificamente para cada local sob encomenda, para ter em conta os problemas de variação microclimática, híbridos são muito sensíveis a variações de humidade, salinidade, disponibilidade de água e teor de gordura. A variedade de cacau branco é muito sensível a um vírus denominado Vassoura de Bruxa. Vendem a nDbs 10,0/planta e Cápsulas (40 sementes) a nDbs 45 Dão assistência aos agricultores sem cobrar. Tem capacidade para fornecer 5.000 plantas cada 3 meses.
11/29/2017	Laurent Mehdi Brito/ Mariana Caicedo Pinzon	World Bank Group, Senior Procurement Specialist e Consultora de Protecção Social. Apresentação do ZHSR ao Banco. Informar sobre os passos futuros incluindo os "Stakeholders Advisory Board Meetings". Demonstraram toda a sua disponibilidade para colaborarem com o PAM e com esta revisão estratégica. Solicitam a possibilidade de lhes serem enviados os Drafts tendo em conta que deverá ser necessário enviar delegados a partir de fora para representar/comentar no documento.

APÊNDICE C - ATELIERS DISTRITAIS

DATA	DISTRITO	PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES
12/4/2017	CAUÉ	<p>PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES. 1) Transformadoras da mandioca de Porto Alegre têm cerca de 570 Kg de farinha já transformada, mas não têm mercado (não há compradores), são 5 senhoras e estão paradas há 2 meses; 2) Só têm energia umas horas por dia. Gostariam de ter energia permanente para funcionar em pleno; 3) Média empresa com mais de 30 pessoas com problemas de transporte interno para os trabalhos da roça e para escoamento dos produtos para o mercado; 4) Muito furto na região; 5) Grande problema de mão-de-obra, jovens trabalham apenas das 07:00 às 09:30 Horas por 50.000 Dobras/dia e não querem trabalhar mais o que limita fortemente a expansão das áreas a cultivar; 6) Falta total de assistência técnica por parte dos extensionistas do MADRP; 7) Comunidade de D^a Augusta Produz ovos e frangos mas não têm mercado, população local não tem poder de compra. Por falta de meios de transporte não podem distribuir os produtos por todo o distrito. Necessário apoio técnico e financeiro. Iniciaram a actividade com apoio financeiro do PAPAC; 8) Animais invadem as plantações causando muito estrago sobretudo nas plantações de matabala e mandioca; 9) Se um agricultor abate um animal que lhe invade a plantação é preso pela polícia o que causa desmotivação; 10) Ainda não têm associação de agricultores em Angolares; 11) Sargento da polícia de Angolares ele próprio tem animais à solta causando danos a plantações de um vizinho (Manuel Carroça); 12) Elementos das forças armadas e do Governo são donos de redes de pesca Brisa (rede de malha fina); 13) Cantineiras devem ser treinadas a utilizar ementas à base de produtos locais; 14) Sensibilização aos pais e encarregados de educação para fornecer produtos às cantinas escolares; 15) Quantidades fornecidas pelo PNASE não são suficientes pelo que têm problemas graves de insuficiência de produtos para as confeccionar as refeições das crianças; 16) Agricultor da roça Maculu (Fraternidade) não tem título de posse. Corre o risco de ter de abandonar o lote pois Fraternidade vai ser entregue a um grupo Sul Africano; 17) O presente Ateliê é mais uma actividade, há 2 anos foi feito um exercício similar sem que se conheça o destino dado às recomendações feitas; 18) O problema dos animais à solta é por falta de medidas; 19) As crianças do distrito sofrem de um ataque de parasitas diferente dos de qualquer outro distrito; 20) Houve 1 dia em que uma escola recebeu apenas 1 peixe para a cantina; 21) Os fundos do PNASE deviam ser geridos no distrito de forma descentralizada; 22) Há alturas em que passam meses sem confeccionar alimentos nas cantinas; 23) Caué sendo o distrito com maior extensão territorial, devia incentivar o aumento de produção para apoiar o PNASE; 24) A educação no distrito está péssima, todos os indicadores são maus; 25) Pescadores de outras zonas vêm pescar com granadas e rede Brisa; 26) Associação de pescadores e palaiês de Angolares (80 pescadores e 30 palaiês), dá crédito às paliês mas tem problemas de falta de verba. INTERVENIENTES: Antónia da Graça Taraveira, transformadora, Porto Alegre; Vital Moreira, gestor de média empresa Manuel Carroça; Benvindo Pereira, Leader comunitário de D^a Augusta e responsável do aviário da comunidade; Congoló dos Reis, agricultor e horticultor, Angolares; Nelito Pereira, delegado da educação de Caué; Olívio Diogo, Director da escola básica de Angolares; Almeirindo Pereira Ribeiro, pequeno agricultor roça Maculu (Fraternidade); Beatriz deputada de Angolares;</p>

		Joaquim Sacramento, pescador; Belmira Mendes, representante da roça Soledade (do Sr. Ostílio Cosme); Aladino Domingos, criador de poedeiras (angolares).
12/5/2017	LOBATA	Presidente da Câmara: Policarpo Freitas. Feliciano Borges Coordenador da área de agricultura da Câmara, Falta organização de cultivos para fazer face à sazonalidade; Necessário resolver o problema de escoamento dos produtos; Existe problema de conservação do excedentário de produtos; É preciso ligar a escola aos agricultores; Responsáveis das escolas devem comprar no Distrito e não na cidade; Maito Silva agricultor, tem problema grave: Produziu tomate em estufa, sofreu um ataque de lagarta que afetou toda a produção tudo estragado, não pode contar com assistência de nenhum técnico da agricultura; Não tem apoio de ninguém; Entregou produtos às escolas e teve de esperar 6 meses pelo pagamento; Produziu feijão e teve que dar todo porque não havia comprador, não conseguiu vender. Lady Neto, Secretária da Cooperativa das Mulheres de LObata. Produzem farinha de fruta só Quá Téla é que compra; Não há consumidor para os produtos transformados, o que as obriga a ficar paradas. Djamilo Lopes, Coordenador de Rádio Lobata. Importante criar uma política na agricultura tendo em conta a sazonalidade da produção de forma a criar uma estabilização dos preços dos produtos; Necessário mais fábricas para a transformação dos produtos; Necessário formar e sensibilizar as palaiês e dar melhores condições para a venda de peixe; Sensibilizar os pescadores para não utilizar granadas. Guidel Batista Radio Nacional, correspondente de Lobata. Cultiva muito milho, mas não tem rendimento quase nenhum, chega a vender a 3.0 nDbs /Kg; Devia haver capacidade de armazenagem e o Governo intervir na compra da produção para estabilizar o preço. António Ramos Presidente da comunidade de Sta. Luzia. Temos que aprender a usar o que temos, as crianças passam fome quando temos muitos produtos nossos a estragar; Pais reclamam porque uma escola deu sopa de fruta às crianças; Mesmo agricultores não usam os seus produtos na alimentação das suas crianças; A educação deve ser dada pelos pais é necessário a mudança do comportamento alimentar. Gregório Amorim, agricultor de água casada, tem também criação. População não tem hábito de comer salada; Professores têm um papel muito importante na mudança do hábito alimentar; O Governo tem que apoiar mais o sector da pecuária; Porque não fazermos nossas fábricas? Apostar mais na criação de aves, galinhas, patos etc. Desidério Sacramento Gestor da escola básica de Micoló. É bom comer o que é nosso o problema é o preço, Têm 480 alunos e não conseguem suportar os preços elevados dos produtos locais; A escola tem de enfrentar muita burocracia para poder pagar aos fornecedores locais o que desmotiva os produtores e deixam de fornecer à escola. Alexandre Gomes Escola Básica de Agostinho Neto. Porque é que o Governo não produz arroz no País? Georgina Vaz Comunidade de Agostinho Neto. Governo deve apostar seriamente nas Hortas Escolares; Apostar significa dar materiais, sementes etc. aos agricultores; Deviam incluir a horta escolar no ensino básico; Agostinho Neto tem 220 alunos e não se produz o suficiente para dar de comer às crianças na cantina; Preciso ter atenção ao problema da mudança climática.
12/6/2017	LEMBÁ	Presidente da Câmara André Varela) não pôde estar presente tendo delegado no seu Director de Gabinete: Edeleide Cabral. Osvaldo Carvalho, Vereador. Prioridade seria uma política agrícola direcionada aos São Tomenses de forma descentralizada; Temos vários problemas: mercado, conservação, e sobretudo ROUBO exagerado; Resolvendo esses problemas podemos ter uma agricultura desenvolvida; Necessário sensibilizar os agricultores para produzir mais; Necessário acompanhamento técnico aos agricultores; A

		<p>apoia os programas alimentares em Lembá. Manuel da Graça Rosário, funcionário da Camara. Pescadores e Produtores deviam estar mais amplamente representados nesta sessão; Saúde não está representada. Augusta Varela, Agricultora Generosa. Produz matabala, fruta pão, cacau, milho, abóbora etc., leva para o mercado não vende e volta trazer para casa; Necessário transformação. Maria Lídia Pires Agricultora e Palaiê Rio Ave/Sta. Catarina. Satocao abandonou terreno lá na zona agora o roubo aumentou porque já não há guarda; Peixe vai e vem sem vender; Necessário capacidade de conservação. Ediney Silva Escola integrada (pertence à escola de Neves). Fome é um problema grave e fácil de resolver; Não há aproveitamento de frutos nacionais; Devia haver fábricas nacionais; Por exemplo na gravana temos excesso de voador panhã; deve-se pensar na expansão do mercado nacional (exportação); Não se faz horta escolar; O Roubo é exagerado; Falta de incentivo: apoio financeiro, sementes etc., aos produtores; Valor que dão à escola para a cantina não aguenta 1 mês; animais criados à solta invadem as plantações; Problemas de nutrição: são Tomense só usa carne nos dias de festa incentivar políticas bem direcionadas em relação à pecuária; Descentralizar a produção de aves. Arlindo Rocha Funcionaria da Direção do Registo Civil. O uso de fertilizantes e sua implicação na saúde das pessoas em particular as crianças; Dar mais atenção ao cuidado no tratamento do peixe; Infraestrutura de frio construída não é aceite pela população e além disso o frio não funciona. Lúcio Dias, Proprietário pesca e agricultura / Sta. Catarina. O Roubo desmotiva o produtor; Problemas com pescadores: uso de rede de malha muito fina (Briza); Necessário motores de pesca pois vão muito longe (40 milhas); Os motores estão muito caros, um motor de 15 Kva pode custar 70 Milhões. Antonio Quaresma Professor da Escola Básica de Neves. Há muita destruição de pesca com rede fina; Houve distribuição de terras, mas faltou o acompanhamento; Há muita gente em Santa Catarina para trabalhar, mas como pagar? Há falta de água.</p>
12/7/2017	MÉ-ZÓCHI	<p>Presidente da Câmara Isabel Domingues. Têm 46.000 crianças para alimentar nas escolas. Osvaldo Rita (electrónico) transformador. Difícil vender pois não há mercado; Não há como conservar os produtos; Poder de compra da população é muito baixo. João António Roça Laura, pequeno agricultor. Na sua comunidade há muita fome; Produz-se muita Banana, matabala, banana-pão, mandioca, horticultura o problema é a falta de poder de compra da população, não conseguem vender nem a banana-pão. Nilza Caixão Grande transformação de produto (mandioca). São Tomense come mal, é necessário um trabalho de base sob o ponto de vista de nutrição (sensibilização); Produtores devem melhorar a qualidade dos seus produtos para terem mais aceitação para poder substituir produtos importados; A sazonalidade dos produtos é um problema sério daí a necessidade de armazenamento. Maria Silvestre Transformadora de amendoim. Não podem reduzir o preço por causa do preço elevado de compra dos produtos; Seria importante aumentar a produção de batata doce para se poder fazer papa para bebés; Problema de ladrão é sério. Leonel Dias Presidente da Associação de pequenos agricultores de Vila Moura. Governo deve priorizar a agricultura; Não há subvenção para os prejuízos; Não há insumos no mercado e quando há o preço é muito alto; Há falta de água e muito prejuízo por falta de apoio da Loja da agricultura não tem quase nada. Olga Educadora/Transformadora (banana madura e goiaba) Trindade Centro. O poder de compra é muito fraco, não há mercado; Problema de armazenagem, condições de higiene. D^a UPE Cruzeiro (Maria Guadalupe Camblé), entende que por ser nacional só pode falar fôrrro. Berlindo Neto técnico da Câmara. Produtos importados são mais baratos que os nacionais; que política o Governo vai</p>

		<p>aplicar junto dos produtores? Marina Marinha Água Cola, feirante de Mé-Zóchi. Compra horticulturas na cidade e vem vender na Trindade, ao chegar já começa a apodrecer; Produtor vende caro para a palaiê e depois vem vender mais baixo, produto estraga muito depressa. Manuel Soares Afonso, agricultor de Bom Sucesso Insumos muito caros. Gabriel José Samba Presidente da Cooperativa de Cacau Biológico de Monte Café. Manuel Sacramento, agricultor de Vila Moura. Gabriel agricultor de Nova Moka. S. Tomé não tem fome; Há muita cenoura, feijão verde, repolho etc.; produtos importados fazem concorrência com a produção local; Não produz amendoim porque tem problemas de secagem e por falta de comprador, assim deixou de fazer; tem grande quantidade de produto sem comprador.</p>
12/12/2017	REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE	<p>Principais constatações: 1) Há escassez de pescado no Príncipe; 2) Uso de artes de pesca inadequadas está a causar problemas; 3) Necessário criar Zonas Restritas de pesca; 4) Necessário fiscalização comunitária (participação das comunidades na fiscalização); 5) Os pescadores têm dificuldades em pagar a Taxa anual de NDbs 80,0; 6) Reclamam o facto de não haver participação local (agentes do Príncipe) na concepção dos projectos, Sugerem a fórmula: pensem connosco em vez de pensar por nós; 7) Dividiram as terras para a agricultura mas não reservaram terras para as pastagens, o que dificulta o crescimento da pecuária. É necessário aumentar a área de pastagem para aumentar a produção e fazer baixar os preços; 8) Há escassez de alguns produtos como a matabala utilizada na alimentação animal; 9) Cooperativa de produção avícola só subsiste devido à subvenção do Governo regional. Mesmo assim, vendem cada ovo a nDbs 7,0; 10) No Príncipe 1 saco de ração custa nDbs 700,0 ao passo que em S. Tomé é vendido a 380.000,0; 11) Existe uma fábrica de ração, mas não funciona. Houve tentativa de um privado em processar ração, mas o preço ainda foi superior à ração importada; 12) Para a implementação das hortas escolares necessário apoio técnico e financeiro, necessário ainda 1 horteiro; 13) Para os agricultores é necessário apoio em insumos, sementes e materiais pois não há nenhum centro de abastecimento desses produtos essenciais para a horticultura. Também não existem técnicos para dar assistência; 14) Embora o Rio Papagaio corra todo para o mar, não há água para rega. Necessário um melhor aproveitamento desse recurso com armazenamento de água para distribuição; 15) Há zonas com excesso de chuva (Porto Real) onde os agricultores necessitam de aconselhamento técnico porque os produtos estragam (por exemplo a banana estraga quando há muita chuva). INTERVENIENTES: Litonei Matos, Pesca; José Miranda, responsável da Pecuária; Maria da Penha, professora; Joselito Leal, professor e horticultor; Kinilson Lima, agricultor Porto Real; Evaristo Fernandes, técnico da Reserva da Biosfera; Armindo Cardoso, educação; João Gabriel, professor.</p>
12/14/2017	ÁGUA GRANDE	<p>PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES: 1) Existem muitos projectos em curso no sector da agricultura mas sem grande impacto, continuando a produção a ser muito pouca; 2) Para que se aumente a tem-se que aumentar a assistência técnica; 3) As Delegações Regionais precisam de ser reforçadas com meio técnicos e financeiros, para fazer funcionar a Extensão Rural; 4) Para reduzir a pobreza é necessário melhorar a distribuição de rendimento, proceder a melhorias sociais e diminuir as desigualdades; 5) O combate às desigualdades sociais passa necessariamente pela redução das desigualdades salariais mesmo a nível de Diretores; 6) As Camaras Distritais devem começar a ter um papel interventor na regulação e organização dos mercados, acabando com vendas na praça pública e evitando abates de animais fora dos locais próprios (matadouros) de forma a garantir a qualidade dos produtos ofertados; 7) Existem</p>

		<p>muitas leis sobre controlo sanitário em STP o que é necessário é regulamentação; 8) Há necessidade de mudança de hábito alimentar das populações de forma a se melhorar a dieta alimentar; 9) É muito difícil controlar o preço módico dos produtos. As palaiês recebem os produtos quase estragados e não pagam, daí a necessidade de capacidade de conservação; 10) Necessário definir-se locais de produção em função das suas aptidões e impedir que a urbanização invada zonas aptas para a agricultura, como é o caso de Monte Café (como exemplo apenas) em que há uma grande invasão de construções de casas pelos jovens; 11) As infraestruturas de produção devem ser duráveis e acesso à água permanente; Deve haver apropriação das medidas de políticas a serem implementadas. Na pecuária conseguiram muitas melhorias como redução de taxas de mortalidade dos animais, montagem de estrutura funcional e hoje foi tudo destruído. O CADR é cópia do que foi a estrutura montada pela pecuária, só que não funciona; 12) O problema da não funcionalidade das estruturas das Direções é o salário dos técnicos desmotivador por ser muito baixo; 13) Deve-se acabar com as UGPs (Unidades de Gestão dos Projectos) independentes e incorporar as estruturas e os técnicos nas estruturas do Ministério para garantir a continuidade das acções mesmo após o fim dos projectos e uma melhor coordenação entre diversas acções levadas a cabo. A questão da imposição dos Doadores é uma falácia pois deve ser o Estado a definir as modalidades de intervenção dos mesmos; 14) O financiamento dos doadores serviria para reforçar a remuneração dos quadros de forma a garantir maior eficácia das suas acções e, conseqüentemente, maior eficácia das acções empreendidas; 15) Os projectos são muitas vezes mal concebidos como exemplos na pecuária os centros de inseminação artificial foram instalados mas nunca funcionaram por não haver "Azoto Líquido" e outros meios necessários; 16) O preço da ração podia baixar consideravelmente com a importação de milho a granel (bastante mais barato) bastando que se tivesse silos de armazenamento; 17) O tempo de duração dos projectos deveria ser ampliado até que se criassem condições para a sua autossustentabilidade para que a sua acção seja durável; 18) Necessário Legislação que dê poder interventivo por força de lei às comunidades e autoridades Locais e garantia de continuidade Legislativa. INTERVENIENTES: Nilton Garrido, Dir Planeamento, Ministério de Agricultura; Adalberto Luis, FONG STP; Maria de Fátima, Associação das Mulheres Rurais; Idalécio Barreto, Médico Veterinário Dir. Pecuária; Natalina Vera Cruz, Médica Veterinária; Bernardo Vaz da Conceição, Associação dos pescadores de STP.</p>
12/18/2017	CANTAGALO	<p>Roubo generalizado nas parcelas desencoraja os produtores, uns só querem colher e não plantar; Êxodo Rural excessivo; Governo devia premiar os que estão a cultivar de forma a fazer com que se produza mais e de melhor qualidade; Deve-se garantir a boa qualidade dos produtos antes de os incluir na dieta das crianças nas escolas; Momentos de muito peixe o preço baixa muito, é necessário regularizar o mercado; O Governo já deu muito apoio aos pescadores inclusive distribuiu GPS mas, se se quiser baixar o preço do peixe, é preciso mais apoio pois os materiais estão muito caros; Pescadores de outras regiões vêm pescar na zona utilizando rede de malha fina (Briza) o que destrói o fundo marinho. O Governo deve tomar providencias para acabar com essa prática que também inclui o uso da pesca com granadas; Certos materiais não têm qualidade, precisam de mais GPS porque agora pescam a grandes distancias (até 40 milhas; Peixe está a aparecer morto em grandes quantidades na Praia Messias Alves sem que nenhuma autoridade Tomé conta da ocorrência, o que levanta o problema de fiscalização costeira e medidas de combate às ocorrências do</p>

	<p>género. Torna-se pois necessário o reforço da fiscalização; As grandes pedras colocadas em Ribeira Afonso para protecção contra as ondas (erosão) estão a causar grandes prejuízos aos pescadores, devido à forma como foram colocadas, tendo já havido 14 canoas completamente destruídas; Necessário mais investimentos na agricultura: Irrigação, acompanhamento técnico, Materiais e acessórios e Insumos agrícolas e capacidade de conservação dos produtos; Devia haver preços mais baixos dos produtos para as cantinas escolares; Necessidade de vias de acesso para tornar produtos mais baratos; CIAT deve ter maior intervenção na investigação aplicada: o que produzir? Onde Produzir de forma a haver uma agricultura sustentável; Devia haver uma gestão financeira descentralizada para os Distritos; Necessário fazer atenção ao uso excessivo de produtos químicos na agricultura. Dever-se-á controlar a qualidade dos produtos tendo em conta o seu efeito na saúde humana; Deve-se mobilizar o investimento para grandes produções e maior esforços para as zonas mais produtivas. INTERVENIENTES: Cristino Quaresma Pereira, Presidente Associação de Agricultores de Água Izé; Carlos de Pina da Costa Esteves, Director da Escola Básica de Riboque Santana; Ciona da Conceição, Pescador; Domingos Afonso, Presidente da Associação de Pescadores e Palaiês da Praia Messias Alves; Julinho, Presidente da Associação de Pescadores do Plano Água Izé; Adérito Manuel, Pescador de Ribeira Afonso; Jeremias da Costa, Director da Escola da Praia Rei (Água Izé); Celestino Isabel Pereira, Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores da Pinheira; Ana Maria Vatela, Delegada da Educação do Distrito de Cantagalo; Orzina Seródio, Subdiretora da Escola Secundária de Santana; Joana, professora auxiliar de jardim de infância; Manuel Vicente, Cooperativa CEQAQ 11; Suzinai Coelho, Correspondente da Rádio Nacional; Mariete do Rosário, Pro. Escola Secundária de Santana; Durut Soares, Professor; Aldair Costa, técnico epidemiologista; Jeremias Bom Jesus, Presidente da Associação de Agricultores de Quimpo.</p>
--	---

APÊNDICE D - DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

TÍTULO	DATA	SECTOR	DON.	RESUMO
PDDAA - Programme Détaillé pour le Développement de l'Agriculture en Afrique	2003	Agricultura		PDDAA est un cadre commun, un instrument et un processus de restructuration de l'agriculture africaine. Un cadre visant à encourager et / ou à faciliter les pays africains à atteindre un taux de croissance agricole annuelle de 6% en 2015, à travers les engagements pris par les chefs d'Etat à Maputo 2003, en affectant au moins 10% du budget de l'Etat au secteur de l'Agriculture, en vue d'atteindre les Objectifs du Millénaire pour le développement (OMD).
Achieving Zero Hunger - The critical role of investments in social protection and agriculture	2015	PAM	FAO	
Analyse Globale de la Sécurité Alimentaire et de la Vulnérabilité. (CVFSA - Comprehensive Vulnérabilité and Food Security Analysis)	2009	Agricultura	PAM	Cette étude a été préparée dans le cadre du projet "Renforcement de la capacité d'évaluation des besoins d'urgence" (Strengthening Emergency Needs - SENAC). Le Project SENAC a pour but de renforcer la capacité du PAM à évaluer les besoins humanitaires dans le domaine de l'alimentation au cours des opérations d'urgence et immédiatement après, grâce à des évaluations précises et impartiales. NOTA: executado com o apoio financeiro do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e a Fundação CITIGROUP.
Cadre Programmation Pays 2018-2022			FAO	1)Reforço da Capacidade Institucional; 2) Gestao durável dos recursos naturais, 3) Desenvolvimento de cadeias de valor duráveis na agricultura pecuária, florestas e pesca; 4) Redução da fome, da malnutrição e melhoramento da resiliência das populações e 5) transformação e valorização dos resíduos agrícolas .

Cadre Programmation Pays 2014-2017			FAO	CPP visa contribuir para a eficácia das intervenções da FAO em STP: 1) Uma intervenção mais estratégica e mais integrada dos recursos orçamentais dos programas; 2) Um melhor alinhamento das operações sobre as prioridades nacionais e o quadro estratégico da FAO; e 3) Uma apropriação nacional real da assistência da Organização em sinergia com os outros parceiros.
Capturas de Pesca Artesanal e Semi-industrial	2016	PESCAS	FISHSTAT	FISHSTAT-NS1 for São Tomé e Príncipe
Censo Geral da Frota de Pesca Artesanal/Semi-Industrial/ Empresas e Serviços Ligados a Pesca	2014	PESCAS	GOV	O presente relatório sintetiza os resultados do Recenseamento geral da Frota de Pesca Artesanal, Semi-industrial, Empresas e Serviços ligados ao Sector das Pescas 2014, realizado pela Direção das Pescas (Departamento de Investigação e Proteção dos Recursos Haliêuticos), financiado pela ICCAT/JDMIP nos meses de Março, Abril e Maio.
Charte Actualisée de Politique Agricole et de développement Rural et Halieutique - TCAS – Document de travail no 70. VOLUME I	2006	Ministério da Agricultura	FAO	Le présent document constitue la synthèse des analyses et des propositions issues de la Charte actualisée de politique agricole et de développement rural et halieutique (CAPADRH) de la République Démocratique de São Tomé-et-Príncipe (RDSTP), validée par les travaux du séminaire national (SN). Ces travaux ont bénéficié du soutien de la FAO en collaboration avec le Programme des Nations Unies pour le développement (PNUD) et le Fonds international pour le développement agricole (FIDA).

Carte Actualisée de Politique Agricole et de Développement Rural et Halieutique (CPADRH - VOLUME I)	2006	Ministério da Economia	FAO / FIDA / PNUD	L'objectif global de la Charte actualisée de politique agricole et de développement rural et halieutique (CAPADRH) était de diagnostiquer les opportunités et les contraintes en matière de développement durable du secteur de l'agriculture, du développement rural et des pêches (SADERPE) de la RDSTP et d'émettre des recommandations de politiques, de stratégies, de programmes, de sous-programmes et de projets prioritaires aptes à en assurer le développement à court, moyen et long termes, en cohérence avec les Objectifs du millénaire pour le développement (OMD), les axes prioritaires de la ENRP et d'autres initiatives du gouvernement de la RDSTP (GRDSTP).
Contas Nacionais de S. Tomé e Príncipe Ano 2008	2011			
Dados Demográficos 1970 a 2016	1970	INE		
Decreto nº 24 / 2013	2013	Ministério da Agricultura	Governo	Aprova o Estatuto do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
Decreto nº 28/2012	2012	PESCAS	Governo	Aprova o Regulamento Geral sobre as actividades da Pesca e dos Recursos Haliêuticos em S. Tomé e Príncipe
Densidade da População 1991-2001-2012	2012	INE		
Diagnóstico Socio-económico do Meio Rural em S. Tomé e Príncipe	2008	Ministério de Assuntos Sociais	BRASIL	Elaborou-se o Diagnóstico do Meio Rural em S. Tomé e Príncipe, como forma de subsidiar a construção do PRONER - Programa Nacional de Extensão Rural.
Estado e Estrutura da População	2012	INE		
Estratégia Nacional de Redução da Pobreza I	2002	Ministério de Plano e Finanças	Governo	

Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II - (ENRP-II)	2012	Ministério do Plano e Finanças		Com esse propósito, o presente documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II) retoma o espírito e o processo participativo que norteou a elaboração da ENRP-I e articula com diferentes instrumentos de política e planificação precedentes, tais como o Estudo Nacional das Perspetivas de Longo Prazo (NLTPS), Programas de Ações Prioritárias, Programas de Governo, as Grandes Opções do Plano e o Plano de Desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe, no sentido de reintegrar as prioridades suscetíveis de viabilização no período de sua implementação.
Estudo sobre a insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe Ogimatech Portugal - Consultoria Empresarial e Institucional, S.A.	2010	GOV	BAD	Este relatório foi escrito na sequência de uma missão efectuada em São Tomé e Príncipe de 30 de Outubro a 27 de Novembro 2009, liderada pelo Dr. JAIME DUARTE economista, juntamente com um consultor macroeconomista (Prof. TOMAZ DENTINHO), um consultor em questões ambientais (Dr. JOSÉ DE BETTENCOURT) e um especialista em infraestruturas (Engº ANTÓNIO AGUIAR).
Etat des Lieux de L'elevage et des industries animales dans les pays de l'Afrique Centrale	2005	Pecuaria	BAD	Ce document de synthèse se présente de la manière suivante : la situation de référence de l'élevage de la RDSTP dans une première partie ;les importations et l'analyse de principales filières de productions (avicole, viande, laitière et les propositions d'actions prioritaires.
Grandes Linhas da Agenda de Transformação do XVI Governo Constitucional - STeP IN LONDON	2017	GOV	PNUD	

Grandes Opções do Plano para 2017	2016	GOV		O presente documento das Grandes Opções de Plano (GOP) constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de políticas económicas e sociais. A sua elaboração tem por base as lições tiradas da implementação das GOPs precedentes e articula-se com metas estabelecidos no Programa do XVI Governo Constitucional, a Agenda de Transformação 2030, o Programa do XVI Governo Constitucional, os documentos de política sectorial, bem como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e serve de orientação para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano 2017.
LEI N.º09/2001	2001	PESCAS	ASSEMBLEIA	O presente diploma define os princípios gerais da política de conservação, exploração e gestão dos recursos haliêuticos e ambiente aquático sob a soberania e jurisdição de S.Tomé e Príncipe. São designadamente objeto de regulamentação as normas de acesso aos referidos recursos, as regras de planificação do seu ordenamento e de fiscalização do exercício da pesca e actividades conexas, e bem assim as medidas de política a implementar para assegurar a respetiva diversidade biológica, a renovação das espécies e o controlo da sua exploração, numa perspectiva do desenvolvimento durável e integrado de todo o sector.
Lei nº 4/12	2012	Ministério da Educação	Governo	Cria o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, abreviadamente designado por PNASE, adstrito à Direção Administração Educativa do Ministério Encarregue da Educação.
MICS - Inquérito aos Indicadores Múltiplos (Relatório Final)	2014	INE	UNICEF/ PNUD	
Monitoria do Orçamento Geral do Estado 2010-2015 nos subsectores de água e Saneamento	2005	FONG-STP / ACEP	EU / PNUD	

Monitoria do Orçamento Geral do Estado 2010-2015 nos subsectores de água e Saneamento na componente Obras Públicas	2015	FONG-STP / ACEP	EU / PNUD	
PAPAC - Projet d'Appui à la Petite Agriculture Commerciale (PAPAC). Relatório de Avaliação 28 de Setembro a 8 de Outubro de 2016.	2016	Agricultura	FIDA	(i) évaluer la performance globale du PAPAC et son impact; (ii) faire le point sur l'état d'avancement des activités menées au cours de la période sous examen; (iii) apprécier la mise en oeuvre, les progrès réalisés et l'impact obtenu au niveau de chaque composante; évaluer l'application de la première mission de suivi (15 à 26 de Février 2016) et de la mission de supervision annuel de la mise en œuvre du projet (3 à 20 Avril 2016) ; (v) prononcer sur l'efficacité des outils de gestion du PAPAC et examiner, dans la mesure du possible, les approches et méthodologies mises en place pour l'exécution du PAPAC; (vi) évaluer l'impact du projet dans le Pays en mettant en valeur la qualité du ciblage, dont la prise en compte des femmes, des jeunes et des couches vulnérables en milieu rural; et (vii) analyser, avec l'ensemble de l'équipe du projet et les principaux partenaires impliqués dans la mise en œuvre, les difficultés et contraintes rencontrées dans l'exécution des activités du projet et proposer des solutions et recommandations appropriées.
PAPAC - Projet d'Appui à la Petite Agriculture Commerciale. Duração 6 anos. Custo 9,9 Milhões de €	2014	Agricultura	FIDA	Objective: «fournir à 4 750 ménages ruraux (soit 18 500 habitants) les plus vulnérables des opportunités durables d'accès à des revenus issus de la valorisation équitable de leurs productions végétales et animales sur des marchés de niche à l'exportation et sur le marché interne».
Plano de Acção Regional para a Execução da Política Nacional de Protecção da Criança 2017- 2018		Ministério de Assuntos Sociais	UNICEF	Objectivo estratégico – Prevenir a ocorrência de maus tratos, abusos e exploração em todos os ambientes de vida da criança, inclusive dos serviços

Plano Director das Pescas (2010 - 2015)		PESCAS	Governo	O Plano Director destina-se a servir de instrumento de trabalho para as autoridades governamentais ao identificar as estratégias que o Estado adotará com vista a alcançar, a médio prazo (cinco anos) e a longo prazo (quinze anos), os objectivos de desenvolvimento definidos para o conjunto do sector. O Plano Director apresenta a estratégia a longo prazo, especificando as medidas a empreender a curto prazo. O Plano deverá ser alvo de atualização, mais frequente no que diz respeito às medidas, carecendo a estratégia a longo prazo de ir sendo ajustada às mudanças mais importantes nos contextos nacional, regional e internacional. O Plano Director servirá ainda para dar a conhecer aos agentes económicos as intenções e expectativas do Estado proporcionando desta forma uma base sobre a qual o sector privado pode planear as suas operações e os seus investimentos. Finalmente, o Plano Director constitui um instrumento para estabelecer prioridades no que respeita às necessidades de assistência externa ao desenvolvimento e para coordenar essa assistência.
Plano Nacional de Acção Contra o Trabalho Infantil	2013	Ministério de Assuntos Sociais	UNICEF	O Plano Nacional de Acção Contra o Trabalho Infantil, constitui um documento essencial na busca de soluções para eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2018 e para erradicar a totalidade do trabalho infantil no país até 2020.
Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021	2017	Min. Finanças	Governo	
Plano Nacional de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar e Nutricional - PNIASAN	2014	Agricultura	Governo	PROGRAMME 1: Intensification durable et la diversification de la production agricole et de l'élevage; PROGRAMME 2: Développement durable de la pêche. Promotion de l'aquaculture; PROGRAMME 3: Gestion durable des Ressources naturelles; PROGRAMME 4: Accès aux marchés et aux financements; PROGRAMME 5: Amélioration de l'état nutritionnel des populations et Gestion des vulnérabilités; PROGRAMME 6: Renforcement de la capacité institutionnelle. Le coût total du PNIASAN est de 28,2 millions de dollars.

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição				
PNASE - Campanha de sensibilização.	2017	Ministério da Educação	Governo	Em alusão a 1 de Março, Dia Africano da Alimentação Escolar, o Ministério da Educação Cultura de São Tomé e Príncipe dá início à campanha de sensibilização do PNASE – Programa Nacional De Alimentação E Saúde Escolar.
PNASE - Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar. PLANO ESTRATÉGICO 2016 - 2019. Criado em 2010 Lei Nº 04/2010, publicada em Janeiro de 2012. Apoio do Brasil começa em Junho 2015	2012	Ministério da Educação	BRASIL	O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) é um Programa sob a tutela do Ministério encarregue da Ministério da Educação, que tem como objetivo “complementar as necessidades nutricionais dos alunos e formar hábitos alimentares saudáveis, durante sua permanência na escola, contribuindo para o aumento da capacidade de concentração e aprendizagem das crianças”. O PNASE foi criado em 2010, face a previsão de retirada gradual do Programa de Alimentação Mundial (PAM), quem tinha suportado a Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe desde 1976. Entre os anos 2012 até 2015 estabeleceu-se um período de transição, o qual implicou em compromisso gradual do número de escolas sob a tutela do Estado e a diminuição das escolas sob a tutela do PAM, até o ano 2014-2015, quando o Estado assumiu a Alimentação Escolar na totalidade das escolas do País. Surge no âmbito do Projeto “Fortalecimento dos Programas de Nutrição Escolar na África”, enquadrado no acordo de parceria de cooperação sul-sul trilateral (CSST) assinado entre o Governo do Brasil e a FAO, surge o projeto GCP/RAF/483/BRA. Introdução do conceito School Food and Nutrition nas escolas através da horta escolar, a partir de projetos piloto.
PNIASAN - Plano Nacional de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar e Nutricional	2014	Ministério da Agricultura	Governo	Os objetivos da PNIASAN são de garantir o crescimento agrícola sustentável de pelo menos 6% taxa que poderia obter uma redução da pobreza nacional e rural, com a respectivas redução de 40,4% e 25,9% do número de pessoas abaixo da linha de pobreza entre 2001 e 2020.

PNSAN - Programme National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle - VERSION DEFINITIVE APRES ATELIER DE VALIDATION	2012	Agricultura		Au plan national, le PNSAN permettra : (i) d'entreprendre des actions visant l'augmentation de la production vivrière de base et l'amélioration du système de commercialisation, limitant de ce fait les importations de denrées alimentaires, (ii) de redresser l'économie de subsistance du pays et (iii) de poursuivre la lutte contre la pauvreté. Le PNSAN constituera la référence pour les priorités à retenir lors de la formulation du Cadre d'Assistance Pays (CAP) en matière de sécurité alimentaire et nutritionnelle. De plus, les priorités d'investissement qui seront définies dans le PNSAN seront versées au processus du Programme Détaillé de Développement de l'Agriculture Africaine (PDDAA).
Policy on Country Strategic Plans	2016	PAM	PAM	
Política e Estratégia Nacional de Proteção Social	2014	Ministério de Assuntos Sociais	UNICEF	A Proposta visa contribuir para a implementação de uma política e estratégia nacional de proteção social que contribua para a luta contra a pobreza e redução da desnutrição, desemprego e vulnerabilidade que afetam os grupos mais vulneráveis.
Política Nacional de Nutrição e Alimentação de São Tomé e Príncipe, 20133 - 2014 -PNNA	2014	Ministério da Educação	Governo	As ações a serem implementadas no quadro da PNNA terão como finalidade a promoção, no quadro da alimentação e do modo de vida, dos factores de protecção da saúde e da redução de exposição aos factores de risco de doenças crónicas
Políticas de Assistência Técnica e extensão Rural	2017	Ministério da Agricultura	Governo	Instrumentos Institucionais para a realização de um serviço de assistência técnica e Extensão Rural em S. Tomé e Príncipe.
Profil de la Pauvrete à Sao Tome et Principe en 2010	2011	INE	PNUD	Analisa o estado da pobreza em S. Tomé e Príncipe por Distrito
Programa Detalhado Para o Desenvolvimento da Agricultura em África - PDDAA				

Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental	2014	Ministério de Assuntos Sociais		Um programa abrangente que visa a operacionalização de instrumentos jurídicos e de política. Tem o objectivo geral de promover o bem-estar das famílias, sobretudo das mais vulneráveis, proporcionando melhores condições concretas de vida às famílias através da Componente de Reforço das Capacidades Económicas das Famílias Vulneráveis e reforçando as competências parentais nos cuidados e educação das crianças através da Componente de Educação Parental. O Programa deverá contribuir para uma melhor realização do direito das crianças à vida, ao desenvolvimento e à proteção.
Programa Piloto de Educação Parental de São Tomé e Príncipe Período de implementação: Agosto 2016 a Fevereiro 2017	2017	Ministério de Assuntos Sociais	UNICEF / Universidade de Minho	Direção Proteção Social e Solidariedade e UNICEF de São Tomé e Príncipe e Universidade do Minho de Portugal.
Projeções Demográficas de S. Tomé e Príncipe: Resumo de Indicadores Demográficos, 2012-2015		INE		
Project d'Appui au Développement de L'Elevage - Phase II (PADE II)	2006	AGRI	BAD	Contribuir para a promoção da Segurança Alimentar; 2) Melhorar a produtividade dos animais; 3) Reforço da capacidade institucional da Direção das pescas; 4) Apoio aos beneficiários em termos de organização, produção, transformação e comercialização; 4) Melhoramento genético dos animais; 5) Melhoramento da Alimentação animal; 6) Melhoramento da Saúde Animal; 7) Melhoria da Investigação e Desenvolvimento animal; 8) Melhoria de acesso ao crédito em espécie; 9) Melhoria da transformação e comercialização.
Projecto de Desenvolvimento DEV 200295 - Transição para um Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar em S. Tomé e Príncipe 2012-2016: Relatório de Avaliação - Verão Final	2016	Ministério da Educação	PAM	A avaliação teve lugar em STP entre Outubro de 2015 e Março de 2016 com trabalho de campo realizado em S. Tomé durante duas semanas e meia em Janeiro de 2016. Cobre as actividades no período de 2012 a 2015.

Promotion de l'Integration agro-sylvo pastoral dans les petites et micro-exploitations agricoles de S. Tomé et Principe	2015	Agricultura	FAO	Importação de cabras de um País Africano e Formar e apoiar a instalação de explorações. Duração 24 Meses.
PRONER - PROGRAMA NACIONAL DE EXTENSÃO RURAL	SET. 2008	Agricultura	BRASIL	a) Estender as actividades de Extensão Rural para os produtores/pecuaristas/pescadores de todas as comunidades nacionais, considerando-se as especificidades locais e regionais, as principais actividades exploradas, a dimensão das áreas produtivas e a sustentabilidade ambiental; b) Formar produtores rurais, pecuaristas e pescadores, alfabetizando, apresentando orientações técnicas e inserindo essas actividades sob formas de organização social da produção, do processamento e da comercialização; c) Intensificar a exploração das unidades produtivas, familiares ou não, pela especialização pela diversificação de produtos, pela pluriatividade e pela busca de impactos socioeconômicos positivos nas diferentes zonas geográficas e administrativas do país; d) Introduzir formas alternativas de produção e de processamento visando a agregação de valores que permitam aumentar a renda monetária das actividades exploradas; e) Articular propostas de intervenções organizacionais integradas envolvendo a melhoria na infraestrutura das unidades produtivas, na moradia, nos sistemas de transportes e de comunicação, na regularização legal das propriedades, na assistência técnica, na assistência médica e na assistência educacional; f) Melhorar a qualidade de vida dos beneficiários dos serviços de extensão rural.
Repartição da População por Distrito, Censos 2001 - 2012; Projecções horizonte 2035		INE		
São Tomé e Príncipe 2030 - O PAÍS QUE QUEREMOS	2013	GOV	PNUD	STP 2030 define as áreas temáticas para delinear os caminhos rumo a um futuro sustentável, inspiradas nas aspirações Pós-2015.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE MARKET ANALYSIS	2011	Damiano STELLA		
Suicultura, Projecto de desenvolvimento	2012	Pecuária	C. Taiwan	Contribuir para a promoção da Segurança Alimentar: 1) Melhorar a performance genética das raças locais; 2) Aumentar a produção suína; 3) Melhorar a qualidade das carnes; 4) Contribuir para a redução da importação de ração; e 5) Melhorar o sistema de exploração suína.
Taxa de Inflação Acumulada 2005/2016	2017	INE		
The 2030 Agenda for Sustainable Development	2015	UN	UN	Declaração dos Chefes de Estado e Governo, New York
UNDAF 2017- 2021; Plano-Quadro das Nações Unidas Para Assistência ao Desenvolvimento No Óptica de um Desenvolvimento Equitativo, Inclusivo e Sustentável em S. Tomé e Príncipe. " Crescimento Económico e Resiliência"; "Governança" e "Coessão Social".	2012	MNEC	PNUD	Emprego e competitividade são asseguradas através da diversificação económica, do desenvolvimento da resiliência às mudanças climáticas, para a melhoria da qualidade de vida das populações pobres e vulneráveis nos meios rurais e urbanos, bem como o acesso ao financiamento e o mercado para jovens e mulheres.

APÊNDICE E- MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO

Presidente do Conselho Consultivo- S.E Primeiro Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe	S.E. Sr. Dr.Patrice Emery Trovoada
Ministro dos Assuntos Parlamentares	S.E. Sr .Afonso Varela
Ministro da Agricultura	S.E. Sr. Teodorico de Campos
Ministra da Saúde	S.E. Sra. Maria de Jesus Trovoada
Ministro da Educação	S.E. Sr.Olinto Daio
Ministro das Financas e Economia Azul	S.E. Sr.Américo Ramos
Ministro do Emprego e Assuntos Sociais	S.E. Sr.Emidio Lima
Ministério da Saúde- Nutrição	Sra. Isabel Castro de Sousa
Câmara Municipal de Caué	Sr. Américo Pinto
Câmara Municipal de Lobata	Sr. Policarpo Freitas
Câmara Municipal de Água Grande	Sr. Ekeneides Lima dos Santos
Câmara Municipal de Lembá	Sr. André Ramos/ Sr. Edy Maysa
Câmara Municipal de Me-Zochi	Sra. Isabel Domingos
Câmara Municipal de Cantagalo	Sr. Paulo Bacuda
Governo Regional do Príncipe	Sr. António Tebús
Embaixada de Portugal	S.E. Sr. Luis Gaspar Silva/ Sra. Natália Falé
Embaixada do Brasil	S.E. Sr. Vimar Coutinho/Sra. Luiza Santiago/ Sr. Hector Trindade
Embaixada da China	S.E. Sr. Wang Wei/ Sr .Fu Changhua
OMS	Dr. Tarande Constant Manzila
UNICEF	Sra. Ainhoa Jaureguibeitia/Sr. Luis Bonfim
OIT	Sra. Lurdes Viegas
FAO	Sra. Bárbara Campos/Sr. Denilson Costa
PNUD	Sra. Antónia Daio
FNUAP	Sra. Vitória D’Alva/ Sr. Eugenio Moniz
Banco Africano de Desenvolvimento	Sra. Ceutónia Lima Neto
Banco Mundial	Sr. Medhi Brito
PRIASA	Sra. Ayarra Trigueiros
HELPO	Sra. Carolina Reynolds

QUATELA	Sra. Alda Ramos
PAM	Sr. Achille Aka/Sra. Andreia Fausto
Consultores “Fome Zero”	Sr. Carlos Gomes/ Sr. Eugenio Tenjua/ Sr. Agostinho Doria/Sra. Hortência de Sousa

